



Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional



Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FICHA TÉCNICA

Edição: IMVF - PDSA II e RESSAN-GB

Coordenação: Carla Carvalho (IMVF) e Miguel de Barros (Tiniguena)

Redação: Abílio Rachid, Adalgisa Ramos, Alexandre Na Lamba, António Spencer Embaló, Carla Carvalho, Celso Garrido, Fanceni Baldé, Ilsa Sá, Isabel Miranda, João Pinto, Maria Homero, Miguel de Barros, Natália Falé, Pauline Gibourdel, Rui Andrade, Sambu Seck, Irmã Solange Lussi, Tomane Camará

Imagem da Capa: João Serrano Ferreira

Fotografias: PDSA II/RESSAN-GB (fotografias do Fórum), João Serrano Ferreira e Carla Carvalho

Conceção Gráfica: Matrioska Design

Impressão e Acabamento: Ondagrafe

Cofinanciamento: União Europeia e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Tiragem: 300 exemplares

Agradecimentos: *A toda a equipa da organização do Fórum, facilitadores, oradores-convidados, outros dinamizadores e colaboradores na edição dos Cadernos do Fórum (Abílio Rachid, Adalgisa Ramos, Adelino Na Ifa, Alexandre Cabral, Alexandre Na Lamba, António Spencer Embaló, Mamadu Ali Djaló, Ana Teresa Forjaz, Carla Carvalho, Carlos Schwarz [Pepito], Carlos Vaz, Catarina Benedito, Celso Garrido, Deolinda Major, Djulde Djaló, Djyba Gomes Djaó, Enza Biai, Fanceni Baldé, Graciete Brandão, Ilsa Sá, Isabel Miranda, João Monteiro, João Pinto, Maria Homero, Miguel de Barros, Mamadou Biai, Margarida Oliveira, Marta Rocha, Midana Sambú, Natália Falé, Noelli Furtado, Paula Fortes, Paulo Lopes, Pauline Gibourdel, Rui Andrade, Sambu Seck, Serifo Embaló, Irmã Solange Lussi, Tomane Camará), organizações parceiras (Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Programa de Apoio aos Atores Não Estatais), cofinanciadores (União Europeia, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., Tiniguena, Federação Camponesa KAFO) e patrocinadores (Centro Cultural Franco-Bissau-guineense, Rádio Sol Mansi, TV Klelé), Cozinha da Terra e todos os participantes do Fórum: sem eles, não teria sido possível a realização deste evento e a criação da sua memória através destes Cadernos.*

Os textos dos Capítulos II “Cerimónia de Abertura”, III “Temáticas-Chave Ligadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Painéis 1 e 2” IV “Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: Painel 3” e VI “Cerimónia de Encerramento” são da exclusiva responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SIGLAS E ACRÓNIMOS	7
 CAPÍTULO I - O FÓRUM	 9
1. Organização	9
2. Objetivos e metodologia do Fórum	12
3. Eventos paralelos	14
 CAPÍTULO II - CERIMÓNIA DE ABERTURA	 15
1. Intervenção do Representante da RESSAN-GB	15
2. Intervenção do Representante do PDSA II	17
3. Intervenção da Representante da Embaixada de Portugal e da Cooperação Portuguesa no Fórum	19
4. Intervenção da Representante da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau no Fórum	21
 CAPÍTULO III - TEMÁTICAS-CHAVE LIGADAS À SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PAINÉIS 1 E 2	 23
1. Introdução	23
2. Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau	23
3. Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos	44
 CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PAINEL 3	 61
1. Introdução	61
2. A Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau	61
3. Desafios à Organização da Sociedade Civil no quadro da Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	64
4. Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: desafios e impactos	66
5. Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe: desafios e impactos	69
 CAPÍTULO V - CONCLUSÕES DO FÓRUM	 71
1. Introdução	71
2. Aspetos de política transversais	72
3. Aspetos produtivos e organizacionais	75
4. Aspetos de mercado	78
5. Educação do consumidor	80
6. Informação dos produtos	82
7. Alimentação materno-infantil	84
8. Papel da Sociedade Civil na promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	87
 CAPÍTULO VI - CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO	 91
1. Intervenção da Representante da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau no Fórum	91
 ANEXOS	
Lista de Participantes	92
Agenda	94

NOTA INTRODUTÓRIA

A Guiné-Bissau é um país de uma inestimável biodiversidade e apreciáveis condições geográficas e edafo-climáticas para o desenvolvimento do setor agroalimentar: cerca de 35% de terra arável, uma elevada taxa de efetivos pecuários, uma Zona Económica Exclusiva de 200 milhas náuticas e uma multiplicidade de recursos silvestres, entre outros. Microcosmos de culturas, não há, também, falta de tradições e receitas aproveitando toda a riqueza nutricional que a Terra tem para oferecer.

Porquê, então, o persistente nível de insegurança alimentar e nutricional da maioria da população guineense? O Inquérito Aprofundado de Avaliação do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional realizado em setembro de 2013¹ apontou para apenas 7% dos agregados rurais em segurança alimentar, isto é, capazes de assegurar um consumo alimentar aceitável, sem recurso a estratégias de adaptação negativas e que afetam menos de 50% dos seus rendimentos a despesas alimentares. A percentagem dos agregados rurais que afetam 75% ou mais do seu rendimento a despesas alimentares mais que duplicou desde 2010. O segundo Inquérito SMART (*Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions*) ao Estado Nutricional das Crianças com menos de 5 anos e Mulheres em Idade Fértil realizado na Guiné-Bissau e publicado em janeiro de 2013² revela níveis preocupantes de desnutrição (aguda e crónica) e insuficiência ponderal no que toca às crianças, e sub-peso/magreza no que diz respeito às mulheres. Denota ainda a crescente dimensão do fenómeno inverso: excesso de peso ou obesidade.

A explicação para esta realidade não é nem única, nem linear. A instabilidade política que vem sendo a norma político-institucional na Guiné-Bissau condiciona, indelevelmente, o seu processo de desenvolvimento em todos os setores, e o agroalimentar não é exceção. Mas a insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau tem as suas raízes num compósito multivariado de fatores políticos e de mercado – internos e externos –, organizacionais, psicossociológicos e antropológicos. Estas causas são conhecidas, mas não têm sido suficientemente analisadas com um olhar crítico, de forma integrada e juntando vários níveis de atores-chave do setor da Segurança Alimentar e Nutricional, por forma a promover o seu compromisso e responsabilização pela respetiva quota-parte de atribuições na luta pela Soberania Alimentar e afirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Foi esta consciência e um processo desta natureza que se procurou despertar ao nível da Sociedade Civil com a organização do Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O Fórum contou com uma excecional e permanente participação ativa dos convidados e a discussão encetada permitiu a confrontação de ideias e o lançamento do rastilho para discussões futuras, assumida que foi, desde sempre, a impossibilidade de encerrar, num encontro de dois dias, o debate sobre uma realidade tão multifacetada como a da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau. De facto, espera-se que esta tenha sido apenas a primeira de muitas mais experiências análogas no País. Para diversas pequenas Organizações da Sociedade Civil (OSC) participantes, esta foi, efetivamente, a sua primeira oportunidade de ter “um lugar à mesa” das discussões, associando-se à problematização da Segurança Alimentar e Nutricional junto de outras organizações e individualidades nacionais e internacionais com experiência reconhecida – nas palavras de um participante: *“Estas dificuldades, nós já conhecíamos, já as vivemos no dia-a-dia! Mas nunca as tínhamos discutido assim, nem sabíamos que as discutiam...”*. As sessões de discussão, por sua vez, saíram enriquecidas com os seus contributos (por vezes ainda tímidos), colocando em perspetiva e ajudando a focalizar os trabalhos na realidade do meio rural bissau-guineense.

¹ Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), *Plan Internacional*, Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento da Estatística Agrícola. Resultados apresentados após a realização do Fórum.

² PAM, Organização Mundial de Saúde (OMS), *Plan Internacional*, INE.

Apesar das múltiplas questões lançadas no Fórum e para as quais, devido à sua complexidade, não poderiam ficar mais do que pistas de solução ou desafios para novos e mais aprofundados debates, do Fórum resultaram também alguns consensos em torno das respostas a dar por Atores Estatais e Não Estatais, nacionais e internacionais, para endereçar os problemas associados à insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau. Em particular, procurou-se, em conjunto, encontrar espaços e formas de intervenção da Sociedade Civil na promoção da Soberania Alimentar e na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada na Guiné-Bissau à luz da recente evolução do paradigma internacional para a atuação das OCS, bem como princípios fundamentais subjacentes a essa atuação, promovendo o compromisso das OSC participantes com os mesmos.

Estas principais conclusões alcançadas durante o Fórum foram disseminadas através de comunicado de imprensa, em jeito de Manifesto. Porém, **considerou-se que a fertilidade da discussão e representatividade dos participantes justificavam uma divulgação mais alargada**, partilhando os trabalhos preparados por facilitadores, apresentadores e oradores, bem como os resultados dos debates, acompanhados de um pequeno filme, por forma a criar memória do Fórum. Espera-se, assim, contribuir para perenizar a sua mensagem e para uma intervenção mais responsável da Sociedade Civil no quadro da promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau.

Carla Carvalho
Programa Descentralizado
de Segurança Alimentar e Nutricional II

Miguel de Barros
Rede da Sociedade Civil para a Soberania
e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFC	Agricultura Familiar Camponesa
ANE	Atores Não Estatais
CE	Comissão Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CICL	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua
CIDAC	Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
CILSS	Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca do Sahel
CONSAN	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSA	Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
ESAN-CPLP	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar
FCQ	<i>Food Choice Questionnaire</i>
FONG-STP	Federação de Organizações Não-Governamentais de São Tomé e Príncipe
FSTP	<i>Food Security Thematic Programme</i>
GSAN	Grupo de Segurança Alimentar e Nutricional
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
ILAP	Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos
MICS	<i>Multiple Indicator Cluster Survey</i>
OCB	Organizações Comunitárias de Base
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PIMC	Programa um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAM	Programa Alimentar Mundial
PDSA	Programa Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PIR	Projetos de Implementação Regional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNIA	Programa Nacional de Investimento Agrícola
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PONG's	Plataforma das ONGs de Cabo Verde
ReAlimentar	Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
REDSAN-CPLP	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
RESCSAN	Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe
RESSAN-GB	Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau
ROSA	Rede de Organizações pela Soberania Alimentar
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Sociedade Civil
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
SMART	<i>Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions</i>
SN	Segurança Nutricional
UE	União Europeia
UE-PAANE	Programa de Apoio aos Atores Não Estatais
VAM	<i>Vulnerability Analysis and Mapping</i>
ZEE	Zona Económica Exclusiva

CAPÍTULO I - O FÓRUM

1. ORGANIZAÇÃO

1.1. REDE DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU - RESSAN-GB

A RESSAN-GB foi originalmente formada em 2008. Integrando oito organizações, garantiu à Guiné-Bissau um lugar no quadro da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP), bem como no âmbito das discussões e formulação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP): marcos importantes recentemente alcançados em termos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no espaço CPLP.

A Rede nunca foi, no entanto, efetivamente dinamizada e, levando em consideração o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como a necessidade de uma maior participação da sociedade civil guineense na formulação e monitoria de políticas com vista a alcançar a soberania alimentar, foi surgindo, entre as OSC da Guiné-Bissau, a vontade de uma maior coordenação nas suas ações.

Um grupo de OSC assumiu, então, no início de 2013, a iniciativa de redinamizar a RESSAN-GB, integrando lições de experiências passadas e atualizando a sua agenda de acordo com as necessidades locais e nacionais a curto e médio prazo. Para o efeito, foi eleito um Secretariado Provisório composto pela *AD - Acção para o Desenvolvimento*, *ADIC Nafaia - Apoio ao Desenvolvimento das Iniciativas Comunitárias*, *DIVUTEC - Associação Guineense de Estudos e Divulgação de Tecnologias Apropriadas*, *Federação Camponesa KAFO* e *Tiniguena*, criada uma rede de Pontos Focais Regionais e elaborado um conjunto de documentos norteadores, que viriam a ser aprovados em posterior Assembleia-Geral Constituinte, a qual se viria a realizar a 29 de setembro de 2013.

Pretende-se que a RESSAN-GB seja um mecanismo de concertação e articulação que contribua ativamente para os processos de planeamento, execução, seguimento e avaliação da Estratégia e do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A RESSAN-GB foi, assim, refundada com o intuito de fortalecer as OSC que trabalham para que o Direito Humano à Alimentação Adequada seja uma realidade na Guiné-Bissau e de melhorar o trabalho em rede das organizações que pretendem promover a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar no País.

Visando relançar a respetiva atividade de forma sólida, realista e direcionada, o Secretariado Permanente Provisório da RESSAN-GB desenhou um Plano de Actividades até ao final de 2013 focalizado na sua afirmação enquanto mecanismo de diálogo e vocalização das posições e valores da Sociedade Civil guineense interveniente nos domínios da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

1. Constitui visão da RESSAN-GB que a Guiné-Bissau alcance a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar.

2. A RESSAN-GB tem como missão contribuir para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar de forma sustentada na Guiné-Bissau.

3. A RESSAN-GB tem como objetivo geral: reforçar a capacidade de intervenção das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau para que possam contribuir na formulação, implementação e monitoria de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: Estatutos da RESSAN-GB | setembro 2013

Organizações da Sociedade Civil

“A UE considera que as OSC incluem todas as estruturas não estatais, sem fins lucrativos, imparciais e não violentas no quadro das quais as pessoas se organizam para prosseguir objetivos e ideais comuns, independentemente de serem políticos, culturais, sociais ou económicos. Funcionando à escala local, nacional, regional ou internacional, incluem organizações urbanas e rurais, formais e informais.”

As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas,
Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (COM(2012) 492 final),
Bruxelas, 12.9.2012

Resultados esperados do PDSA II:

- R.0. Mecanismos para uma eficaz e eficiente implementação do Programa instalados
- R.1. Produção de culturas alimentares e de rendimento aumentada e diversificada
- R.2. Tecnologias de agro-processamento e armazenamento disseminadas e rentabilizadas
- R.3. Comercialização de produtos agrícolas promovida
- R.4. Capacidade de intervenção da sociedade civil guineense na promoção da segurança alimentar reforçada

1.2. PROGRAMA DESCENTRALIZADO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU – PDSA II

O PDSA II ou PDSA teve início a 1 de novembro de 2011, no quadro do “Food Security Thematic Programme (FSTP)” 2010 - Programa de Atividades Inovadoras para a Insegurança Alimentar na Guiné-Bissau, criado pela União Europeia no seguimento da Facilidade de Resposta Rápida ao Aumento dos Preços dos Alimentos (Facilidade Alimentar). Tendo por subjacente a consolidação do PDSA I, financiado ao abrigo da referida Facilidade Alimentar, o PDSA II é implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) em parceria com a DIVUTEC, com o cofinanciamento da União Europeia (UE) e do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL).

Com uma duração de 27 meses, o PDSA II é um programa de abrangência nacional cujo objetivo global é contribuir para a Segurança Alimentar das regiões e populações mais vulneráveis através do aumento do acesso, disponibilidade e utilização estável de bens alimentares agrícolas. O seu objetivo específico é **contribuir para a eficácia e eficiência das OSC** e para a autossuficiência das Organizações Comunitárias de Base (OCB) beneficiárias **no domínio da segurança alimentar**.

O PDSA II tem quatro resultados esperados, contando-se entre eles o **reforço da capacidade de intervenção da sociedade civil guineense na promoção da segurança alimentar**.

A filosofia de intervenção do PDSA II assenta na identificação, formulação, implementação e monitoria descentralizada de oito projetos por OSC guineenses, aliada ao reforço das respetivas capacidades para uma intervenção eficaz, eficiente e sustentável no quadro da promoção da segurança alimentar. O PDSA II integra, então, oito Projetos de Implementação Regional (PIR), um deles implementado pela DIVUTEC (Região de Bafatá,) e os restantes por **oito OSC beneficiárias**.



Região de Cacheu:
Amigos da Guiné-Bissau (AGB)



Sector Autónomo de Bissau (SAB):
AMBA - Associação das Mulheres do Bairro de Belém A



Região de Bafatá: Setor de Contubodel: Guiarroz - Arroz da Guiné-Bissau;
Setores de Bafatá e Xitole: DIVUTEC



Região de Gabú:
ADIC Nafaia - Apoio ao Desenvolvimento das Iniciativas Comunitárias



Região de Quinara:
ADS - Associação Para o Desenvolvimento Sustentável e AIFA PALOP - Associação de Investigadores e Formação Orientada para Acção nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, em parceria;



Região de Tombali:
APROMODAC - Associação para a Promoção de Desenvolvimento das Acções Comunitárias e DDS-IEGB - Departamento do Desenvolvimento Social da Igreja Evangélica da Guiné-Bissau, em parceria, também.

1.3. OUTROS PARCEIROS

1.3.1. Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE) “*Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu*”

O UE-PAANE enquadra-se na Convenção de Financiamento Nº GW/FED/2009/021-338 assinada entre a União Europeia e a República da Guiné-Bissau a 15 de abril de 2010 no quadro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento, no âmbito da estratégia de cooperação da Comissão Europeia (CE).

O UE-PAANE assenta numa lógica de reforço das capacidades e acompanhamento próximo dos Atores Não Estatais (ANE), fortalecendo as suas capacidades para se tornarem ainda mais ativos no processo de desenvolvimento. O objetivo do UE-PAANE é **contribuir para a consolidação da boa governação através do reforço da participação, concertação e compromisso dos Atores Não Estatais face aos desafios do desenvolvimento.**

O UE-PAANE tem três resultados esperados: Resultado 1 – Os ANE melhoram a governação interna, assim como a capacidade de conceber ações de desenvolvimento e dialogar sobre as políticas de desenvolvimento; Resultado 2 – As temáticas essenciais da atualidade socioeconómica e política do País são difundidas pelos media e a qualidade de informação cresce; Resultado 3 – As capacidades operacionais dos ANE são consolidadas para a execução de micro projetos nos domínios socioeconómicos e de informação.

1.3.2. Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP - REDSAN-CPLP

A REDSAN-CPLP é um espaço de articulação de OSC dos países de língua portuguesa que trabalham em conjunto no sentido de **influenciar a agenda política para a Segurança Alimentar e Nutricional com base na perspetiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar.**

Lançada formalmente em 2007, esta rede tem vindo progressivamente a tornar-se um espaço de articulação e intervenção da Sociedade Civil a nível nacional, regional e global, dando voz a um conjunto de organizações que trabalham em rede com o intuito de fortalecer o diálogo com os governos e organismos internacionais no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar.

A REDSAN-CPLP envolve grupos de trabalho e redes de organizações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Brasil e Portugal.

A **Segurança Alimentar e Nutricional** interliga quatro pilares-chave:

- **Disponibilidade:** existência de suficiente quantidade de alimentos de várias qualidades em resultado da auto-produção, oferta nos mercados e mecanismos de ajuda alimentar;
- **Acesso:** capacidade de obter alimentos apropriados a um regime alimentar nutritivo, o que depende do nível de recursos dos agregados familiares, dos preços praticados e do contexto físico, social e político;
- **Utilização:** diz respeito à compra, preparação, consumo e repartição dos alimentos no seio familiar, em que questões como a repartição desigual dos alimentos e a composição das refeições são aspetos a ter em conta; remete também para a utilização biológica dos alimentos, dependendo por isso de fatores não estritamente alimentares, como conhecimentos no âmbito da nutrição, condições de higiene, ambientais, acesso a água potável e a serviços de saúde;
- **Estabilidade:** corresponde à dimensão temporal da Segurança Alimentar e Nutricional e interage com cada um dos três pilares anteriores, permitindo compreender o conceito de vulnerabilidade, através da possibilidade de qualificar o tipo de insegurança alimentar observado.

O conceito de **Soberania Alimentar** complementa o de Segurança Alimentar e Nutricional, preconizando o direito dos povos a decidir e a gerir os seus próprios sistemas agrícolas e alimentares e, portanto, que a Segurança Alimentar e Nutricional seja alcançada com uma participação ativa da sociedade nos processos de definição de políticas agrícolas e alimentares.

**Resultados alcançados
com o Fórum Sociedade Civil,
Soberania e Segurança
Alimentar Nutricional**

- Orientações para a intervenção da Sociedade Civil e outros atores com vista a dar resposta aos principais desafios e oportunidades no âmbito da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- Atores da Sociedade Civil guineense mobilizados para o trabalho em rede como ferramenta para uma contribuição mais ativa para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- Público em geral sensibilizado para temáticas-chave da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO FÓRUM

A coincidência de objetivos entre o PDSA II e a RESSAN-GB, aliada à participação ativa de OSC parceiras e beneficiárias do PDSA II nas atividades de relançamento da Rede – quer no Secretariado Permanente Provisório, quer enquanto Pontos Focais Regionais – resultou na organização conjunta do **Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional** a 11 e 12 de setembro, no Centro Cultural Franco-Bissau-guineense, na cidade de Bissau.

Com efeito, o trabalho em rede permite que as OSC intervenientes no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional ajam de forma mais concertada e informada e que estejam, assim, melhor preparadas para participar ativamente e de forma mais eficaz e eficiente nos processos de definição, implementação, monitoria e avaliação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Visou-se, em **geral**, com este primeiro Fórum, **contribuir para respostas aos desafios sociais, económicos e agroalimentares**, apontando soluções locais e ao nível nacional, partindo da concertação, articulação e trabalho em rede das OSC guineenses que trabalham para a concretização do **Direito Humano à Alimentação Adequada**.

Em **particular**, pretendeu-se **realizar uma reflexão crítica** sobre desafios e oportunidades em diferentes domínios da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau que pudesse **orientar e congregar a intervenção da Sociedade Civil** neste quadro.

No Fórum participaram representantes de **91 Organizações guineenses da Sociedade Civil, quatro Organizações Não Governamentais (ONG) internacionais e quatro Parceiros Técnico-financeiros** intervenientes na Guiné-Bissau em domínios relacionados com a Segurança Alimentar e Nutricional. O Fórum contou também com a participação de representantes do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN) e da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP), graças à colaboração com esta última e com o programa UE-PAANE.

A análise e discussão no Fórum foi estruturada em **três painéis**: Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau; Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos e Painel 3: Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar.

Os Painéis 1 e 2 foram organizados em **Grupos Temáticos de discussão** e, em cada um deles, **um ou dois Facilitadores convidados** começaram por realizar uma breve introdução ao tema, lançaram e animaram a discussão. As conclusões dos trabalhos realizados nos Grupos Temáticos foram, então, apresentadas em Plenária e informaram o debate em torno de **seis eixos**: Questões Produtivas e Organizacionais; Aspectos Ligados aos Mercados; Aspectos Políticos; Educação do Consumidor; Informação dos Produtos; e Alimentação Materno-Infantil.

No quadro do Painel 3, inteiramente conduzido em Plenária, foi analisado, mais em pormenor, **o papel da sociedade civil na promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional**, o qual já vinha sendo abordado de forma transversal nas discussões anteriores. Neste âmbito, destacou-se a apresentação e discussão da visão, valores e modelo da RESSAN-GB e foram partilhadas experiências nacionais e regionais no quadro da CPLP.

O Fórum terminou com a **apresentação das principais conclusões alcançadas**, as quais se instou as Organizações de Sociedade Civil participantes a ter em consideração em prol do reforço e melhoria das respetivas ações no quadro da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DO FÓRUM SOCIEDADE CIVIL,
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

	Grupos Temáticos	Facilitadores/Oradores
Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau	Questões Produtivas e Organizacionais	Sambú Seck, <i>Agrónomo</i> Rui Andrade, <i>Agrónomo</i>
	Aspetos Ligados aos Mercados	Isabel Nosolini, <i>Agrónoma</i> Abílio Rachid, <i>Agrónomo</i>
	Aspetos de Política	Carlos Schwarz, <i>Agrónomo</i>
Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos	Educação do Consumidor	Adalgisa Ramos, <i>Nutricionista</i> Fancení Baldé, <i>Dietista</i>
	Informação dos Produtos	Nélson Tavares, <i>Agrónomo</i> João Sanhá, <i>Agrónomo</i>
	Alimentação Materno-Infantil	Irmã Solange Lussi, <i>Enfermeira</i>
Painel 3: Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar (Plenária)		Miguel de Barros, <i>RESSAN-GB</i> João Pinto, <i>REDSAN-CPLP</i> Maria Homero, <i>FBSSAN</i> Celso Garrido, <i>RESCSAN-STP</i>

3. EVENTOS PARALELOS

Em paralelo com o Fórum, no espaço do Centro Cultural Franco-Bissau-guineense foram organizadas durante os dois dias do evento uma pequena Feira de Produtos Alimentares locais e uma Banca de Livros e Revistas sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

Foi, igualmente, realizada a 11 de setembro de 2013 a exibição dos documentários “*Djorson di amanhã*”, da Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável sobre os impactos das mudanças climáticas na agricultura camponesa nas comunidades rurais do País e “*Guiné-Bissau: Tera Sabi*”, da autoria da Tiniguena e do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), com enfoque sobre a valorização da biodiversidade na tradição gastronómica guineense. A partir destas duas exibições, foi realizado um *djumbai* (debate) animado por Eng^o Alexandre Cabral, da Secretaria de Estado do Ambiente, e pela jornalista Paula Fortes, da Tiniguena.



CAPÍTULO II - CERIMÓNIA DE ABERTURA

1. INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DA RESSAN-GB

Tomane Camara

Exma. Sr.^a Diretora de Programas Temáticos e Infraestruturas da Delegação da União Europeia,

Exma. Sr.^a Coordenadora de Projetos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua,

Exma. Sr.^a Coordenadora do Programa Descentralizado de Segurança Alimentar,

Exmas. Senhoras e Senhores Convidados,

Caros Colegas,

Desde 2007, algumas OSC da Guiné-Bissau que trabalham no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional iniciaram o processo de criação da RESSAN-GB que, atualmente, congrega mais de 150 OSC guineenses espalhadas por todo país, cujo objetivo principal é reforçar a capacidade de intervenção destas organizações na formulação, implementação e monitoria de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para além da atual direção da RESSAN estar a envidar esforços na instalação efetiva das suas estruturas, a nível regional e setorial, tem vindo ainda a desenvolver uma série de atividades no sentido de contribuir para a criação da:

- Plataforma dos Camponeses da CPLP, que está a ser, neste momento, liderada por um dos nossos membros;

- Fórum das Mulheres Rurais da CPLP, liderado pela Rede de Moçambique; e

- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau.

Desde 2011, a RESSAN-GB tem vindo a participar ativamente na consolidação da **REDSAN-CPLP**, da qual é membro efetivo, que é constituída pelas redes nacionais da sociedade civil de **Angola** (Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional), **Cabo Verde** (PONG's - Plataforma das ONGs de Cabo Verde), **Guiné-Bissau** (RESSAN-GB - Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), **São Tomé e Príncipe** (RESCSAN-STP - Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional), **Moçambique** (ROSA - Rede de Organizações pela Soberania Alimentar), **Brasil** (FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, e **Portugal** (ReAlimentar - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). **As redes nacionais da Sociedade Civil** têm espaços de trabalho onde os seus membros se relacionam entre si de forma horizontal, no sentido de ganharem força, visibilidade e impactarem positivamente na esfera pública.

"(A Assembleia Geral das Nações Unidas) Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. (...)

Artigo 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. (...)"

Declaração Universal dos Direitos Humanos

10 de Dezembro de 1948

As redes nacionais são autónomas em termos organizacionais e na definição das suas estratégias de intervenção, de acordo com as prioridades políticas específicas de cada país.

Para além da intervenção em cada país, estas redes convergem a nível regional na REDSAN-CPLP, beneficiando da partilha de informação e experiências entre países e ganhando força para uma intervenção coletiva a nível nacional, regional e global.

No dia 19 de julho de 2012, a RESSAN-GB participou na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organizada em Maputo, Moçambique, sendo que os objetivos que motivaram a nossa presença nesta Cimeira são os que se seguem: concertação com outros membros e parceiros presentes na cimeira; participação no balanço de atividades da REDSAN-CPLP; influenciar a agenda política da Cimeira em relação aos temas da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e reflexão sobre estratégias e planos de trabalho para o fortalecimento da REDSAN-CPLP.



• • • •

Caros Colegas,

Nos últimos 30 anos, constatámos que os problemas globais da fome e da pobreza se agravaram, o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior e os problemas ambientais aumentaram. Este paradigma de desenvolvimento de cariz neoliberal e subjugado à lógica do livre comércio falhou e precisamos mudar de rumo! É necessária uma inversão nas políticas globais, regionais e nacionais em direção a um paradigma de desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista ambiental e social. A ESAN-CPLP, aprovada em 2011, dá indícios de poder contribuir para esta mudança de rumo, porque coloca o foco nos **pequenos produtores** e no reforço da governação sob a perspetiva do direito à alimentação.

Na tentativa de contribuir para inverter esta situação a nível nacional, a RESSAN, juntamente com os seus parceiros, decidiu organizar este primeiro Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, como uma forma de dar respostas aos desafios sociais, económicos e agroalimentares na Guiné-Bissau, apontando soluções locais e de escopo nacional, partindo da concertação, articulação e trabalho em rede das OSC guineenses que trabalham para a concretização do **Direito Humano à Alimentação Adequada**. Em particular, pretende-se realizar uma reflexão crítica sobre os desafios e as oportunidades em diferentes domínios da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau, que possa orientar e congregar a intervenção da Sociedade Civil neste quadro.

Antes de finalizar, queríamos endereçar o nosso agradecimento a todas as organizações que apoiaram a RESSAN e o PDSA para que este Fórum se tornasse uma realidade e queremos ainda endereçar o nosso agradecimento especial aos financiadores (que incluem a União Europeia, o Camões e algumas organizações-membro do Secretariado Provisório da RESSAN), aos patrocinadores (como o Centro Cultural Franco-Bissau-guineense - onde estamos - a TV Klelé e a Rádio Sol Mansi) e aos parceiros, como o PAANE - UE e REDSAN-CPLP, que proporcionaram a participação neste Fórum, de representantes de Redes de São Tomé e Príncipe e do Brasil, bem como da coordenação da própria REDSAN-CPLP.

Ainda antes de terminar, queríamos desejar a todos que este Fórum de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional seja um sucesso e que REDSAN-CPLP e os seus membros saiam deste Fórum ainda mais fortes.

Muito obrigado.

2. INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE DO PDSA II

Carla Carvalho

Exma. Sr.ª Adida para a Cooperação da Delegação da União Europeia,

Exma. Sr.ª Coordenadora de Projetos do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua,

Exmo. Sr. Representante da Rede da Sociedade Civil para a Soberania

e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau,

Exmas. Senhoras e Senhores Convidados,



A Guiné-Bissau apresenta, persistentemente, níveis particularmente elevados de pobreza, associados a um alto grau de insegurança alimentar e nutricional. Os mais recentes **indicadores nacionais** apontam para 20% dos agregados familiares rurais em situação de insegurança alimentar. Entre as crianças com menos de 5 anos, 6% estão em situação de desnutrição aguda, 27% em situação de desnutrição crónica e 18% em situação de insuficiência ponderal. 1,3% das mulheres em idade fértil sofrem de desnutrição crónica ¹.

• • • •

O PDSA teve início em 2009, e encontra-se no fim da sua 2ª fase. Cofinanciado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o PDSA II é implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr, em parceria com a DIVUTEC e, de forma descentralizada, com oito ONG nacionais beneficiárias.

O **objetivo** do programa é contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional das regiões e populações mais vulneráveis através do reforço da eficácia e eficiência de OSC e da autossuficiência de OCB no domínio da segurança alimentar.

A lógica de intervenção do PDSA está, de resto, em linha com a do IMVF na Guiné-Bissau, que se tem pautado por uma forte aposta no reforço da **Sociedade Civil** (SC), como motor da sustentabilidade das ações de desenvolvimento.

“Uma sociedade civil dotada de meios de ação constitui uma componente fundamental de qualquer sistema democrático e uma vantagem em si mesma. Representa e promove o pluralismo, podendo contribuir para políticas mais eficazes, um desenvolvimento equitativo e sustentável e um crescimento inclusivo. (...)”

Embora incumba principalmente aos Estados garantir o desenvolvimento e uma governação democrática, as sinergias que criam entre si e com as OSC podem contribuir para abordar os desafios da pobreza, do aumento das desigualdades, da exclusão social e de um desenvolvimento não sustentável. **A participação das OSC nos processos políticos é fundamental para elaborar políticas inclusivas e eficazes.** Por conseguinte, as OSC contribuem para a construção de Estados mais responsáveis e legítimos, o que por seu lado conduz a uma coesão social reforçada e a democracias mais abertas e mais fortes.”

As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (COM(2012) 492 final), Bruxelas, 12.9.2012

¹ PAM, Organização Mundial de Saúde (OMS), *Plan International*, INE (2012)

Numa sociedade democrática, a Sociedade Civil desempenha um papel fundamental ao nível da advocacia, mobilização da opinião pública, defesa de direitos e promoção de ações de desenvolvimento, mas também na formulação e promoção da transparência, eficácia e eficiência na implementação de políticas públicas.

Na Guiné-Bissau, a Sociedade Civil tem um longo historial de intervenção, particularmente no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional, em que atuam boa parte das suas organizações. No entanto, para poder fazer face aos desafios e oportunidades atuais e futuros, a Sociedade Civil guineense deverá ser capaz de agir de forma mais concertada e informada, estando – e evidenciando estar – bem preparada para participar ativamente e de forma mais eficaz e eficiente nos processos de definição, implementação, monitoria e avaliação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PDSA teve o privilégio de acompanhar todo o processo de **refundação e relançamento da RESSAN-GB**, o qual beneficiou – de forma consciente e deliberada – das lições retiradas de anteriores experiências de OSC guineenses. Este processo integrou, de resto, a maior parte das ONG nacionais do PDSA, tendo as restantes sido permanentemente mantidas ao corrente dos progressos.

Na realidade guineense, a garantia de efetivo acesso à informação e a espaços de participação por parte das organizações pertinentes, independentemente da sua localização geográfica, é, a nosso ver, precisamente, um dos **desafios** que a RESSAN enfrentará para promover uma participação pró-ativa da Sociedade Civil. É, no entanto, um desafio que a RESSAN antecipa e a que procurará dar resposta através de uma abordagem descentralizada.

Assente numa estrutura sustentável de trabalho em rede, a RESSAN-GB poderá, assim, dar **contributos** significativos, não só para a discussão em múltiplos fóruns nacionais, regionais e internacionais, mas também para os quadros nacionais de concertação e de monitoria e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional. Para tal, figura-se essencial a existência de capacidade crítica no quadro da Sociedade Civil guineense para a intervenção neste domínio, balizada por princípios e linhas estratégicas definidas em conjunto, levando em consideração os grandes eixos estabelecidos nos instrumentos de planeamento nacionais, regionais e internacionais.

• • • •

Como se pode facilmente entender, houve, assim, um **alinhamento de objetivos entre o PDSA e a RESSAN-GB**, que se materializou na organização conjunta deste Fórum. Com ele, pretendemos promover a análise e reflexão sobre questões-chave da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau, bem como providenciar um enquadramento ponderado das intervenções da Sociedade Civil neste domínio.

De causas intrinsecamente ligadas à instabilidade política, a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau são indissociáveis também dos baixos níveis de produção, transformação e comercialização agroalimentar, não obstante as amplas potencialidades agrícolas, pecuárias, silvícolas e haliêuticas do País. Entre as principais **problemáticas** associadas ao desenvolvimento sustentável do setor agroalimentar e à promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional estão: o insuficiente acesso e a deficiente qualidade dos insumos; a baixa produtividade; a perda de produção pós-colheita; a ausência de infraestruturas, quadros regulamentares e serviços de apoio ao longo de toda a cadeia de valor; a fraca organização dos pequenos produtores; a falta de ensino especializado e investigação; e o conhecimento limitado sobre o aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

A insegurança alimentar e nutricional está também estreitamente ligada ao desconhecimento de práticas nutricionais equilibradas e do seu impacto ao nível da saúde – com repercussões a nível educativo, económico e do bem-estar da população – bem como à desvalorização dos produtos agroalimentares locais ao nível da oferta e da procura.

Por outro lado, a insuficiente concertação *de facto* entre os diferentes atores do setor e a ausência, até agora, de um quadro global de monitoria e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional, de implementação sustentável, cuja informação permita adequar estratégias e promover uma maior eficácia e eficiência das intervenções de desenvolvimento, não favorece a promoção da autossuficiência e Soberania Alimentar a que todos almejam.

• • • •

Não temos, naturalmente, a pretensão de, neste encontro de dois dias, encontrar as derradeiras respostas para endereçar todas estas questões, ou para definir uma estratégia para a intervenção da Sociedade Civil no quadro da Segurança Alimentar e Nutricional. Mas pretendemos – com a vossa colaboração – deixar um contributo significativo para o debate nacional sobre estas matérias.

Como é da praxe, mas também inteiramente sentido, queria deixar uma última palavra a todas as organizações que apoiaram a RESSAN e o PDSA II na organização do Fórum – desde financiadores, a patrocinadores, passando por organizações parceiras – bem como a todos os participantes.

Muito obrigada.

3. INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE DA EMBAIXADA DE PORTUGAL E DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA NO FÓRUM



Natália Falé

Exma. Sr.^a Adida para a Cooperação da Delegação da União Europeia,
Exmo. Senhor Representante da RESSAN-GB,
Exma. Senhora Coordenadora do PDSA,
Caros Participantes,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em nome da Embaixada de Portugal e da Cooperação Portuguesa, permitam-me agradecer o convite para participar nesta cerimónia de abertura do *Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*.

A própria designação do Fórum constitui uma enorme responsabilidade para os mentores da iniciativa. Organizar um fórum que consiga agregar temáticas de tal forma atuais e essenciais para a realidade guineense é um desafio e um ato de coragem. Só por isso, os organizadores merecem ser felicitados.

Poderíamos encetar aqui numa infinita discussão dialética sobre a importância dos conceitos de Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Será que algum deles sobrevive sem os outros?

Poderá um Estado, qualquer que ele seja, considerar-se verdadeiramente soberano se não for capaz de respeitar o espaço próprio de intervenção da sua Sociedade Civil, se não for capaz de garantir a devida Segurança Alimentar e Nutricional aos seus cidadãos?

Poderíamos, certamente, alongar-nos em considerandos, mas para isso servirão os trabalhos dos grupos temáticos dos diferentes painéis.

• • • •

A estratégia da Cooperação Portuguesa para a Guiné-Bissau ao longo dos anos tem-se pautado por duas prioridades fundamentais:

- Boa governação, participação e democracia;
- Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza.

Na elaboração dos instrumentos de operacionalização, a Cooperação Portuguesa tem em conta os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a Declaração de Paris, a Agenda de Acra sobre a Eficiência da Ajuda ao Desenvolvimento e, naturalmente, as boas práticas preconizadas pela União Europeia, entre outros.

• • • •

A Guiné-Bissau, como todos sabemos, é um país frágil, com um fraco nível de desenvolvimento, com enormes carências, incapaz de satisfazer, sem ajuda externa, as necessidades básicas da sua população. Os dados disponíveis revelam que 65% dos cidadãos guineenses vivem com menos de 1.000 FCFA por dia, e cerca de 20% dos cidadãos guineenses vivem em situação de pobreza extrema, sobrevivendo, diariamente, com cerca de 650 FCFA. Concorde comigo que são números fortes e com um forte impacto! Números que nos fazem pensar! Números que *empurram* a comunidade internacional, ao nível bilateral e multilateral, para a necessidade de estar na linha da frente no combate a tão gritantes situações de carência!

Hoje, como no passado, a Cooperação Portuguesa está e estará empenhada em apoiar as populações guineenses, no esforço de responder às suas necessidades básicas. No atual quadro de implementação das atividades da Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau, as ONG portuguesas e guineenses continuam e continuarão a ser os executores privilegiados das ações de nível micro e local. A execução das atividades previstas no Programa de Cooperação para a Guiné-Bissau passará sempre – e necessariamente – pelas parcerias ao nível das OSC.

A Embaixada de Portugal e a Cooperação Portuguesa gostariam de aproveitar esta oportunidade para sublinhar a importância do papel desempenhado pelo IMVF ao nível dos esforços de parceria desenvolvidos pela Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau, enfatizando, naturalmente, os importantes resultados obtidos pelo PDSA, com as consequentes melhorias significativas introduzidas ao nível da qualidade de vida das populações guineenses, no que toca à Segurança Alimentar e Nutricional.

Muito obrigada pela vossa atenção!

4. INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE DA DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NA GUINÉ-BISSAU NO FÓRUM



Pauline Gibourdel

Exmo. Senhor Representante da RESSAN-GB,
Exma. Sr.ª Representante da Embaixada de Portugal,
Exma. Sr.ª Coordenadora do PDSA,
Senhores Representantes da Sociedade Civil,
Caros convidados,

É para mim um enorme prazer e uma honra participar nesta cerimónia de lançamento do Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em nome do Embaixador Joaquín González-Ducay, Chefe da Delegação Europeia, e de lhes transmitir os melhores cumprimentos.

Esta iniciativa é uma prova da existência de uma Sociedade Civil dinâmica que não fica à espera do Estado para a resolução dos problemas maiores do país.

• • • •

O nosso engajamento ao lado dos atores da Sociedade Civil na Guiné-Bissau não é apenas um pilar teórico e abstrato das políticas da União Europeia. É um engajamento concreto, no qual nos dispomos diariamente junto dos atores implicados, como todos aqueles que estão hoje aqui reunidos.

A União Europeia pretende contribuir para a valorização, promoção e reforço da capacidade das organizações na área da Segurança Alimentar e Nutricional e das redes da Sociedade Civil. Este engajamento permitirá às OSC participar de forma ativa, eficaz e eficiente nos processos de definição, implementação, monitoria e avaliação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. É através dos projetos em curso e de outros em preparação – num valor total de 32 milhões de Euros – como o PDSA, que se organiza este Fórum, juntamente com a RESSAN-GB.

A União Europeia deseja contribuir para a consolidação dos esforços para erradicar a pobreza e reduzir a insegurança alimentar crónica, criando assim sinergias entre ações de emergência e estratégias de desenvolvimento sustentável.

• • • •

Caros convidados,

Gostaria de terminar reiterando a determinação da União Europeia e dos seus Estados-Membros em colaborar com os diferentes atores da Sociedade Civil, tais como os já representados na RESSAN-GB, em favor do desenvolvimento sustentável do país. Agradecemos aos organizadores, com esperança de que os seus esforços se possam traduzir em novas oportunidades e em novos desafios.

Muito obrigada pela atenção dispensada e bom trabalho!

CAPÍTULO III - TEMÁTICAS-CHAVE LIGADAS À SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PAINÉIS 1 E 2

1. INTRODUÇÃO

O Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional pretendeu lançar um debate aberto e crítico no seio da sociedade civil bissau-guineense sobre a problemática multidimensional que constitui a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional no País.

Para fomentar a discussão, foram criados três painéis, os dois primeiros centrados em questões temáticas:

- **Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau:** neste painel foram analisadas e debatidas as principais características, potencialidades e constrangimentos do setor agrícola, em toda a sua cadeia de valor, e da população rural, em particular, numa ótica de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e de um desenvolvimento sustentável, integrado e orientado pela, e para, a população da Guiné-Bissau;
- **Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos:** painel em que se discutiram, essencialmente, questões relacionadas com a Alimentação e Nutrição, numa perspetiva de valorização dos produtos e gastronomia nacional – também como alavanca para o desenvolvimento económico – e de capacitação e consciencialização de produtores e consumidores para aspetos relacionados com a qualidade e a saúde.

Neste capítulo apresentam-se, em geral, as reflexões e apresentações efetuadas pelos facilitadores dos Grupos Temáticos de cada Painel e que estiveram na base da sua dinamização. Excetuam-se as reflexões aqui publicadas para os Grupos Temáticos de Aspetos de Política (Painel 1) e Informação dos Produtos (Painel 2) na impossibilidade de apresentar textos da autoria dos facilitadores.



2. PAINEL 1: ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA GUINÉ-BISSAU

2.1. QUESTÕES PRODUTIVAS E ORGANIZACIONAIS

ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Sambú Seck, Agrónomo

I. Conceito

No sentido lato do termo, a organização/governança da Segurança Alimentar e Nutricional é um processo institucionalizado através do qual são desenvolvidas ações concertadas de atores governamentais e não-governamentais, a nível nacional e local, para resolver problemas que afetam o direito das populações de satisfazerem necessidades



alimentares e nutricionais. Como é do nosso conhecimento, cada homem, mulher e criança tem o direito inalienável de estar livre da fome e malnutrição, a fim de se desenvolver plenamente e manter as suas faculdades físicas e mentais. Trata-se de reduzir a fome, prevenir crises análogas, e garantir uma utilização sustentável dos recursos alimentares e nutricionais.

II. Diferença entre Segurança Alimentar (SA) e Segurança Nutricional (SN)

A primeira (SA) refere-se às causas e efeitos da disponibilidade alimentar a nível dos agregados familiares (acesso à alimentação), e põe a tónica numa abordagem económica na qual o alimento enquanto produto ocupa um lugar central. A Segurança Nutricional (SN) é uma abordagem biológica, centrada no estado nutricional do ser humano. No entanto, os dois quadros conceptuais têm em comum a promoção de uma abordagem interdisciplinar para assegurar o acesso seguro e constante a uma alimentação suficiente, sã e nutritiva, para garantir uma vida saudável.

III. Causas profundas da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)

Geralmente, as causas profundas da IAN são múltiplas, complexas e híbridas. Elas conjugam riscos, incertezas e vulnerabilidades estruturais ligadas a:

- a) Extrema pobreza, fraco poder de compra, incapacidade de gerar rendimentos estáveis e degradação dos meios de subsistência de uma franja dos agregados familiares rurais e urbanos, afetando as capacidades de acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, higiene, água e saneamento);
- b) Disfuncionalidade dos mercados e das cadeias de valor, entraves à livre circulação dos produtores rurais e dos produtos locais, elevados custos de transação e volatilidade excessiva dos preços;
- c) Fenómenos climáticos e catástrofes ambientais (secas, inundações, invasão acridiana, etc.);
- d) Conflitos e perturbações sociopolíticas.

IV. Cenários típicos da Insegurança Alimentar e suas implicações sobre a organização e governança da SAN

• **Cenário 1: Dificuldades de abastecimento resultantes de problemas estruturais de produção.** Situação definida como um estado de produção alimentar interna permanentemente inferior às necessidades alimentares globais.

• **Cenário 2: Problemas de acesso e insuficiência da procura como resultado da pobreza das populações.** Trata-se de países onde devido à generalização da pobreza e/ou existência de fortes disparidades de rendimentos, o acesso à alimentação é o principal problema de uma parte importante da população.

• **Cenário 3: Instabilidade da produção e/ou da procura alimentar.** A IAN em termos de instabilidade, causada por insuficiências súbitas ou repetidas da oferta ou da procura, pode ser o resultado de fatores que afetam a produção alimentar (secas, inundações e outras catástrofes naturais), ou do rendimento e da procura (perdas de rendimentos devido ao baixo preço no mercado mundial dos principais produtos de exportação [caju]).

• **Cenário 4: Disponibilidade e problemas de acesso como resultado de um conflito/situação de crise.** A maior parte dos conflitos armados têm lugar em regiões fortemente dependentes da agricultura. Os conflitos destroem as culturas, o gado e a terra e arruinam as infraestruturas socioeconómicas, em particular os mercados. Pior ainda, destroem os recursos ecológicos e sociais necessários à produção alimentar.

V. Questões transversais na organização e governança da Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional está ligada a uma série de questões transversais em relação ao desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades:

- **Segurança Alimentar e Nutricional e género**

As mulheres são a chave da segurança alimentar. As mulheres desempenham um papel importantíssimo como produtoras alimentares, gestoras dos recursos naturais e dos rendimentos económicos, bem como dispensadoras de cuidados à família. Ora, as mulheres muitas vezes têm apenas acesso restrito à terra, à educação, ao crédito, à informação, às tecnologias e aos fóruns de apoio à decisão.

- **Segurança Alimentar e Nutricional e pobreza**

A insegurança alimentar e nutricional e a pobreza estão estreitamente ligadas e constituem um círculo vicioso. A fome eterniza a pobreza porque impede as pessoas de desenvolverem o seu potencial e de contribuírem para o progresso da sua sociedade. A fome torna as pessoas mais vulneráveis às doenças, torna-as fracas e letárgicas, e reduz a sua capacidade de trabalho e de providenciar os meios de subsistência da sua família.

- **Segurança Alimentar e Nutricional e o Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (VIH/SIDA)**

Cada ano há cerca de 5 milhões de novos infetados pelo VIH sendo que cerca de 90% das pessoas infetadas vive em países com rendimentos médios e baixos. A ligação entre a Segurança Alimentar e Nutricional e o VIH/SIDA funciona em duas direções. Por um lado, as pandemias do VIH e da SIDA têm um enorme impacto sobre a insegurança alimentar e a malnutrição das pessoas, das famílias e das comunidades afetadas, devido, entre outros fatores, à reduzida capacidade de trabalho das pessoas doentes e aos custos elevados associados com a SIDA, para as famílias e comunidades. Por outro, a insegurança alimentar e a malnutrição exacerbam o impacto do SIDA, dada a importância de uma dieta equilibrada e diversificada na mitigação dos impactos da doença.

- **A Segurança Alimentar e Nutricional no contexto dos conflitos, crises e catástrofes naturais**

Frequentemente há uma associação entre fome e conflitos, uma vez que os conflitos armados são responsáveis por crises alimentares severas, contribuindo para a insegurança alimentar e nutricional aguda. Apesar da inexistência de uma relação causal linear, a insegurança alimentar pode exacerbar um conflito, em particular quando aliada a outros fatores de crise, como migrações forçadas e estruturas institucionais frágeis, contribuindo para crises humanitárias. A interface entre insegurança alimentar e conflitos armados é de extrema importância para a Segurança Alimentar, sendo garantir a Segurança Alimentar e Nutricional uma dimensão relevante na prevenção de conflitos civis.



VI. A Guiné-Bissau face aos desafios da organização e governança da Segurança Alimentar e Nutricional

A grande maioria dos países com fracos rendimentos e com défices alimentares estruturais globais (produção alimentar interna inferior às necessidades nacionais globais), como é o caso da Guiné-Bissau, são confrontados com desafios enraizados em causas estruturais e conjunturais, com impactos diretos na organização e governança da Segurança Alimentar e Nutricional.

- **Causas estruturais**

a) ***Uma instabilidade crónica desestabilizadora:*** A instabilidade política constitui um fator desestabilizador para o progresso social e económico do país. Daí resulta um reduzido investimento nos setores socioeconómicos-chave, e uma implementação deficiente das reformas necessárias para lutar eficazmente contra a pobreza e melhorar o bem-estar social das populações.

b) **O acesso das famílias rurais largamente influenciadas pela pobreza e os termos de troca da castanha de caju/arroz:** A promoção das culturas de renda em detrimento das culturas alimentares conduz o país a uma dupla dependência: dependência dos preços do mercado mundial dos produtos de renda (caju) e dependência dos géneros de primeira necessidade importados, como o arroz da Tailândia. Além disso, a fraca capacidade de transformação dos produtos de exportação priva o país de receitas, dada a fraca taxa de transformação do caju (apenas 1 a 2%, contra 17% no Burkina Faso, 20% em Moçambique e 180% na Índia).

c) **Infraestruturas rodoviárias inexistentes ou em mau estado:** A fraca densidade das infraestruturas rodoviárias e a sua má qualidade entravam a comercialização dos produtos rurais e privam assim os produtores do acesso a mercados mais lucrativos. As dificuldades de acesso, combinadas com a falta de infraestruturas de armazenamento, limitam grandemente a conservação e o escoamento dos produtos locais.

• Causas conjunturais

O efeito cumulativo das sucessivas crises económicas provocou uma redução drástica dos rendimentos agrícolas, a par de crises alimentares recorrentes. Estas situações precipitaram muitas famílias para a precariedade e insegurança alimentar crónica.

Os dados provenientes do inquérito aprofundado (realizado pelo PAM e INE em março de 2011) sobre a segurança alimentar no meio rural guineense demonstram que globalmente 20% dos agregados familiares rurais são afetados por insegurança alimentar, dos quais 8% por insegurança alimentar grave e 12% por insegurança alimentar moderada. Estes dados correspondem aproximadamente a 179.000 pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, das quais 70.000 em insegurança alimentar grave e 109.000 em insegurança alimentar moderada.

Esta situação, embora não requeira uma ajuda alimentar de emergência, contrasta com as potencialidades naturais de que o país dispõe para resolver o défice alimentar estrutural global: 1,4 milhões de hectares de terras de vocação agrícola, o que representa um pouco mais de 30% da superfície total do país. Apesar de tudo, as necessidades de consumo de arroz são cobertas em apenas 30% pela produção interna. Anualmente, o país importa cerca de 130.000 toneladas de arroz, 20.000 toneladas de farinha de trigo e 50.000 toneladas de outros cereais.

Além disso, a acessibilidade alimentar é fortemente influenciada pela pobreza e pelos termos de troca da castanha de caju/arroz. O acesso monetário à alimentação é um fator limitativo importante, e as populações dedicam em média 65% das suas despesas à alimentação, o que revela uma grande vulnerabilidade. Ademais, nos agregados familiares muito vulneráveis, aproximadamente 92% das despesas são em alimentação. A situação é particularmente preocupante no meio rural, na medida em que uma parte importante dos agregados familiares vulneráveis depende dos rendimentos da castanha de caju.

VII. Pertinência da organização e implementação de uma governança para a Segurança Alimentar e Nutricional

O desenho de um quadro estratégico pode dar uma visão geral dos constrangimentos e desafios que se colocam e permitir o resgate das grandes linhas de ação a promover pelos atores governamentais e não-governamentais, a fim de contribuir para libertar a população guineense da fome e garantir as condições para a plena participação, na produção nacional e na melhoria dos seus rendimentos, através de:

- Incremento e diversificação das produções agro-silvo-pastoris e haliêuticas para garantir a segurança alimentar e nutricional;

- Aumento dos rendimentos dos produtores e atores das fileiras agrícolas através da conservação, transformação e comercialização dos produtos agroalimentares;
- Favorecer o acesso das populações rurais a oportunidades económicas para criar as condições necessárias a um crescimento económico sustentável no meio rural;
- Melhoria das capacidades nacionais de prevenção e gestão das crises alimentares e nutricionais, das catástrofes e reforço da resiliência das populações vulneráveis;
- Gestão sustentável dos recursos naturais, securitização das condições de vida das populações e restabelecimento da base produtiva;
- Melhoria do estado nutricional das populações e em particular das crianças e das mulheres;
- Reforço das capacidades das organizações rurais para melhorar a gestão do setor rural.

VIII. Exemplos de boas práticas de Segurança Alimentar e Nutricional

- **Recenseamento da população:** recolha, compilação, avaliação, análise e publicação das estatísticas demográficas, sociais e económicas relativas à população;
- **Análise setorial para examinar alguns setores como:** a saúde, a assistência social, a educação, a agricultura, as infraestruturas (estradas, pistas rurais, energia, escolas, hospitais, etc.). Para cada um dos setores, os indicadores específicos são importantes;
- **Análise da pobreza:** a análise da pobreza concentra-se na medição do estatuto socioeconómico, do nível de riqueza e de desigualdade;
- **Análise do consumo alimentar das famílias a nível nacional:** trata-se de inquéritos normalmente realizados para analisar a Segurança Alimentar e Nutricional aos níveis micro e meso;
- **Inquérito às despesas das famílias:** trata-se de medir a segurança ou insegurança alimentar de um agregado familiar, recorrendo a três indicadores diferentes: (1) a insuficiência da ingestão calórica do agregado familiar, (2) o grau de vulnerabilidade a insegurança alimentar futura, e (3) a qualidade do regime alimentar. Em suma, trata-se de avaliar o consumo e o bem-estar da população;
- **Estudos de medição da qualidade de vida:** fornecem dados sobre a maior parte dos aspetos do bem-estar familiar (consumo e rendimento provenientes das atividades no mercado de trabalho, da agricultura, propriedade de bens, saúde, educação, alimentação, fecundidade etc.). Os dados recolhidos permitem apreciar os esforços de desenvolvimento comunitário na redução da pobreza e dispor de informações quantitativas sobre os níveis, causas e consequências da pobreza;
- **Balanco das disponibilidades alimentares (*Food Balance Sheets*):** fornece uma ideia da situação alimentar global do país e permite fazer uma estimativa aproximada do estado da segurança alimentar e nutricional.

IX. Pistas para reflexão e formulação de abordagens estratégicas

- Dificuldades de abastecimento em produtos alimentares resultantes de problemas estruturais de produção?
- Problemas de acesso e insuficiência da procura como resultado da pobreza das populações?
- Instabilidade da produção e/ou da procura alimentar?
- Disponibilidade e problemas de acesso como resultado de conflito, da situação de crise e de catástrofes naturais?
- A Segurança Alimentar e Nutricional e o género?
- A Segurança Alimentar e Nutricional e o VIH/SIDA?
- A Segurança Alimentar e Nutricional e o crescimento económico sustentável no meio rural?
- A Segurança Alimentar e Nutricional e a coordenação entre atores governamentais e não-governamentais?

QUESTÕES PRODUTIVAS E ORGANIZACIONAIS DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Rui Andrade, Agrónomo

I. Introdução

Segurança alimentar é assegurar a disponibilidade de produtos alimentares em todo o país e durante todo o ano, assim como promover a criação e a distribuição de rendimentos de modo que até as camadas mais pobres da população tenham acesso a uma alimentação sã de qualidade e em quantidade suficiente.

A segurança alimentar inclui três elementos fundamentais:

- O crescimento da produção alimentar;
- A estabilidade da oferta (funcionamentos dos mercados, armazenamento);
- O acesso de todos aos produtos alimentares (poder de compra, rendimentos).

A situação da Segurança Alimentar e Nutricional das populações, sobretudo das mais vulneráveis, nas zonas rurais do país, é preocupante e no seu conjunto muito precária, sendo que a pobreza é, predominantemente, a primeira causa de insegurança alimentar. A precariedade da situação de insegurança alimentar é quase permanente e particularmente acentuada nos meses de julho, agosto e setembro.

Existe uma forte sazonalidade no que concerne à dependência dos mercados para o consumo do arroz. Efetivamente, há uma maior dependência durante o período de penúria, com o risco constante de haver um aumento dos preços dos produtos alimentares, em particular do arroz, a que se somam as dificuldades de acesso.

Os resultados da análise do *Estudo/Inquérito aprofundado sobre a segurança alimentar e vulnerabilidade das famílias rurais (PAM/Vulnerability Analysis and Mapping [VAM] 2011)* concluem que 20% das famílias rurais (179.000 pessoas) são afetadas por insegurança alimentar, das quais 8% (70.000) se encontram em situação de insegurança alimentar severa e 12% (109.000) encontram-se numa situação de insegurança alimentar moderada. As famílias dirigidas por mulheres são as mais afetadas por insegurança alimentar moderada.

II. Situação nutricional

A situação nutricional infantil é preocupante. 1,7% das crianças com menos de 5 anos sofrem de malnutrição aguda grave e 5,5% de malnutrição aguda; 40,9% crianças sofrem de malnutrição crónica (*Multiple Indicator Cluster Survey [MICS] 2006*).

As regiões mais afetadas com a malnutrição são Bafatá e Gabú, que apresentam uma prevalência de malnutrição aguda de 9,9%, 28,6% de insuficiência ponderal e 49,1% de malnutrição crónica. A zona sul: Bolama/Bijagós, Quinara e Tombali é a segunda região mais afetada, apresentando valores mais próximos de malnutrição.

III. Tipologia de agricultores

A agricultura, no sentido lato, é a atividade económica dominante. A agricultura contribui com mais de 50% do PIB, com cerca de 96% das exportações e emprega mais de 85% da população ativa. O setor agrícola cresce a uma ritmo anual de 4% - superior ao PIB nacional de 3% - estando assente na agricultura de subsistência que, no entanto, está limitada pelo ciclo vicioso *fracos investimentos - fraca produtividade - fraco rendimento*.

Existem duas categorias de agricultores:

- **Os pequenos agricultores de subsistência (ou agricultores familiares)** que se estima corresponderem a 120.000 explorações. Constituem o essencial da população rural e realizam 90% da produção alimentar. O principal cultivo da produção alimentar é o arroz, seguido dos diferentes tipos de milho (bacil, preto, sorgo e fundo) e por último, as raízes e tubérculos (mandioca, batata doce e inhame), a mancarra (amendoim), o feijão, os legumes (cultivados essencialmente por mulheres) e as frutas (mangas, bananas, citrinos). Estes constituem culturas de renda.

Em média, um produtor de tipo familiar cultiva uma superfície entre 1,3 a 3,3 hectares, repartidos em 0,3 ha com o cultivo do arroz de água doce; 0,4 ha de arroz de água salgada; 1,1 ha com o cultivo dos milhos e arroz de planalto, mancarra, feijão e a mandioca e 1,5 ha de plantação de caju e frutas. A produção alimentar dos agricultores de tipo familiar cobre as necessidades alimentares de seis a oito meses por ano.

A cultura de caju é a principal cultura de renda, fornece rendimentos monetários (pela venda ou troca com arroz importado), permitindo aos agricultores de tipo familiar cobrir em média quase quatro a seis meses de suas necessidades alimentares.

A produção de animais (de ciclo curto) apresenta-se como meio de subsistência e de poupança dos agregados familiares contribuindo, dessa forma, para a segurança alimentar. Em média, um agricultor de tipo familiar possui entre três a cinco animais, repartidos em uma cabeça de gado bovino, uma a duas cabras e/ou carneiros e dois porcos. A criação de gado bovino é da responsabilidade dos homens. O leite e os seus derivados pertencem às mulheres. A criação de pequenos ruminantes e porcos é feita pelos homens e mulheres porém, a criação de aves é da responsabilidade das mulheres.

- **Os ponteiros** (2.200 concessões, das quais 1.200 são realmente produtivas), geralmente designados de *agricultores modernos*, dispõem de concessões fundiárias importantes. Com um tamanho médio de 136 ha, variando entre 20 e 3.000 ha, fornecidas pelo Estado, estas concessões cobrem 27% das terras aráveis (ou seja 9% da superfície total do país) e ocupam os melhores terrenos com plantações de cajueiros.

IV. Produção e disponibilidade alimentar

- Produção agrícola

Segundo o **Relatório de Avaliação das Colheitas de 2012/2013** do Governo da Guiné Bissau, Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca do Sahel (CILSS), PAM e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) sobre os resultados da produção:

- Na campanha agrícola de 2012/2013, o arroz (planalto, água doce e água salgada) registou uma produção de 198.504 toneladas de arroz em casca, um aumento global de 13,3% em relação à campanha de 2011/2012 (de 175.213 toneladas). A produção de arroz de planalto, *bas-fonds* (aluvião) e *mangrove* (mangal) acusou um aumento de 10,6%, 15,0% e de 13,7%, respetivamente.
- No que concerne aos cereais secos, constatou-se um crescimento de produção devido ao aumento das superfícies e dos rendimentos. Esses aumentos são de 24,0% para o sorgo, 21,4% para o milho preto, 23,7% para o milho bacil.

• Disponibilidade alimentar

A produção total provisional de cereais brutos foi de 248 780 toneladas durante a campanha de 2012/2013, correspondendo a uma produção de cereais disponível de 161 837 toneladas. A disponibilidade alimentar nacional é fraca, tendo em conta que a taxa de cobertura de necessidades cerealíferas durante o período 2000-2012 foi de 58% contra os 72% de 1992-1997. O défice é de 142 774 toneladas. O défice cerealífero é crónico, apesar das fortes potencialidades no que respeita à água (chuvas relativamente abundantes, cursos de água doce), terras agrícolas e riqueza em biodiversidade.

A importação comercial do arroz representa 32% das necessidades em cereais e progrediu, em média, 15% por ano durante o período 2000-2010, enquanto a produção bruta progrediu apenas 13%.

Com as condições climáticas favoráveis e propícias à prática da agricultura e à diversificação de culturas ao longo de todo o ano, o país não tem conseguido tirar proveito de todas as potencialidades e dos diferentes sistemas de produção, que ainda estão longe de ser explorados no seu potencial máximo - as produções são também pouco valorizadas. Persistem ainda constrangimentos de ordens várias, que se podem resumir como se segue:

- Fraca produção e produtividade agrícola (a prática da agricultura itinerante, tradicional e arcaica, degradação do sistema produtivo e dificuldades de acesso e fraca utilização dos fatores de produção e dos itinerários técnicos: sementes melhoradas, material agrícola, adubos, etc.);
- Fraca capacidade organizacional e técnica do mundo rural;
- Fraca capacidade de resposta às crises e catástrofes (dificuldade de acesso aos produtos alimentares, devido ao fraco poder de compra, etc.);
- Fraco nível de financiamento do setor agrícola (falta de instituições especializadas no domínio do crédito agrícola; fracos investimentos (públicos e privados);
- Fraca governação do setor agrícola e rural (as capacidades institucionais são muito limitadas para a implementação dos programas);
- Fraca capacidade de valorização dos produtos agrícolas (transformação, conservação e armazenamento)
- Fraca capacidade de acesso aos mercados pelos atores da cadeia de valor (zonas de produção *enclavadas*, ausência de meios de transporte, ausência de informação sobre mercados e inúmeras barreiras e taxas não transparentes).

O potencial agrícola é amplamente subutilizado e poderia ser o pilar para acelerar o crescimento económico do país. Entretanto, o setor está ainda longe de ser um fator de atenuação da pobreza e insegurança alimentar, pois continua a concentrar uma grande parte da pobreza rural. Ademais, as necessidades alimentares são cobertas, em grande parte, pela importação de produtos alimentares, em particular o arroz.

O setor enfrenta vários problemas estruturais, agravados pela instabilidade política que afeta os rendimentos dos produtores.

V. Desafios para o setor

A fim de permitir ao setor utilizar, em pleno, o seu potencial no crescimento económico e a sua contribuição para a redução da pobreza e da insegurança alimentar, o Governo, no quadro do **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza** (DENARP II) e do **Programa Nacional de Investimento Agrícola** (PNIA), optou por investir e desenvolver as culturas alimentares, em particular o arroz, tendo o objetivo de atingir, até ao ano 2015, a redução do défice de cereais – em particular de arroz – em pelo menos 50% e o aumento da taxa de autossuficiência de 45% para aproximadamente 80%.

O caju, a pecuária, a horticultura, as pescas e a valorização dos produtos constituem atividades estratégicas para a criação de emprego e para reduzir a pobreza.

De igual modo será dada particular atenção ao desenvolvimento das capacidades produtivas e organizacionais da população rural no seu todo, incluindo as mulheres e jovens.

O **objetivo global do PNIA** é assegurar a segurança alimentar e contribuir para a redução da pobreza no meio rural através da promoção das cadeias agrícolas promissoras. O seu **objetivo específico** é atingir um crescimento anual de 6% no setor agrícola.

Pretende-se valorizar o potencial da produção que o País dispõe através do aumento das capacidades dos pequenos agricultores familiares com implicações diretas tanto ao nível da produção, como da produtividade, a diversificação e a valorização da produção nas cadeias alimentares e de renda, com vista a aumentar a disponibilidade e o acesso aos alimentos.

Nesta perspetiva, pretende-se que os participantes do Fórum, de uma forma participativa e consensual, possam encontrar respostas/propostas de soluções à luz das suas experiências de trabalho com os pequenos agricultores de tipo familiar nas suas explorações agrícolas e respetivas organizações, no desenvolvimento agrícola e rural.

2.2. ASPETOS LIGADOS AOS MERCADOS

MERCADO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Isabel Miranda, Agrónoma

I. Contexto geral

“Do conceito universal, a segurança alimentar e nutricional consiste no exercício do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam económica, ambiental e socialmente sustentáveis. Segurança alimentar e nutricional não é somente o combate à fome, ou simplesmente o direito à qualidade sanitária dos alimentos”.

A Segurança Alimentar e Nutricional diz respeito a inúmeras dimensões relacionadas com a produção, o acesso, a comercialização e o consumo de alimentos, tomando em consideração os fatores que influenciam a disponibilidade e qualidade dos alimentos.

Ter como meta assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau é um permanente desafio, tendo em conta o fraco investimento das autoridades nacionais na implementação de iniciativas e políticas de desenvolvimento do setor agrícola, quer ao nível da prevenção e gestão de ameaças externas (pragas dos cultivos, desmatção e corte de madeiras, erosão, etc.) quer ao nível de investimento em infraestruturas rurais necessárias, o que tem posto em causa o progresso de uma área tão fundamental - a segurança alimentar. Por outro lado, os pequenos agricultores dependem das receitas da venda das castanhas do caju para garantir as operações da campanha agrícola e assumirem a sua responsabilidade da aquisição dos materiais, equipamentos e insumos, necessários à sua sobrevivência.

A agricultura é a principal atividade económica do País, com um importante potencial explorado principalmente pela população rural. O setor agrícola contribui, através da castanha do caju, com uma percentagem elevada nas exportações do país. Os principais sistemas de produção agrícola são a cultura do arroz, o caju, as hortícolas e as frutícolas. A pecuária é de tipo tradicional, cujo desenvolvimento consiste no *saber fazer* tradicional dos pequenos criadores. O animal é deixado em liberdade e deve procurar os seus próprios alimentos; a estabulação não existe e os cuidados veterinários são raros, com consequentes elevadas taxas de mortalidade.



O potencial haliêutico é muito relevante. A pesca artesanal praticada pelos pescadores destina-se à venda e a pesca nas bolanhas, exclusivamente praticada pelas mulheres, destina-se ao consumo da família e venda de pequenas quantidades nos mercados domésticos.

O subsetor alimentar é dominado pela cultura do arroz, em coprodução com outras espécies alimentares: os milhos, a mandioca, batata-doce, mancarra, legumes e frutas. A maior parte das quantidades produzidas destina-se ao consumo, por falta de circuitos de comercialização que valorizem os excedentes produzidos.

O caju destaca-se por ser cultivado pelo valor comercial das suas castanhas e domina as exportações nacionais. O sistema de troca entre a castanha de caju e o arroz levou à generalização da cultura do caju por todo o país e à - quase total - substituição dos campos destinados às culturas alimentares, pelas plantações de caju, uma situação que provoca uma mudança nos sistemas de produção rural. A razão evocada prende-se com as exigências de trabalhos nos pomares dos cajueiros que são diminutas (limpar o terreno, piquetar e plantar e aguardar a apanha dos frutos e respetivas castanhas, dois a três anos depois). As outras culturas exigem mais trabalho e mais mão-de-obra, sobretudo o arroz, daí a preferência dos camponeses pela coleta e comercialização do caju. Hoje, a castanha de caju é o principal produto de renda das famílias rurais e único produto de exportação, colocando o país numa situação de forte dependência dos mercados estrangeiros.

Apesar do setor agrícola ser considerado a base da economia do País, o setor não beneficia de qualquer tipo de financiamento formal. Os bancos existentes apostam no financiamento de operações comerciais de importação/exportação, excluindo assim os produtores agrícolas e pequenos comerciantes, que também necessitam de recursos para investir nas suas atividades geradoras de renda.

II. O mercado dos produtos agrícolas e a Segurança Alimentar

A atividade agrícola continua a ser a mais importante fonte de renda e de alimentos para a maioria das unidades familiares rurais. A comercialização dos produtos agrícolas é feita pelos pequenos agricultores, que se tornam assim nos principais atores dos mercados. É nos mercados que compram os seus meios de produção e vendem os seus produtos e onde, como consumidores, gastam os seus rendimentos. Estes atores cultivam, criam e pescam, mais por razões de subsistência do que por razões comerciais; dispõem de recursos limitados, possuem uma exploração agrícola relativamente pequena, investem pequenas somas de capital na produção e utilizam mão-de-obra do agregado familiar. É neste contexto que se desenvolve o mercado dos produtos agrícolas em todo o país, baseado num sistema tradicional cujo objetivo é a autossuficiência e a segurança alimentar. O mercado no nosso país é o local onde os pequenos agricultores exercem o papel de vários atores: no papel de vendedores negociam de modo a conseguir o preço mais alto para a sua produção, e como compradores negociam a fim de pagar o preço mais baixo possível. Porém, os pequenos agricultores têm alguns fatores a seu *desfavor*:

- Produzem e oferecem para venda pequenas quantidades de produção, que variam em termos de qualidade;
- O seu poder de negociação, para conseguir um preço mais favorável no mercado, é fraco (ou até mesmo inexistente) recebendo por isso preços baixos pelos seus produtos, o que resulta também em rendimentos agrícolas baixos: não têm possibilidade de investir em insumos melhorados, necessários para aumentar a produção;
- Acesso limitado à informação fiável e atempada sobre comercialização;
- Acesso limitado a serviços de agregação de valor aos seus produtos;
- Dependência de intermediários para aceder aos mercados mais formais ou dos países vizinhos.

Os pequenos agricultores também se debatem com os problemas associados com a comercialização de produtos agrícolas, tais como:

- Flutuação dos preços;
- Políticas governamentais desfavoráveis;
- Pragas e doenças das culturas e do gado;
- Impacto das mudanças climáticas, que podem ser a insuficiência de chuvas e ou as inundações provocadas por pluviosidade abundante.



Os pequenos agricultores necessitam de ajuda para melhorar a sua posição no mercado e conseguir enfrentar os riscos com que se deparam. É importante analisar as diferentes dimensões que caracterizam o mercado e procurar soluções que estejam ao alcance dos pequenos agricultores. Ao avaliarmos o mercado, temos de olhar, principalmente, para as seguintes dimensões: (i) acesso físico aos mercados; (ii) estrutura dos mercados; (iii) organização dos produtores sobre conhecimentos e informação de mercado.

a) **O acesso físico aos mercados**, em quase todo o território nacional, é um determinante-chave para a comercialização da produção agrícola. Insere-se aqui a distância das tabancas aos mercados, a qualidade das estradas (a maioria é intransitável em determinadas épocas do ano) e é assim uma preocupação central para a maior parte das comunidades rurais. Esta situação mina a capacidade dos produtores para comprar os seus meios de produção e vender as suas colheitas.

O afastamento dos locais de produção resulta em elevados custos de transporte, tanto para os compradores como para os vendedores, torna limitadas as possibilidades de negociar os preços dos produtos agrícolas sem prejuízo para o produtor e também limita as possibilidades de aquisição dos meios de produção.

Para as mulheres, os custos de transporte combinados com as restrições de armazenamento, tornam particularmente importante a dimensão acesso ao mercado, devido à tendência das mulheres em trabalhar com vegetais e outros produtos perecíveis.

b) **A estrutura do mercado** é fundamental, sendo que para a maioria das famílias rurais, a agricultura é um elemento-chave da sua estratégia de subsistência. Porém, os pequenos agricultores estão também comumente envolvidos em atividades não-agrícolas, incluindo o agroprocessamento, o comércio, entre outras. A comercialização dos produtos agrícolas ocorre nos mercados tradicionais, os *lulus*, baseada na troca direta, conforme os interesses ou necessidades recíprocas de produtos, entre pequenos produtores/consumidores e os intermediários do mercado. Os *lulus*, na sua maioria, situam-se junto aos eixos rodoviários e são frequentados pelas tabancas (aldeias) das proximidades.

Neste contexto, não se aplicam as leis do mercado: o processo é social, feito através de permutas e nem sempre obedece às regras de clientela. Quando, contudo, isso acontece, os clientes são dos países vizinhos (Senegal, Guiné e Gâmbia) e os produtos agrícolas são específicos (batata doce, óleo de palma, mancarra, mandioca, pescado fumado e salgado), os pagamentos são efetuados em dinheiro e por vezes também na base de permuta, com produtos de primeira necessidade. Essas fileiras operam de maneira informal, não se regem por disposições jurídicas. Conforme as disposições da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a circulação dos produtos agrícolas entre os países dessa comunidade é livre. Pelas práticas correntes, subentende-se que existem enormes dificuldades e ilegalidades na circulação e comercialização dos produtos (custos de transporte, taxas, as barreiras tarifárias a nível nacional e transfronteiriço e as não-tarifárias), tais como diferentes padrões e sistemas de controlo e constrangimentos burocráticos. Não existe uma perceção comum dos dispositivos, observando-se em alguns casos a prática de extorsão e dispositivos aplicados sem legalidade, com base em informações deturpadas.

O único mercado para produtos agrícolas estruturado existente no país é o mercado do caju. Contrariamente à venda dos outros produtos agrícolas, a castanha de caju beneficia de um mercado oficial gerido pelo Estado e que funciona como uma “fileira organizada”. Mesmo assim, as relações entre os produtores e os retalhistas acabam por ser vulneráveis devido à instabilidade dos preços de oferta e de procura e, por este motivo, há dois anos consecutivos que a campanha de caju tem fracassado e deixado as populações sem possibilidades de vender e, por conseguinte, a economia familiar fragilizada e dependente do sucesso da campanha. Isto influencia a segurança alimentar devido à perturbação que causa na preparação e realização da campanha agrícola, na produção alimentar, no acesso aos meios de produção e serviços e o pagamento dos mesmos.

c) **Conhecimentos, organização e informação.** Os produtores rurais encontram-se em grande desvantagem porque desconhecem o mercado. Desconhecem o seu funcionamento, a razão da flutuação dos preços, a exigência da qualidade dos produtos, porque têm pouca ou nenhuma informação sobre as condições de mercado. Carecem de estruturas organizacionais de defesa que possam dar-lhes o poder de que necessitam para interagir, em igualdade de condições, com os intermediários de mercado maiores e mais fortes. Estão pouco informados, não têm experiência de negociação e não imaginam sequer o valor da sua própria capacidade de influenciar os termos e as condições das negociações.

III. O papel das Organizações de Desenvolvimento

Os apoios dados pelas ONG ao nível da segurança alimentar e do desenvolvimento económico das comunidades contempla sempre a diversificação de atividades incluindo as geradoras de renda (numa mesma tabanca fazem horticultura, fruticultura, pesca, extração de sal, óleo de palma e outros), para terem rendimentos alternativos, o que lhes garante uma relativa segurança alimentar e financeira e lhes permite uma dieta alimentar – relativamente – equilibrada. As ONG contribuem assim para a redução da fome e principalmente para melhorar a resposta às crises alimentares da população rural.

Paralelamente ao desenvolvimento de conhecimentos técnicos e de índole organizacional, as comunidades exercem outras atividades que lhes permitem trabalhar durante todo o ano e consequentemente obter os rendimentos de forma mais constante. Recentemente surgiram iniciativas protagonizadas por algumas ONG, fomentando a intervenção de pequenos agricultores muito dinâmicos e competentes, de modo a valorizar os seus conhecimentos e a fazer deles vulgarizadores que prestam serviços às comunidades, com o intuito de diminuir o impacto negativo dos problemas e estrangulamentos que enfrentam os agricultores produtores rurais.

IV. Como ajudar os produtores rurais na comercialização dos seus produtos

O apoio a fornecer aos produtores rurais no acesso aos mercados de forma eficaz deve ser entendido não apenas como um meio que lhes permite responder a novas oportunidades e assim aumentar os seus níveis de renda, mas também como uma ajuda para enfrentar e responder aos enormes desafios colocados pelos mercados imprevisíveis e desiguais. Está hoje generalizada a perspetiva de agregar valor aos produtos agrícolas e não agrícolas resultantes da produção familiar através do processamento semi-industrial e da incorporação de serviços a esses bens, com base em empreendimentos de pequena e média escalas. Soma-se o acesso ao crédito em condições adequadas. A aplicação destas recomendações gerais merece uma importante reflexão para determinar a sua aplicabilidade nas condições da população deste país e a viabilidade daquilo que é aplicável.

Qualquer ajuda a dar aos pequenos agricultores/criadores/pescadores rurais deve ter em conta as questões de género e de acesso ao mercado. As mulheres produtoras rurais têm, em geral, dificuldades em participar no processo de comercialização, em função de suas atribuições de género. No entanto, tem crescido o número de grupos produtivos de mulheres que buscam um carácter mais permanente e uma estruturação melhor, de modo a receber ajudas, criar e entrar em canais de comercialização para os seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendam às suas necessidades e interesses específicos. No entanto, ainda existem fortes desafios para aqueles que se decidem por abordagens sensíveis às questões de género, que possam contribuir de maneira efetiva para a construção de uma maior autonomia económica das mulheres, respeitando as diferenças internas existentes na comunidade a que pertencem.

Os apoios seriam essencialmente técnicos, organizacionais e informativos, auxiliando os seus esforços para aumentar a produtividade agrícola e a valorização dos produtos via mercado, para diminuir as incertezas e os riscos. Referem-se entre os mais importantes:

- Mediação junto às instituições do governo, na qualidade de provedores de bens públicos necessários para o desenvolvimento de mercados como, por exemplo, a prestação de informações, interpretação das leis básicas, melhoria de infraestruturas de transporte e de armazenamento, reabilitação ou construção de estradas rurais que liguem pequenos produtores rurais aos principais centros comerciais. Enquanto facilitadores, incentivar as empresas privadas e os parceiros técnicos e financeiros a fornecerem os bens e serviços necessários para aumentar o acesso ao mercado dos produtores rurais;
- Diversificação das fontes de renda, seja através da produção e comercialização de culturas não habituais (gergelim) ou através da exploração de oportunidades não agrícolas (sal, pescado);
- Assistência para identificar e aproveitar as oportunidades, para superar as suas limitações e influenciar as políticas nacionais;
- Difusão de informações sobre a oferta e a procura, a localização do mercado e os preços praticados;
- Desenvolvimento de prestação de serviços financeiros rurais, tendo presente a mentalidade e o comportamento dos pequenos agricultores rurais, minimizando os efeitos da falta de investimento e capital.

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESAFIOS E QUESTÕES-CHAVE LIGADAS AOS MERCADOS

Abílio Rachid, Agrónomo

I. Introdução

Pretende-se com este trabalho efetuar uma pequena introdução, tendo em vista a animação do Grupo Temático Aspetos ligados aos mercados, no quadro do *Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar*. Pelo facto, não é de forma alguma um trabalho acabado sobre esta temática e destina-se apenas a ressaltar alguns aspetos relacionados com o mercado, por forma a incentivar, animar e enquadrar as discussões deste grupo temático. Este trabalho articula-se em torno de dois eixos principais: o fornecimento de alguns elementos relacionados com o contexto do país e os desafios e questões-chave relacionadas com o mercado.

II. Contexto

O mercado é o local onde os vários agentes económicos (sobretudo consumidores e produtores) efetuam a troca de diferentes tipos de bens. O seu equilíbrio, numa economia de mercado, é alcançado através da lei da oferta e da procura e pela presença de inúmeros agentes económicos que participam, sem poderem controlar o mercado, tanto do lado da oferta como do lado da procura. Na Guiné-Bissau é impossível conceber a Segurança Alimentar e Nutricional sem um real desenvolvimento da produção agrícola e do mercado, pois a maioria da população vive de uma agricultura que não é autossuficiente e, sem recurso aos mercados, não pode abastecer-se de todos os bens alimentares de que necessita.

A Guiné-Bissau é essencialmente um país agrário. A maioria da sua população vive da agricultura, na qual, se salienta, sobretudo, a produção do arroz para a subsistência e a da castanha do caju para a exportação.

Apesar dos fatores negativos (nomeadamente os ecológicos e socio-fundiários) para que a expansão descontrolada do caju tem contribuído, tem colaborado também, através dos rendimentos conseguidos da comercialização da castanha, para a melhoria do bem-estar e da situação socioeconómica da maioria das famílias do mundo rural, nomeadamente no caso dos pequenos produtores agrícolas. Entretanto, os preços praticados nas campanhas relacionadas com este produto, apesar da sua boa qualidade, têm sofrido muitas oscilações, tendo atingido níveis muito baixos nestes últimos anos: uma consequência, sobretudo, de políticas e estratégias inconsequentes do governo, em especial do setor do comércio, e das demais organizações relacionadas com esta fileira. Estes baixos preços têm tido um impacto negativo no aprovisionamento dos alimentos das famílias em geral e em especial das famílias camponesas, que utilizam uma grande parte destes rendimentos para compra de bens alimentares.

A produção agrícola é complementada pela criação de gado, exploração florestal - nomeadamente dos produtos não lenhosos - e pela pesca. Os produtos de pesca, especialmente moluscos e crustáceos, são predominantemente produzidos na costa, onde constituem um importante suplemento proteico na dieta alimentar das populações. Os produtos agrícolas, florestais e de pesca, dependendo das regiões, constituem, através da sua comercialização, fontes de rendimento para muitas famílias.

Em geral, é através da produção agrícola, criação de gado, produtos florestais e da pesca que a maioria das famílias guineenses obtém direta e/ou indiretamente (através da comercialização), os alimentos básicos utilizados na sua dieta alimentar.

A produção agrícola é ainda muito tradicional, com uma produção muito baixa e orientada para a subsistência, com pouca utilização dos fatores de intensificação, tais como a irrigação, mecanização, o uso de agroquímicos (adubos e agrotóxicos), material genético melhorados e/ou técnicas agroecológicas. É também muito dependente dos fatores climáticos, nomeadamente dos volumes, distribuição e variação inter e intra-anual da pluviosidade. Aliás, os efeitos das mudanças climáticas têm vindo a ter impactos negativos consideráveis sobre os solos, vegetação natural, doenças e pragas e consequentemente sobre a produção agrícola. A produção tem igualmente sofrido com a má organização da campanha agrícola.

Historicamente, a situação no mundo rural começou a agravar-se no período da pós-independência, com o desmantelamento das estruturas estatais de apoio ao setor agrário, no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), e que deviam ter sido substituídos através da promoção e desenvolvimento de um setor privado. Mesmo atualmente, apesar do apoio de alguns projetos executados pelo governo, ONG e Associações de Base, as estruturas permanentes e duráveis de apoio ao mundo rural são frágeis e em algumas regiões do país praticamente inexistentes. Com efeito, nos últimos anos, em resultado de uma inconsequente política de ajustamento estrutural, da crise económica mundial e da instabilidade política governativa que levou a comunidade internacional a impor um regime de sanções à Guiné-Bissau, foram eliminadas inúmeras estruturas estatais de apoio ao desenvolvimento do mundo rural e suspenderam-se financiamentos de muitos projetos, sobretudo dos projetos executados pelo governo.

Apesar dos impactos muito positivos das ações das ONG e Associações, estes têm sido especialmente localizados em consequência, entre outros fatores, do fraco volume de financiamentos que lhes são disponibilizados, vocação e capacidade e do espaço de intervenção. A abordagem muito setorial da planificação do desenvolvimento não tem, igualmente, contribuído para que um ambiente favorável fosse criado que contribuisse para o desenvolvimento do setor agrário e da agricultura. Estes factos têm afetado negativamente o desenvolvimento da produção agrícola e em especial a produção alimentar.

A liberalização da economia não foi acompanhada por uma estruturação consistente do mercado, ou seja, do setor comercial. Aliás, esta liberalização, que veio logo a seguir à ascensão de um setor estatal muito dominante, no período da pós-independência, teve como consequência o desmantelamento completo - e total - de um setor privado comercial, criado durante o período colonial e ainda existente no período pós-colonial. Desde então - e/ou posteriormente - este vazio tem sido ocupado, progressivamente, pelo surgimento de um setor informal cada vez maior, que envolve vários setores da economia, mas de forma muito desorganizada, só muito fracamente se observando, as instituições reguladoras e, consequentemente, culminando em reduzidos impactos nas receitas do Estado. Este setor tem-se desenvolvido tanto nos grandes centros urbanos como nas zonas rurais. Nestas últimas, é dinamizado através dos mercados semanais comumente designados *lomos*.

As fileiras comerciais do setor informal são muito complexas devido a vários fatores, sendo de salientar: a fraca formação dos intervenientes; os produtos, as zonas de produção e sua localização; as formas de acesso e escoamento dos produtos envolvidos; a estrutura destas fileiras; a localização; a dinâmica dos potenciais mercados (centros de consumo e absorção) e o volume de capital envolvido pelos operadores. Em geral, os espaços físicos onde têm lugar estes mercados não dispõem de infraestruturas, ou dispõem de infraestruturas deficitárias em relação às que seriam necessárias ao seu normal funcionamento. O mundo agrário e, em especial, o mercado dos produtos agrícolas, não foge à regra, pois é o setor informal que tem dominado o mercado dos produtos agrícolas.

É, no entanto, de ressaltar que o setor informal tem tido impactos positivos no combate à pobreza, criação de emprego - se bem que muito precário -, expansão dos rendimentos familiares - que em grande parte é utilizado na aquisição de bens alimentares - no campo e nas cidades.

III. Aspectos importantes do mercado - desafios e questões-chave

À exceção da campanha do caju, em que o mercado - a estrutura comercial - é um pouco mais estruturado, as outras fileiras comerciais são essencialmente informais e funcionam, por vezes, em redes muito complexas. Com efeito, no quadro da campanha de caju, um sistema comercial formal articulado interliga o comércio local, que faz a recolha do produto; os 'grandes comerciantes' localizados nos maiores centros de consumo doméstico para onde este produto é escoado; e os mercados sub-regionais e internacionais para onde o produto é exportado. No sentido inverso, são postos em circulação muitos bens de consumo importados, nomeadamente o arroz que, em certas circunstâncias, é objeto de troca direta com a castanha do caju. Alguns dos operadores desta fileira chegam a abrir temporariamente lojas locais para a recolha da castanha.

Estes mercados formais são muito pouco eficientes porque funcionam unicamente em certos períodos e/ou para determinados produtos, como o caju. Esta articulação é dificultada pela fraca cobertura e pela degradação das redes viárias que levam ao isolamento/encravamento de algumas áreas do país, apesar de algumas destas áreas serem potenciais produtoras de determinados tipos de produtos para o mercado. Estes fatores condicionam e limitam, em certa medida, o aproveitamento das potencialidades de produção, a capacidade de recolha e o fornecimento dos mercados com maior procura e desincentivam a produção de determinados produtos agrícolas comercializáveis.

As *Bideiras* (vendedeiras) e *Djilas* (comerciantes ambulantes) são os envolvidos no comércio dos produtos tradicionais locais. Alguns *djilas* são originários dos países vizinhos. Deslocam-se para o local para vender e comprar alguns produtos e/ou, por vezes, fornecem produtos a indivíduos residentes que, localmente, vendem e/ou compram alguns dos produtos locais. Os produtos comprados localmente são posteriormente vendidos também localmente nos períodos fora da campanha, nos lumos, principais centros da região e/ou em Bissau ou então exportados para os países vizinhos. Alguns produtos são comprados nos períodos de campanha - em que são excedentários - como é o caso do arroz, óleo de palma, limão, etc., que depois são trocados e/ou vendidos de forma mais vantajosa por outros produtos e/ou por dinheiro. Esta rede é muito complexa e ramificada e pode sofrer interferências devido a diferentes fatores, como as condições das estradas, estrutura dos transportes entre os locais de produção e os principais centros de consumo, capacidade de financiamento, etc.

Entretanto, no funcionamento destes mercados ou das fileiras comerciais mais específicas, evidenciam-se alguns desafios e colocam-se algumas questões-chave, nomeadamente:

- **Especialização e/ou diversificação:** tal como na produção agrícola, geralmente não se verifica uma grande especialização nas fileiras comerciais, o que origina, muitas vezes, sobretudo devido à sazonalidade da produção (mas também devido à falta de infraestruturas para o armazenamento, conservação e transformação), vários agentes, durante o mesmo período e no mesmo mercado, a oferecerem, em simultâneo, os mesmos tipos de produtos. Isso dissipa os rendimentos potenciais dada a redução generalizada dos preços devido à grande dimensão da oferta em relação à procura (que, por vezes, dificulta a absorção do(s) produto(s) pelo mercado, sobretudo produtos rapidamente perecíveis). Acontece que a maioria dos mercados não dispõe de capacidade de armazenamento e conservação que permitam conservar os produtos para além dos períodos da campanha.

- **Excedentes espacialmente localizados e/ou produtos locais específicos:** os excedentes potencialmente comercializáveis estão muitas vezes localizados em zonas de acesso e escoamento muito difíceis devido ao mau estado das estradas e/ou à falta de transportes regulares e/ou à falta de estruturas de recolha e conservação. Contudo, pode também ser vantajoso: quando estes excedentes locais são essencialmente constituídos por produtos passíveis de serem escoados, pode ser vantajoso para o mercado uma vez que, devido à sua exclusividade/características, podem ser muito procurados, apesar das condicionantes acima referidas. Aliás, salienta-se que a produção de determinados tipos de produtos pode ser específica a determinadas etnias.
- **Tamanho reduzido dos mercados locais (apesar da grande dinâmica dos *Lumos*):** os mercados locais têm uma capacidade muito reduzida de absorção dos produtos localmente produzidos, facto que poderia ser invertido através da promoção da transformação e do consumo local por estruturas suscetíveis de absorver esta produção local, como escolas, quartéis, hospitais, etc. Aliás, o estímulo do consumo ao nível local, além de tornar a economia local mais dinâmica e autossustentável, possibilita o reinvestimento a nível local, o que não acontece quando estes produtos são exportados sem qualquer transformação.
- **Fraca implantação de estruturas de recolha, armazenamento, transformação e conservação ao nível local e para a distribuição nos principais centros de consumo:** Além de desincentivar a produção local, a inexistência destes fatores não contribui para a dinâmica produtiva e comercial, tanto a nível local como nacional. Muitos produtos excedentários perecem nos locais de produção, por falta de capacidade de armazenamento, transformação e escoamento. As pequenas agroindústrias podem ser um fator muito importante de dinamização do mundo rural, pois além de proporcionarem trabalho e propiciarem valor acrescentado, podem, a partir de um determinado produto como matéria-prima, possibilitar a produção de vários outros produtos, ampliando assim as suas possibilidades de colocação no mercado.
- **Fraca articulação entre mercado local, mercado nacional e sub-regional – infraestruturas viárias e de transporte deficitárias:** À exceção de Cacheu, Bafatá, Gabu e, mais recentemente, Farim, grande parte das estradas que ligam as restantes capitais regionais são de terra batida, tornando-se praticamente intransitáveis nas épocas das chuvas. Há a necessidade de reverter a situação através da criação de um sistema de comunicação nodal, ou seja, ligar as capitais regionais entre si e Bissau através de estradas asfaltadas de primeira categoria e/ou através de barcos de grande porte, no caso de existirem possibilidades para transporte marítimo (dado o seu potencial de transporte de grandes volumes de bens); é necessário ligar as capitais regionais, as sedes dos setores administrativos através de estradas asfaltadas de segunda categoria e/ou barcos de menor porte, e ligar as sedes regionais e as tabancas por via de estradas de terceira categoria. Para além dos fatores relacionados com os problemas viários, as diferentes fileiras comerciais são, em geral, muito flutuantes em termos de articulação com e entre os diferentes níveis do mercado.
- **Fraca organização das diferentes fileiras comerciais:** Até aqui, parece-nos que as diferentes fileiras comerciais não se encontram bem organizadas em corporações que possam, de fato, criar e pleitear as condições (institucionais, financeiras, materiais, etc.) para a promoção e o desenvolvimento dos diferentes atores que atuam nessa mesma fileira.
- **Muitas barreiras à circulação de pessoas e bens a nível doméstico e sub-regional:** Com efeito, a nível doméstico, apesar da liberalização política e comercial e da integração no espaço sub-regional, ainda existem muitas barreiras que impedem a livre circulação de pessoas e bens. Há inúmeras barreiras de diversas ordens, a exemplo de diversas taxas (portuárias, de circulação, taxas sobre determinados produtos, etc.) e da aplicação - muito irregular - das leis e dos regulamentos sobre a livre circulação de pessoas e bens no espaço comunitário.

- **Inexistência de mecanismos de recolha, tratamento e divulgação (alerta rápida) de informação sobre produtos, mercados, preços, etc:** Estes mecanismos - se existem - são muito deficitários e não cobrem todas as regiões do país. Poderiam servir para atrair e direcionar os diferentes agentes do mercado sobre as possibilidades de realizarem determinados tipos de negócios, sazonalidade, localidade, de que forma podem ser produzidos e sobre produtos disponíveis.
- **Inexistência de mecanismos de proteção (mesmo que temporários) dos produtos excedentários (exemplo da campanha cebola) e dos produtos estratégicos e produtos alimentares de base produzidos localmente:** Não existem sistemas de proteção do mercado doméstico e/ou mesmo de determinados produtos em épocas de excedentes no mercado. Este é o caso, por exemplo, de legumes (em especial do tomate e da cebola) e do arroz. Aliás, o arroz importado é colocado em condições muito vantajosas no mercado doméstico, sendo inclusivamente objeto de troca direta com a castanha do caju, o que desincentiva a produção local do arroz e dissipa o valor da castanha.
- **Valorização de produtos originais locais e saberes locais:** O mercado, se bem que ainda muito pouco desenvolvido, tem procurado valorizar os *produtos da terra*, assim como os saberes locais relacionados com o seu uso e transformação. Apesar de destinado a uma classe diferenciada de consumidores, este segmento do mercado parece-nos ter um futuro muito promissor a par de um efeito positivo nos modelos de consumo, até aqui muito direcionados para os bens provenientes do exterior.
- **Desenvolvimento e ampliação do mercado local através do estímulo ao consumo da produção local:** os mecanismos devem ser estabelecidos para que os grandes centros de consumo locais, como escolas, centros de saúde, quartéis e unidades militares, etc. possam comprar e consumir os produtos produzidos localmente.
- **Implantação de um mercado de insumos agrícolas e de serviços de apoio permanentes (extensão, microcrédito, formação, etc.) ao mundo rural:** na produção de bens alimentares torna-se necessário desenvolver um serviço de apoio à produção no mundo rural para que os diferentes agentes produtores e comerciais possam aproveitar as oportunidades existentes, dinamizem a produção e criem pequenos empreendimentos;
- **Desenvolvimento de serviços envolventes destinados a melhorar as condições do mercado.** Estes são, por exemplo, serviços destinados a fornecer água, eletricidade, efetuar a recolha e o tratamento do lixo, controlo da qualidade dos bens, etc. Aliás, julgamos que um mercado-modelo deveria ser criado em cada região, com todas as condições normais e necessárias ao seu normal funcionamento.

2.3. ASPETOS DE POLÍTICA

DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR PARA UMA DIMENSÃO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA GUINÉ-BISSAU

António Spencer Embaló, Sociólogo

1. Estado Atual

Tendo em conta a posição que o país ocupa (176^º) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH; PNUD:2011), a Guiné-Bissau é considerado um dos países com um nível de desenvolvimento baixo, apesar de ser assinante das principais convenções mundiais, como a Cimeira Mundial de Alimentação (CMA; Roma 1996) ou os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM; ONU 2001). De acordo com o relatório de 2011 sobre o progresso relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) na CPLP, a Guiné-Bissau consta na lista dos países que regista atrasos praticamente irreversíveis relativamente ao período que resta até 2015, indicando serem necessárias decisões políticas mais arrojadas e firmes e ajudas externas mais robustas e consequentes.



Em termos gerais, esta situação de atraso no desenvolvimento é o resultado de múltiplas situações de vulnerabilidade a que o país se expôs: *(i) sucessivas crises políticas e institucionais que dificultam a implementação continuada e efetiva de políticas públicas, (ii) Orçamento Geral do Estado (OGE) altamente dependente da ajuda externa, (iii) extrema dependência do OGE das receitas de exportação de caju.*

Esta situação de vulnerabilidade do país traduz-se, também e sobretudo, no empobrecimento das populações. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (2010), cerca de 69% da população está numa situação de pobreza e 33% desta vive em situação de pobreza extrema. Por norma, na Guiné-Bissau, o grupo de população vulnerável e afetado pela pobreza coincide com o grupo afetado também pela insegurança alimentar e nutricional – população do meio rural, crianças, mulheres (viúvas, grávidas), idosos e pequenos agricultores. Isso, apesar dos esforços de elaboração de estratégias que visam reorganizar o setor agrícola, intensificar e impulsionar o seu crescimento e combater a insegurança alimentar através da aplicação de: (i) Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA, 2002), (ii) Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNNA, 2007), cujo período de implementação era de 2008-2013 e que não foi concretizado, uma vez que nunca foi aprovado pelo Conselho de Ministros, (iii) Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA, 2011), como principal instrumento político-estratégico no campo da agricultura e segurança alimentar, (iv) Política Nacional de Nutrição (PNU, 2013), que coloca na agenda nacional toda a necessidade de estruturação de ações que visam promover e orientar políticas sobre alimentação e nutrição.

Apesar dos esforços verificados, a Guiné-Bissau depara-se, há muitos anos, com o problema da insegurança alimentar, entendida como indisponibilidade de alimentos básicos de forma continuada por parte dos cidadãos e dificuldade do povo em ter acesso a alimentação suficiente e de qualidade diversificada para garantir a sua dieta alimentar e nutricional regular, sem pôr em causa outras necessidades básicas.

2. Insegurança alimentar: a dimensão do problema

De acordo com os dados do PAM¹, em 2011, 20% dos agregados familiares rurais – correspondente a 179 000 pessoas – foram afetadas pela insegurança alimentar. Destes, 8% eram afetados pela insegurança alimentar severa e 12% pela insegurança alimentar moderada, correspondendo a 70 000 e 109 000 pessoas em insegurança alimentar severa e moderada, respetivamente. Em 2013, resultado de uma desastrosa campanha de comercialização de castanha de caju, constatou-se a degradação da situação, caracterizada pela fraca disponibilidade alimentar manifestada pela maioria das famílias rurais² associada à utilização de mais de 85% do rendimento do agregado familiar na compra de produtos alimentares, motivando a queda acentuada do preço do principal produto de renda – o caju. Assim, calcula-se que cerca de 313 250 pessoas estarão em insegurança alimentar – um agravamento de 15% em relação a 2011.

Observando detalhadamente a triangulação das variáveis consumo alimentar dos agregados familiares, índice de riqueza da população e estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias, tendo em conta cada uma das regiões que compõem o país, pode-se constatar que, de modo geral, a insegurança alimentar severa incide mais nas regiões de Quinara, Bolama e Oio/Biombo, apresentando taxas de 28%, 21% e 11% respetivamente. As quatro regiões, vistas de forma isolada, apresentam taxas de insegurança alimentar severa mais elevadas do que a média nacional – 8%.

¹ Para obter dados mais concretos do nível de exposição dos agregados familiares guineenses à insegurança alimentar o PAM fez a triangulação das variáveis consumo alimentar dos agregados familiares, índice de riqueza da população e estratégias de sobrevivência adoptadas pelas famílias.

² Em Julho de 2013 as famílias afirmavam possuir stock de cereais correspondente a mais 2 meses de uso.

Todavia, as situações mais alarmantes foram registadas no sul, já que atinge 47% dos agregados de Quinara e 30% dos de Bolama, isto combinando os dois níveis de insegurança alimentar – severa e moderada.

3. As principais causas da insegurança alimentar

Na disposição das causas da insegurança alimentar, os fatores a seguir elencados aparecem como aqueles que mais influenciam – direta e indiretamente – as tendências ultimamente verificadas na Guiné-Bissau:

Causas Diretas

- A pobreza das famílias ³ constitui uma das principais causas da insegurança alimentar, uma vez que a estratégia extrema de redução de quantidade e regularidade de utilização de produtos alimentares como forma de atenuar situações de crise é mais frequente nas famílias com características de pobreza acentuada;
- A monocultura de caju, evidenciando o peso excessivo que este produto de renda tem na economia nacional e que se manifesta negativamente na economia familiar sobretudo nos momentos em que a conjuntura internacional se revela adversa à sua comercialização a um bom preço;
- A crise da comercialização de caju durante as campanhas de 2006, 2007 e mais recentemente 2012 e 2013 ⁴;
- A crise alimentar de 2008, que provocou a inesperada e sufocante inflação dos preços dos géneros alimentares básicos. De acordo com a FAO, em setembro de 2008, os preços do arroz importado foram 68% superiores ao mesmo período do ano anterior, conduzindo uma franja importante da população à insegurança alimentar;
- Os efeitos da crise económica e financeira de 2009, que privou as famílias rurais das remessas da emigração - que constitui importante fonte de rendimento complementar das referidas famílias;

Causas Indiretas

- Constante instabilidade governativa ministerial, que dificulta a implementação continuada e efetiva de políticas do setor;
- Um número irrisório de recursos humanos especializados, com capacidades e competências para elaborar, implementar e acompanhar as políticas estruturais do setor;
- A ausência de articulação multissetorial para fazer face a um problema, claramente, de dimensão nacional e cuja estratégia de resolução deve passar pela envolvimento de todos os setores que, direta ou indiretamente, se relacionam com o fenómeno;

³ De acordo com os estudos realizados nos últimos anos pelo PAM e apoiados pela FAO existe uma relação muito íntima entre a pobreza e a insegurança alimentar que resulta, sempre, em estratégias de sobrevivência adotadas pela população mais vulnerável para minimização dos riscos.

⁴ Desde a época colonial que o país se foi especializando no cultivo de não mais do que dois principais produtos: amendoim e coconote foram dois grandes protagonistas até aos primeiros anos da independência; enquanto o caju e o arroz se tornaram nos dois produtos incontornáveis no país desde os anos 80. Em relação a esses dois últimos, o caju domina fortemente o setor agrícola e destina-se quase exclusivamente à exportação, representando cerca de 98% de volume de exportação nacional, marcado por um crescimento de produção espetacular: de 1200 ton em 1970, atingiu 100 000 ton em 2005 e 135 500 ton em 2009 (DENARP II: 2011); o arroz é claramente subproduzido apesar de ser largamente a principal produção cereal do país e a base de alimentação dos guineenses. Por exemplo, entre 2000-2010 a Guiné-Bissau nunca conseguiu produzir mais de 250 mil toneladas de cereais. Aliás, no referido período, a taxa de crescimento anual de produção de cereais foi na ordem de 1%. Enquanto, de acordo com as estimativas, um guineense precisa anualmente de 175 kg de cereais para garantir sua alimentação. Este tipo de desequilíbrio provocou um desfasamento de 58% entre a taxa de cobertura das necessidades do país em termos de cereais em relação a sua própria produção. Sendo que entre 1992-1997, por exemplo, a mesma taxa se situava em 72%. Por outro lado, quando não se consegue cobrir as necessidades internas com a produção nacional, recorre-se, de forma quase automática, à importação - por exemplo, em relação ao arroz no período 2000-2010, o seu volume médio anual aumentou cerca de 15%.

- O mau estado em que se encontram as infraestruturas rodoviárias. Segundo o Comité Permanente Inter-Estado de Luta Contra Seca no Sahel, a inexistência de infraestruturas rodoviárias ou o seu mau estado de conservação (só 28% de 2755 km de estradas do país estão alcatroadas⁵) tem sido um dos grandes entraves à comercialização de produtos agrícolas na Guiné-Bissau, ao privar uma parte importante de produtores do acesso a mercados economicamente mais desejáveis, bem como facilitando o aparecimento de mais intermediários no negócio, o que piora o preço dos produtos no produtor.

4. Análise síntese: forças/fraquezas & oportunidades/ameaças

Assim sendo, qual deve ser a estratégia nacional com vista a concretizar uma orientação política em matérias de Segurança Alimentar, quer na sua dimensão mais instrumental e normativa, como em termos de planos e programas com impacto e efetividade?

Que mecanismos de participação junto do Governo e da Sociedade Civil guineense devem ser favorecidos para efeitos da elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas na matéria da Segurança Alimentar e Nutricional?



⁵ CILSS:2011

3. PAINEL 2: ACESSO À ALIMENTAÇÃO E QUALIDADE DOS ALIMENTOS

3.1. EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR

SOBERANIA ALIMENTAR E CONSUMO

Fancení Baldé, Dietista

A Guiné-Bissau é um país rico em biodiversidade que conta com uma variada gama de produtos agroflorestais de cores, sabores e valor nutricional inigualáveis. Das nossas matas retiramos, sazonalmente, o fole, o madiple, a miséria, a farroba, a cabaceira, o veludo, o inhame-do-mato, a tifa, a manfafa, o óleo de palma, o chabéu, de entre vários outros produtos que se complementam e fornecem os nutrientes essenciais para assegurar uma alimentação variada e equilibrada.

Como se não bastasse a grande riqueza de produtos silvícolas, os guineenses são anualmente abençoados com três a quatro meses de chuvas abundantes e generosas, que tornam os nossos solos férteis e propensos ao cultivo de uma grande diversidade de produtos, entre os quais milhos, milhetos, tubérculos – como a batata-doce e o inhame –, leguminosas e oleaginosas – como o feijão e a mancarra – legumes e frutas variadas.



Toda esta riqueza agrícola é complementada por bovinos, caprinos e suínos e por peixe e frutos do mar, sobretudo nas aldeias do litoral. Feitas as contas, o guineense tem, anualmente, à sua disposição, uma equilibrada e diversificada oferta de produtos alimentares, de fácil acesso e a relativamente baixo custo, com o qual sazonalmente pode alimentar a sua família.

As nossas confeções tradicionais revelam esta variedade de produtos e paladares e mostram, sobretudo, a sabedoria ancestral dos nossos antepassados no uso racional e equilibrado dos diferentes produtos alimentares existentes. O respeito pela sazonalidade dos produtos e pela quantidade e a harmonia na combinação de ingredientes são uma característica constante e predominante dos pratos típicos da gastronomia guineense.

Ao passar do campo para a cidade nota-se uma erosão progressiva do paladar, com a incorporação e miscigenação de sabores e hábitos alimentares importados. Regista-se, atualmente, a valorização extrema dos produtos importados, havendo um constante apelo, sobretudo nos média, para o seu consumo diário. Diariamente são publicitadas, nas rádios e na televisão, as qualidades nutricionais dos produtos importados, sobretudo dos *realçadores* de paladar, vulgo gusto, da pimenta preta, vulgo pobar e maioneses, manteigas, farinhas de trigo, entre outros.

A grande oferta de produtos importados tem-se estendido e ampliado à escala nacional sendo, hoje em dia, possível ter acesso a uma lata de sardinha ou a um frasco de maionese nos locais mais recônditos e isolados do país, onde dificilmente se tem acesso a redes de telecomunicação. Associado a este fenómeno, temos a expansão em massa do arroz importado, sobretudo do arroz trinca, vulgo nhelem perfumado, sobejamente apreciado pelos consumidores e presente em muitas das refeições diárias das famílias guineenses.

É do conhecimento de todos que, durante décadas, houve um forte incentivo à produção do caju para troca direta com o arroz importado. Estrategicamente, muitos produtores preferiram investir no caju em detrimento da produção do arroz, uma vez que acarreta menores riscos produtivos e maiores ganhos financeiros. De potencial exportador de arroz, transitámos, em menos de uma década, para um país fortemente dependente da importação do arroz, muito embora, este seja o cereal de base da alimentação nacional.

Estima-se que o consumo diário de arroz contribua para 40% do aporte calórico total (PAM, 2011), o que excede, em grande escala, a nossa capacidade produtiva, estimada em 88.000 toneladas de arroz paddy por ano. Anualmente, estima-se que o défice cerealífero esteja entre 65.000 e 75.000 toneladas, o que justifica a elevada importação de arroz, que ronda as 50.000 a 65.000 toneladas anuais (Programa Nacional de Segurança Alimentar [PNSA] 2008-13).

Como se pode ver, existe uma contradição evidente entre os dados estatísticos no que se refere aos indicadores de segurança alimentar e malnutrição e a notória, e tão reconhecida, variedade e disponibilidade de alimentos no país.

O que nos traz ao tema do **acesso à alimentação e educação do consumidor**. Efetivamente, embora haja uma grande diversidade de produtos locais, tem-se registado um paulatino avanço da insegurança alimentar em várias regiões do país, que afetam, sobretudo, os grupos mais vulneráveis, como as grávidas e as crianças.

Coloca-se então a questão: ***a que se devem estes índices tão elevados de insegurança alimentar e desnutrição?***

Como poderemos explicar que, num país tão rico em termos agrícolas, tenhamos famílias a viver, ou melhor, a sobreviver, com apenas uma refeição por dia, vulgo *1 tiro*, e uma prevalência de desnutrição infantil no meio rural que ronda os 32% (PAM, 2011)?

Em que medida conhecemos os índices de consumo alimentar dos produtos locais per capita? Poderemos, de alguma forma, associar a desnutrição infantil a um eventual baixo consumo de produtos locais?

E se assim for, qual é o nosso papel, enquanto atores da sociedade civil, na reeducação alimentar da população guineense, em especial, para a diversificação alimentar, para o aumento do consumo dos produtos locais e para o incentivo à produção local?

De que forma a adoção de medidas e políticas mais favoráveis à produção local poderá incentivar o aumento da disponibilidade alimentar? E assim sendo, em que medida, podem os programas de distribuição e oferta de alimentos ser um desincentivo à produção local?

E qual é o meu papel enquanto consumidor? De que forma poderei, consciente e de forma informada, *opinar*, optar e influenciar a oferta local e nacional de produtos e bens alimentares?

Estas são questões-chave que deixo à reflexão e consideração dos participantes no Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, esperando que possam, de alguma forma, estimular um debate franco e construtivo em torno de três temáticas centrais: Cidadania ativa; Alimentação equilibrada e saudável; Soberania alimentar.

ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA

Adalgisa Santos Ramos, Nutricionista

I. Introdução

A alimentação é um ato voluntário determinado por hábitos alimentares que, por sua vez, são influenciados por aspetos culturais, sociais e religiosos.



Hábitos alimentares e estilo de vida inadequados podem conduzir a graves problemas de saúde, tanto por carência como por excesso de nutrientes. Quando isso acontece, torna-se necessário reeducar e operar mudanças alimentares.

O Direito Humano à Alimentação Adequada é um direito universal. Necessidades relacionadas com a alimentação e nutrição foram consideradas um direito, dentro do Direito Humanitário, em 1864, na Convenção de Genebra, quando se identificou o poder sobre o alimento como uma forma de dominação de um ser humano sobre outro, de um Estado sobre outro, como uma arma de guerra⁶.

A Declaração dos Direitos Humanos, no seu artigo XXV assegura o direito à alimentação, e o Comité de Direitos Humanos, Económicos, Sociais e Culturais da ONU, no seu Comentário Geral nº 12 ao Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) afirma que o referido direito inclui o **“acesso estável e permanentemente a alimentos saudáveis, seguros e sadios, em quantidade suficiente, culturalmente aceites, produzidos de uma forma sustentável e sem prejuízo da implementação de outros direitos** para as presentes e futuras gerações”⁷.

II. A Situação Nutricional do País

De acordo com o “Segundo Inquérito Nacional sobre o Estado Nutricional de Crianças Menores de 5 anos e Mulheres em Idade Reprodutiva (15 aos 49 Anos) na República da Guiné-Bissau” realizado em 2012 utilizando a metodologia SMART (Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions), a Guiné-Bissau apresenta uma prevalência de desnutrição aguda em menores de cinco anos de 6,5%; a prevalência da desnutrição crónica é de 27,4%; e a de insuficiência ponderal é de 17%, o que constitui uma situação nutricional nacional precária para os três indicadores, segundo a escala de classificação da situação nutricional da OMS 2000.

Ainda segundo este documento, em relação às mulheres em idade reprodutiva, duas situações começam a ter expressão: por um lado, o baixo peso (11,3%) e, por outro, o sobrepeso (14%) e a obesidade (8,6%).

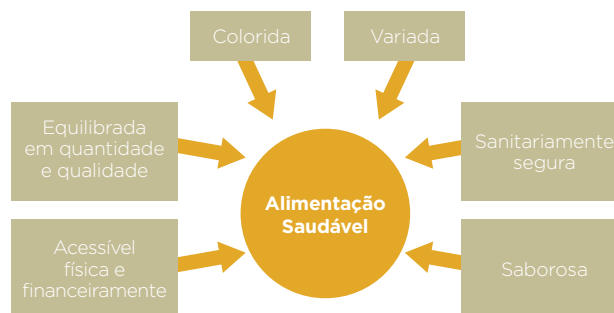
O país depara-se, portanto, com graves problemas de Saúde Pública cuja resolução depende, não só dos métodos curativos, como também de métodos preventivos. Para se prevenir o agravamento da situação nutricional devido ao aparecimento de novos casos, quer de desnutrição quer de obesidade -, há que investir na prevenção. Uma das formas de prevenção consiste na educação da população, com vista a uma mudança no comportamento alimentar. A educação alimentar e nutricional deverá ocorrer a todos os níveis, e todos os meios de comunicação disponíveis deverão ser utilizados.

⁶ Ziegler, 2001.

⁷ ONU, 1999.

III. Afinal, o que é uma alimentação saudável?

Para que uma alimentação seja considerada *saudável* deve ser **acessível**. A acessibilidade deverá ser física (próxima à habitação) e financeira (poder de compra). O consumidor não deverá ter de percorrer grandes distâncias para adquirir os alimentos de que necessita e deverá poder comprar esses alimentos, o que implica rendimentos adequados e dignos e preços justos. Sempre que possível, preferir os produtos locais, quer os produzidos, quer os recolhidos na natureza. Utilizar sempre os produtos da época (são mais baratos).



A alimentação saudável também deve ser **diversificada** (variada). Não devemos consumir sempre os mesmos alimentos. Os alimentos são fontes de *nutrientes* que o nosso organismo utiliza para realizar as suas diferentes funções. Alguns nutrientes existem em maior quantidade em determinados alimentos, o que permitiu agrupar os alimentos segundo os nutrientes em maior concentração na sua composição. A substituição deverá ocorrer entre alimentos do mesmo grupo. Quanto mais diversificarmos os alimentos consumidos, maior é a quantidade de nutrientes disponibilizada ao nosso organismo e menor é a probabilidade de ocorrência de carências nutricionais, algumas das quais poderão ser graves e irreversíveis.

O **equilíbrio** em quantidade e qualidade também é muito importante. Deverá ser respeitada a proporção entre os nutrientes e estes deverão ser em quantidade suficiente – tendo em conta a idade, o sexo, o tipo de atividade física e o estado fisiológico do indivíduo.

Quanto mais **colorido** for o prato, tigela ou cabaça, maior a diversidade de nutrientes que essa refeição oferece e mais rica e apetecível é a refeição – também comemos com os olhos.

PIRÂMIDE DOS ALIMENTOS



A refeição também deverá ser **saborosa**. Mais facilmente comemos algo de que gostamos e que nos dá prazer. E isso é ainda mais importante para indivíduos doentes, principalmente crianças, que têm as suas necessidades nutricionais aumentadas e que apresentam perda de apetite.

A nossa alimentação também deve ser **segura** do ponto de vista sanitário. Os alimentos podem ser veículos de transmissão de microrganismos patogénicos – causadores de doenças – e assim, causar as chamadas *toxinfecções* alimentares, algumas delas graves, e que poderão conduzir à morte. São exemplo disso a cólera e as diarreias (gastroenterites). As regras de higiene na preparação de alimentos devem ser conhecidas e praticadas.

IV. Educação do Consumidor

Para que se possa fazer uma escolha adequada dos alimentos a adquirir e a consumir, e para que a sua alimentação seja segura, o consumidor deverá:

- Conhecer a sua composição, principal nutriente e benefícios;
- Saber a melhor forma de preparar cada alimento, de modo a ter uma perda mínima de nutrientes;
- Conhecer e praticar as regras básicas de higiene dos alimentos;
- Saber qual a alimentação adequada para cada faixa etária;
- Saber ler os rótulos dos alimentos processados.

A educação para uma alimentação saudável deve começar durante a gestação e prolongar-se durante a infância, adolescência e vida adulta, até à terceira idade. Tudo o que uma gestante ingere será utilizado pelo feto e reconhecido pelo seu bebé durante a amamentação. Aprendemos a conhecer e diferenciar os sabores desde a gestação. A educação alimentar e nutricional deverá, portanto, ocorrer a todos os níveis e ser inserida nos currículos escolares desde a educação pré-escolar até ao ensino superior (cursos técnicos, profissionalizantes e universitários), principalmente nos cursos ligados à saúde e educação.

V. Responsabilidade do Estado

É responsabilidade do Estado garantir a educação alimentar e nutricional da população, assim como a criação e implementação de leis e políticas efetivas e eficazes que garantam a segurança alimentar, a proteção do consumidor da entrada no país de produtos impróprios para consumo humano, a fiscalização dos prazos de validade de alimentos, da divulgação de publicidade enganosa ou informação errada sobre alimentos e produtos que representem riscos para a saúde, assim como a divulgação de normas que regulamentem a venda ao público de alimentos, seja em restaurantes, escolas ou em locais de venda ambulante de alimentos.

Paralelamente a esse conjunto de leis que protejam o consumidor, a existência de um Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade dos Alimentos, a efetiva fiscalização nos estabelecimentos de venda de alimentos e uma Organização de Defesa do Consumidor com competências e meios necessários para a sua operacionalidade, são indispensáveis. O consumidor deve conhecer os seus direitos e deveres para poder exercer a sua cidadania.

3.2. INFORMAÇÃO DOS PRODUTOS

INFORMAÇÃO DOS PRODUTOS

Alexandre Na Lamba, Gestor

I. Introdução

Os produtos são utilizados como meio para satisfazer as necessidades das pessoas. Um produto é qualquer coisa que possa ser oferecida a um mercado para satisfazer uma necessidade ou desejo⁸. De modo geral, as pessoas satisfazem as suas necessidades por meio de produtos, seja produzindo ou comprando. Tanto a produção como a compra dos produtos exige algum conhecimento que é adquirido por meio de informação. É com base nas informações que os produtores produzem e os consumidores escolhem os produtos. **A informação orienta as opções e escolha da produção, transformação, comercialização e consumo dos produtos.**

⁸ Kotler, Philip. Princípios de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

No caso da Guiné-Bissau, caracterizado por um sistema de produção precário, ineficiente e mais voltado para a subsistência familiar, a atividade produtiva constitui uma das atividades mais importantes de toda a cadeia de valor (produção, transformação e comercialização). De facto, é na atividade de produção que grande parte da população, sobretudo a população rural, satisfaz as suas necessidades alimentares, de sobrevivência, consumindo uma parte da sua produção. Porém, a produção praticada é limitada em quantidade e abrangência/diversidade. Poucas famílias conseguem produzir em quantidade suficiente para alimentar a família como também atender todas as necessidades dos mesmos.

Assim, os produtores precisam de se deslocar da mera atividade produtiva para a atividade comercial, como estratégia para suprir a quantidade e abrangência/diversidade dos produtos segundo as suas necessidades. Ainda, pelo facto de produzirem produtos com alto grau de perecibilidade, sobretudo produtos hortícolas e frutícolas, há necessidade de se deslocarem para a atividade de transformação como estratégia de reduzir as perdas e conservar os produtos, garantindo a disponibilidade dos mesmos durante um certo período⁹.

Produzir, transformar, comercializar e consumir os produtos requer informação, o que faz da informação um elemento chave do sucesso na produção, transformação, comercialização e consumo. Os esforços de produção, transformação e comercialização visam a disponibilidade/acesso/consumo do produto e este a melhoria da qualidade de vida da população.

Embora não haja consenso sobre o conceito da qualidade de vida, segundo a OMS existem três aspetos fundamentais a este respeito: i) a subjetividade; ii) a multidimensionalidade (dimensões física, psicológica e social) e; iii) a presença de dimensões positivas e negativas (“bipolaridade”)¹⁰. O constructo multidimensional, ou seja, as dimensões física e psicológica possuem uma relação forte com a produção dos alimentos, a sua transformação e consumo. A qualidade do produto é consequente à sua produção, transformação e conservação. A qualidade¹¹ dos alimentos associada à prática de uma alimentação saudável constituem fatores essenciais para a garantia da qualidade de vida da população. Entretanto, a prática de uma alimentação saudável depende da escolha e do consumo de produtos saudáveis, ou seja, produtos com elevados benefícios para a saúde física e mental. A escolha de produtos saudáveis por parte dos consumidores está sujeita, por um lado, à oferta local (disponibilidade do produto para o consumidor) e por outro ao acesso (capacidade de compra do consumidor) e conhecimento sobre o produto (informação do produto e compreensão).

No que diz respeito à escolha alimentar, esta não é inteiramente determinada pelo preço, sendo que este nem sempre é o critério determinante dos consumidores na preferência e aquisição dos produtos. Contudo, é um critério de escolha com peso elevado nos países onde a maioria da população possui baixo poder de compra, como é o caso da Guiné-Bissau. A escolha, na prática, é influenciada por múltiplos critérios, com pesos diferentes, entre os quais, a origem do produto, a marca, o valor nutricional, e os ingredientes, entre outros, a que se somam fatores socioeconómicos e culturais. Por exemplo, o *Food Choice Questionnaire* (FCQ) apresenta nove dimensões (saúde, humor, conveniência, apelos sensoriais, conteúdo natural, preço, controlo do peso, familiaridade e preocupações éticas) que orientam os consumidores nas suas escolhas alimentares.

⁹ Uma das técnicas de transformação dos produtos locais garantem conservação mais de 1 ano.

¹⁰ Fleck MPA, Leal OF, Louzada S, Xavier M, Chachamovich E, Vieira G, Santos L, Pinzon V. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). Rev Bras Psiquiatria, 1999; 21(1): 19-28.

¹¹ A American Society for Quality define qualidade como a totalidade de atributos e características de um produto ou serviço que afectam sua capacidade de satisfazer necessidades declaradas ou implícitas.

Os critérios e peso de cada um diferem entre os consumidores, podendo ser influenciados pela idade, ocupação, situação financeira, estilo de vida, personalidade e grau de instrução. Tratando-se da escolha de produtos saudáveis, fatores como a situação financeira, o estilo de vida e o grau de instrução são cruciais.

A situação financeira, ou seja, a capacidade de compra do consumidor local, é um elemento determinante no acesso/aquisição do produto no mercado. Atualmente, os produtos considerados de alta qualidade apresentam preços mais elevados quando comparados com os produtos de baixa qualidade. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) (2002)¹² “a proporção de agregados familiares que dispõem de um rendimento inferior a 2 USD por pessoa/por dia é de 64,7%; com menos de 1 USD esta passa para 20,8%. Esta pobreza caracteriza-se por um desequilíbrio entre a capital Bissau e o resto do país”. Tendo em consideração que grande parte dos bens alimentares são importados e 64,7% da população vive com menos de 2 USD por dia, mesmo conscientes da importância do consumo de produtos saudáveis e com desejo de consumi-los, dificilmente este grupo da população terá acesso a produtos de alta qualidade no mercado. O uso de recursos locais disponíveis, o seu manuseio e consumo por parte dos pequenos agricultores, pescadores e criadores de animais é uma alternativa ao acesso a produtos de qualidade.

Para que o produtor utilize, de forma adequada, os recursos locais é preciso dotá-lo de conhecimentos sobre as possibilidades de uso dos recursos ao seu dispor, mecanismos de produção e transformação e instrumentos de venda e sensibilização/campanhas para o consumo dos mesmos. Daí, a importância da existência das informações sobre os produtos, não apenas para que o consumidor final possa fazer a escolha adequada dos produtos, mas também para que o produtor possa produzir produtos de alta qualidade, e o transformador possa manusear produtos de forma apropriada e com segurança para que não perca qualidade. A disponibilidade de informação sobre o produto é fundamental, mas este é um investimento elevado e que necessita do envolvimento de muitas partes (Governo, ONG, Associações, produtores, transformadores, comerciantes, entre outros) e uma colaboração efetiva entre os mesmos.

A importância da informação sobre o produto e o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo motivaram muitos países a criar leis que obrigam os produtores e fabricantes a divulgar informações sobre os seus produtos, normas que regulam o conteúdo das informações, guias e cartilhas que orientam os diferentes segmentos de mercado (produtor, transformador, vendedor e consumidor) e políticas que priorizam investimentos. Ainda, estes países realizam, com frequência, campanhas de educação e informação quanto aos direitos e deveres de diferentes atores no mercado, com vista à melhoria do mercado de consumo. Todos os instrumentos acima citados visam a proteção e defesa do consumidor, saúde e segurança, a proteção de seus interesses económicos, e a melhoria da sua qualidade de vida. Orientam, também, os diferentes atores do mercado, no sentido de garantir que os produtos são produzidos e transformados de acordo com padrões adequados de qualidade e segurança, e visam a coibição e repressão eficiente de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal.

A criação de políticas que orientem os esforços, leis que obriguem os produtores e fabricantes a divulgar informações sobre os seus produtos e normas que visam fazer obedecer, uniformizar e facilitar a compreensão das informações do produto, como guias e cartilhas, constituem instrumentos fundamentais na orientação e capacitação, tanto dos produtores e fabricantes, como dos consumidores finais do produto.

¹² INEC. Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza (ILAP) I na Guiné-Bissau. Bissau, 2002.

No contexto da Guiné-Bissau, apesar da maior parte dos produtos manufaturados vendidos e consumidos no país serem produtos importados, o **país não conta com nenhum dispositivo legal, normativo e regulador** – leis, normas, resoluções, acordos, políticas, declaração de informação de produtos – **no que respeita às informações sobre os produtos e que obrigue e oriente os diferentes atores no mercado**. O controlo e a vigilância dos produtos importados e produzidos localmente são dificultados pela falta de dispositivos legais (leis e normas), mas também pela incapacidade do Governo no que diz respeito à vigilância. Apesar da ausência de dispositivos legais e guias de orientações, o país conta com uma Associação de Defesa dos Consumidores.

A necessidade e importância de informação sobre os produtos variam consoante o ator do mercado. O produtor necessita de informação diferente da do transformador, do vendedor e do consumidor, e o mesmo é válido para estes.

II. A informação dos produtos para o produtor

O produtor geralmente desenvolve atividade primária (agricultura, pesca, pecuária e silvicultura) e grande parte desta atividade é realizada de forma rudimentar. Alguns produtores utilizam insumos agrícolas, empregam técnicas melhoradas de agricultura, máquinas e equipamentos a fim de aumentar a produção e diminuir o esforço físico.

O setor primário, ou seja, o produtivo, é o elemento chave na promoção do desenvolvimento do país. Contribui, não só na oferta de alimento para a população em geral, como também para as receitas do Estado. De acordo com os dados do INE¹³ (2008), 45,8% do PIB vem da contribuição do setor primário, principalmente da atividade agrícola (34,6%). A mesma fonte¹⁴ revela que 505.168 indivíduos com mais de 15 anos de idade estão economicamente ativos, dos quais 99.649 desenvolvem atividades no setor primário; 37% da população em geral não sabe ler e escrever [sendo maior a prevalência no sexo feminino (63%)]. As mulheres têm uma contribuição importante no crescimento económico através do desenvolvimento da produção agrícola (DENARP, 2011). Ainda de acordo com o ILAP II (2010), 77,1% das mulheres ativas estão ocupadas no setor primário e cerca de 23,0% no setor terciário (serviços; 12% no subsetor comércio/vendas).

A maior parte dos produtores vivem e desenvolvem as suas atividades na zona rural, onde está concentrada a maioria da população (60%). As zonas rurais carecem de infraestruturas e de escolas, situação que contribui para taxas elevadas de analfabetismo na zona rural. Disponibilizar informação sobre o produto para grupos de produtores com limitações de leitura e escrita, sobretudo em forma de texto, é um grande desafio no contexto atual do país. É muito provável que todo o esforço de levar a informação ao produtor, sobretudo no formato escrito, não tenha resultados positivos.

Conhecer e entender as limitações do produtor é fundamental no processo de elaboração de estratégias e planeamento da produção de informação e consequente disseminação junto do produtor. As barreiras e limitações do produtor não estão apenas relacionadas com a capacidade de leitura e escrita, mas também com a língua e acesso à informação (guias, cartilhas, jornais, rádio etc.). Pensar apenas na informação do produto não é suficiente para que o produto detenha a informação necessária à tomada de decisão; há que pensar em todo o processo, desde a criação de informação (políticas, leis, normas etc.), suportes e estratégias de disseminação, formas de acesso à informação e capacitação do produtor para a compreensão das informações.

¹³ Antigo INEC.

¹⁴ Resultados definitivos do 3º recenseamento geral da população e habitação de 2009.

INFORMAÇÃO ÚTIL DO PRODUTO PARA O PRODUTOR

Sobre Leis, normas, decretos, políticas	Técnica	Sobre o mercado	Nutricional
• Impostos • Taxas • Outra documentação legal (licenças, alvarás, registos etc.) • Políticas e planos • Certificação • Acordos	• Sobre o produto (cultivo, cuidados) • Sobre a localidade (terra, água, clima, pragas)	• Produtor • Transformador • Fornecedor • Distribuidor/vendedor • Consumidor • Instituições financeiras e de apoio	• Benefícios à saúde • Formas de conservação e consumo

II. A informação dos produtos para o transformador

Após a independência, o país entrou numa fase marcada pela industrialização. O complexo agroindustrial de Cumeré (transformação de produtos locais), a fábrica de Leite Blufo, a fábrica Titina Silá (compotas e sumos), a fábrica de montagem de automóveis N`haie (Citroën) e Volvo, a fábrica de camisas (Bambi), a fábrica de Plásticos e a fábrica de Algodão são alguns exemplos, tais como os muitos projetos garantidos por financiamentos externos. Todas as iniciativas citadas acima exigiram altos investimentos e muito esforço, sendo que tudo foi destruído em poucos anos. Hoje, o país conta com pequenas fábricas, na sua maioria classificadas como unidades de transformação de produtos, sobretudo ligadas ao processamento de castanha de caju e transformação de produtos locais em sumos, compotas, etc.

Grande parte dos bens manufaturados consumidos no país são produtos importados, sendo a maioria provenientes da sub-região, da Europa e da Ásia. Há uma pequena quantidade de produtos transformados localmente, como a castanha de caju, sumos, compotas, papas etc., que são consumidos no país. No caso dos produtos importados, por provirem de países onde existem leis que obrigam os fabricantes a divulgar informações sobre o produto e normas que regulam a sua composição, os consumidores têm acesso às informações sobre o produto. No entanto, muitas das vezes, os produtos provenientes de países com diferenças linguísticas, apesar de disponibilizarem a informação no rótulo, são ininteligíveis para os guineenses que se deparam com dificuldades na interpretação das informações.

Regulamento
da União Europeia
sobre informação
do produto:
Regulamento
n.º 1169/2011

As pequenas unidades de transformação local ainda têm dificuldade em divulgar informações sobre os produtos, por motivos diversos, entre os quais: i) desconhecimento da propriedade do produto e do seu valor nutricional, ii) falta de recursos e meios para produzir e divulgar informações do produto, iii) ausência de dispositivos que apoiam e orientam as unidades na divulgação das informações e, iv) desconhecimento da importância de divulgar informação sobre o produto. As informações divulgadas no produto são elementos-chave para atrair o consumidor e influenciar a preferência e compra do produto.

A forma básica que os fabricantes utilizam para disponibilizar informação sobre os seus produtos é por meio das embalagens e rótulos que fazem parte do “produto”. As informações contidas, tanto nas embalagens como nos rótulos ou em outros tipos de suporte, são elementos essenciais de comunicação na relação entre produtos e consumidores: ou seja, o rótulo é uma forma de comunicação visual. É um fator facilitador e influenciador no momento da compra. Não só no sentido de promover o produto, ‘a marca’ e atrair a atenção do consumidor, mas também para informar das especificações do produto para que o consumidor saiba o que está a consumir, ou seja, orientar o consumidor para fazer a escolha adequada segundo as suas necessidades. De facto, no rótulo são descritas muitas informações, como validade, origem do produto, peso, informação nutricional, lista de ingredientes, etc.. Ou seja, é por meio de rótulo que os consumidores conhecem o produto e os seus benefícios e pela qual tomam decisão sobre a compra do produto. Não é por acaso que *nenebadadji* (moringa) é um dos produtos mais vendidos entre os demais produtos locais do mesmo segmento: o seu alto valor nutricional – os seus benefícios para a saúde – encontram-se bem identificados no respetivo rótulo e são conhecidos.

De acordo com Robbins (2004)¹⁵, o processo de comunicação resulta na transferência e compreensão de um significado. Divulgar as informações nas embalagens e nos rótulos dos produtos é insuficiente para que o consumidor conheça bem o produto e tome uma decisão adequada. Porém, há um elemento crucial no processo de comunicação (produto e consumidor) que é a compreensão de significados das informações contidas nas embalagens e nos rótulos. Muitas vezes estas informações são complexas, dificultando a sua interpretação ou exigindo maior habilidade por parte do consumidor para entendê-las. Daí a importância de criar normas com o propósito de orientar, padronizar e facilitar a compreensão dos termos usados nas embalagens e rótulos, aumentando o seu potencial de proteção e promoção da saúde.

INFORMAÇÃO ÚTIL DO PRODUTO PARA O TRANSFORMADOR

Sobre Leis, normas, decretos, políticas	Técnica	Sobre o mercado	Nutricional
• Impostos • Taxas • Outra documentação legal (licenças, alvarás, registos etc.) • Políticas e planos • Certificação • Acordos	• Sobre o produto (transformação, conservação)	• Produtor • Transformador • Fornecedor • Distribuidor/ vendedor • Consumidor • Instituições financeiras e de apoio	• Benefícios à saúde • Formas de conservação e consumo

A criação de leis que obrigam os fabricantes a declarar informações sobre seus produtos e normas que visam fazer obedecer, uniformizar e facilitar a compreensão das informações são instrumentos fundamentais na orientação e capacitação tanto dos fabricantes como dos consumidores.

¹⁵ ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. 9ª ed. Prentice-Hall. São Paulo: 2004.

III. A informação dos produtos para o consumidor

Os distribuidores oferecem os seus produtos no mercado para os consumidores e estes adquirem os produtos para satisfazer um desejo ou necessidade. O consumidor avalia o produto segundo e com base nas informações divulgadas pelo fabricante na embalagem e em outros suportes. A ausência e/ou insuficiência de informação sobre o produto dificulta e limita a sua avaliação e a sua complexidade impede a interpretação correta das informações declaradas pelo fabricante na embalagem, o que pode representar um risco e perigo para saúde do consumidor.

A fim de mitigar os potenciais riscos e perigos provenientes da ausência ou complexidade das informações, há a necessidade de disponibilizar informações claras e suficientes para que o consumidor possa tomar uma decisão acertada. De modo que, todas as informações disponibilizadas devem estar na língua oficial do país e os produtores, fabricantes e distribuidores/vendedores devem disponibilizar obrigatoriamente um conjunto de informações básicas ao consumidor:

INFORMAÇÃO ÚTIL DO PRODUTO PARA O CONSUMIDOR

A disponibilizar pelo Produtor	A disponibilizar pelo Fabricante	A disponibilizar pelo Distribuidor/Vendedor
• Espécie (nome do produto) • Origem do produto • Forma de produção (orgânica ou não) • Data de produção	• Denominação de venda do alimento • Lista de ingredientes • Conteúdos líquidos • Origem do produto • Nome ou razão social e endereço • Identificação do lote • Prazo de validade • Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário • Valor nutricional	• Preço do produto • Formas de pagamento

A embalagem do produto deve fornecer ao consumidor informações claras, precisas, extensas e em português (língua oficial) sobre as características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que se apresentam à saúde e segurança. É recomendada a disponibilidade das informações na embalagem e no rótulo, nomeadamente a identificação do fabricante, importador ou distribuidor, assim como é recomendada a existência de um canal de atendimento, de forma a garantir que o consumidor possa esclarecer eventuais dúvidas.

Legislação e Regulamentos Nacionais pertinentes

- Decreto-Lei nº 20/77, sobre as infrações económicas contra a saúde pública
- Decreto-Lei nº 20/77, sobre a criação de uma secção de fiscalização das atividades económicas
- Decreto-Lei nº 72/92, sobre o controlo sanitário dos alimentos
- Circular nº 1/2002, sobre o estatuto dos operadores económicos
- Decreto-Lei nº 1/2004, sobre a iodização do sal
- Decreto-Lei nº 1/2005, sobre o estabelecimento de operadores económicos
- Decreto-Lei nº 8/2011, sobre atividades económicas no setor do comércio e da indústria

3.3. ALIMENTAÇÃO MATERNO-INFANTIL

ALIMENTAÇÃO MATERNO-INFANTIL ¹⁶

Irmã Solange Lussi, Enfermeira

I. Introdução

A Guiné Bissau é uma terra abençoada que dispõe de recursos alimentares muito variados. No entanto, esses, por vezes, são mal aproveitados o que cria fatores que interferem diretamente na saúde de nossas mulheres e crianças. Destes fatores podem-se destacar a desnutrição, a anemia e a obesidade, que se devem, entre outros motivos, a questões culturais e à falta de sensibilização e conhecimento de boas práticas na preparação e consumo de uma alimentação variada e rica em vitaminas e minerais, a partir de produtos locais. A ausência de uma alimentação equilibrada e variada tem consequências diretas nas mulheres e nas crianças antes, durante e após o parto. O combate a estas problemáticas está nas nossas mãos, considerando que, ao assumirmos a nossa parte, estaremos a contribuir para uma melhor qualidade de vida das nossas famílias.



II. Alimentação e passos para uma alimentação saudável

Alimentar-se de forma equilibrada é dar ao organismo os nutrientes necessários à sua subsistência. Os nutrientes são encontrados nos alimentos, mas nenhum alimento contém todos os nutrientes necessários à vida, assim como a ingestão de um mesmo tipo de alimento pode oferecer ao corpo nutrientes em excesso, o que pode causar malefícios à saúde.

Uma vez que nos alimentamos porque sentimos fome, para crescermos, para termos energia e saúde, para partilhar e compartilhar, bem como para degustarmos o sabor dos alimentos, é ideal procurar variar e equilibrar a nossa alimentação.

Os alimentos podem ser divididos 3 tipos: alimentos construtores, reguladores e energéticos:

- Os **construtores** são os alimentos ricos numa substância chamada *proteína*, responsável pela construção dos músculos. Exemplos: carne de vaca, frango, peixe, ovo, leite e derivados;
- Os alimentos **reguladores** são ricos em minerais, vitaminas e fibras, substâncias que *regulam* ou controlam tudo o que acontece no organismo (reações). Exemplos: verduras e frutas.
- Os alimentos **energéticos** são aqueles ricos em substâncias denominadas hidratos de carbono e gorduras, que fornecem energia ao organismo. Exemplos: massas, pães, doces, cereais (arroz, milho...), etc.

É importante ter bons hábitos alimentares e seguir algumas orientações que podem ser resumidas em **variedade, moderação e equilíbrio**.

¹⁶ Para melhorar e facilitar a reflexão no Fórum, foram selecionados aspetos referentes ao tema em bibliografias diversas, incluindo no Caderno de Atenção Básica, nº 23 - SAÚDE DA CRIANÇA: Nutrição Infantil - Aleitamento Materno e Alimentação Complementar (Brasília - DF 2009), Ministério da Saúde.

Passos para uma alimentação saudável

- Ter higiene alimentar
- Ter horários para a alimentação: idealmente três refeições diárias e dois lanches saudáveis
- Comer diariamente quatro sabores diferentes: forte, salgado, doce e amargo
- Ingerir alimentos de cores diferentes, visto que fornecem ao corpo energia, proteção e construção
- Comer diariamente alimentos crus (saladas e frutas)
- Consumir diariamente apenas uma porção de/uma vez ao dia frituras (manteiga, maionese, *siti*)
- Dar preferência a grãos integrais e alimentos naturais
- Evitar produtos industrializados e comida com muito sal
- Beber, no mínimo, 2 litros (6 a 8 copos) de água por dia
- Praticar, pelo menos, 30 minutos de atividade física, diariamente
- Evitar bebidas alcoólicas e tabaco
- Comer sempre alimentos de qualidade e não em grandes quantidades

III. Alimentação materno-infantil

III.1. Amamentação

“Amamentar é muito mais do que nutrir a criança. É um processo que envolve interação profunda entre mãe e filho, com repercussões no estado nutricional da criança, em sua habilidade de se defender de infecções, em sua fisiologia e no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além de ter implicações na saúde física e psíquica da mãe”¹⁷.

Uma nutrição saudável e equilibrada desempenha um importante papel no bom desenvolvimento do bebê e numa melhor gestação.

Viviane Wagner Ramos e Juliana Wagner Ramos (Aleitamento Materno, Desmame e Fatores Associados, CERES, 2007) referem que “O aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, com complemento adequado a partir desta idade e sua manutenção até os dois anos ou mais, é considerado o hábito alimentar mais saudável nessa faixa etária, pois proporciona inúmeros benefícios para a mãe e o bebê. Entretanto, as medianas do aleitamento materno e do aleitamento materno exclusivo estão abaixo do que é preconizado. Diversos fatores estão associados à ocorrência do desmame precoce: primiparidade, uso de chupeta, hospital de nascimento e trabalho materno. Os conhecimentos das mães e dos profissionais e agentes de saúde sobre as práticas de amamentação são inconsistentes. Há necessidade da implementação e disseminação de iniciativas que ajudem a promover maior sucesso do aleitamento materno.”

Tem-se comprovado o impacto positivo da divulgação e estímulo da amamentação desde a fase de gestação na taxa de prevalência de aleitamento materno, em particular no caso de gestantes do primeiro filho, pelo que o acompanhamento pré-natal é uma instância por excelência para motivar as mulheres a amamentar, envolvendo pessoas importantes para a gestante, como o companheiro e a mãe.

Entre os principais fatores a considerar acerca da amamentação, destacam-se os seguintes¹⁸:

Alimentação da mulher em fase de amamentação (nutriz) Para a produção do leite, é necessária a ingestão de mais calorias e líquidos do que o habitual. Por isso, durante o período de amamentação, costuma haver um aumento do apetite e da sede da mulher, a par de algumas mudanças nas preferências alimentares.

¹⁷ Caderno de Atenção Básica, nº 23 - SAÚDE DA CRIANÇA: Nutrição Infantil - Aleitamento Materno e Alimentação Complementar (Brasília - DF 2009), Ministério da Saúde.

¹⁸ Extraídos dos Caderno de Atenção Básica, nº 23 - SAÚDE DA CRIANÇA: Nutrição Infantil - Aleitamento Materno e Alimentação Complementar (Brasília - DF 2009), Ministério da Saúde.

Acredita-se que um consumo extra de 500 calorias por dia seja o suficiente, uma vez que a maioria das mulheres armazena, durante a gravidez, entre 2kg a 4kg para serem utilizados durante a lactação.

Fazem parte das recomendações para uma alimentação adequada durante a lactação, os seguintes itens:

- Consumir uma dieta variada, incluindo pães e cereais, frutas, legumes, verduras, derivados do leite e carnes;
- Esforçar-se para consumir frutas e vegetais ricos em vitamina A;
- Certificar-se de que se sacia a sede;
- Consumir, com moderação, café e outros produtos cafeinados.

A alimentação ideal de uma nutriz pode não ser acessível a muitas mulheres de famílias com renda baixa, o que pode desestimulá-las a amamentar seus filhos. Assim, a orientação alimentar de cada nutriz deve ser feita tendo-se em consideração, além das preferências e dos hábitos culturais, a acessibilidade aos alimentos. É importante lembrar que as mulheres produzem leite de boa qualidade mesmo quando consomem dietas sub-ótimas.



Início da Amamentação | Os primeiros dias após o parto são fundamentais para o sucesso da amamentação. É um período de aprendizagem intensa para a mãe e o bebê.

Duração das Mamadas | O tempo de permanência na mama em cada mamada não deve ser fixo, uma vez que o tempo necessário para esvaziar uma mama varia para cada dupla mãe/bebê e, numa mesma dupla, pode variar dependendo da fome da criança, do intervalo decorrido desde a última mamada e do volume de leite armazenado na mama, entre outros.

Uso de biberon | O biberon, além de ser uma importante fonte de contaminação, pode influenciar negativamente a amamentação. Observa-se que, algumas crianças, depois de experimentarem o biberon, passam a apresentar dificuldades quando vão mamar no peito (*“confusão de bicos”*).

Uso da chupeta | Atualmente, a chupeta tem sido desaconselhada, entre outros motivos, pela possibilidade de interferir, negativamente, na duração do aleitamento materno. Crianças que usam chupeta, em geral, são amamentadas com menos frequência, o que pode comprometer a produção de leite.

Número de amamentações por dia | Recomenda-se que a criança seja amamentada sem restrições de horários e de tempo de permanência na mama. Nos primeiros meses, é normal que a criança mame com frequência e sem horários regulares. Em geral, um bebê em aleitamento materno exclusivo mama de oito a 12 vezes ao dia.

Duração da Amamentação | Sugere-se que a duração da amamentação na espécie humana seja, em média, de dois a três anos, idade em que costuma ocorrer o desmame naturalmente. Não há vantagens em se iniciar os alimentos complementares antes dos seis meses, podendo, inclusive, haver prejuízos à saúde da criança, pois a introdução precoce de outros alimentos está associada a:

- Maior número de episódios de diarreia
- Maior número de hospitalizações por doença respiratória
- Risco de desnutrição se os alimentos introduzidos forem nutricionalmente inferiores ao leite materno, como, por exemplo, quando os alimentos são muito diluídos
- Menor absorção de nutrientes importantes do leite materno, como o ferro e o zinco
- Menor eficácia da lactação como na prevenção da concepção
- Menor duração do aleitamento materno

Vantagens do Aleitamento Materno Exclusivo

- Ter higiene alimentar
- Evita mortes infantis
- Evita diarreia
- Evita infecções respiratórias
- Diminui o risco de alergias
- Diminui o risco de hipertensão, colesterol alto e diabetes
- Reduz a probabilidade de obesidade
- Melhor nutrição
- Efeito positivo na inteligência
- Melhor desenvolvimento da cavidade bucal
- Proteção contra cancro de mama
- Evita nova gravidez
- Menores custos financeiros
- Promoção do vínculo afetivo entre mãe e filho
- Melhor qualidade de vida da família

Importância do Aleitamento Materno Exclusivo | Já está comprovada por estudos científicos a superioridade do leite materno face a leites de outras espécies.

Importância da Família e da Comunidade no Processo da Amamentação | A prática da amamentação é fortemente influenciada pelo meio onde a nutriz está inserida. Para uma amamentação bem-sucedida, a mãe necessita de constante incentivo e apoio, não só dos profissionais de saúde, mas da sua família e da comunidade.

III.2. Formação dos Hábitos Alimentares

Os hábitos alimentares são formados graças a fatores genéticos e ambientais e o leite materno reflete os hábitos alimentares e a cultura alimentar materna, traduzindo os respetivos sabores e aromas.

Em geral, as crianças tendem a rejeitar alimentos que não lhe são familiares e esse tipo de comportamento manifesta-se precocemente. Porém, com exposições frequentes, os alimentos novos passam a ser aceites, podendo ser incorporados na dieta da criança. Em média são necessárias oito a dez exposições a um novo alimento para que ele seja aceite pela criança.

III.3. Alimentação Infantil Saudável

Uma alimentação infantil saudável assenta em dez passos fundamentais ¹⁹:

- Passo 1 |** Dar somente leite materno até os seis meses, sem oferecer água, chás ou qualquer outro alimento;
- Passo 2 |** A partir dos seis meses, oferecer de forma lenta e gradual outros alimentos, mantendo o leite materno até aos dois anos de idade ou mais;
- Passo 3 |** A partir dos seis meses, dar alimentos complementares (cereais, tubérculos, carnes, frutas e legumes) três vezes ao dia, se a criança receber leite materno; e cinco vezes ao dia, se estiver desmamada;
- Passo 4 |** A alimentação complementar deve ser oferecida sem rigidez de horários, respeitando-se sempre a vontade da criança;
- Passo 5 |** A alimentação complementar deve ser espessa desde o início e oferecida de colher; começar com consistência pastosa (papas/purés), e aumentar gradualmente a sua consistência até chegar à alimentação da família;
- Passo 6 |** Oferecer à criança diferentes alimentos ao dia; uma alimentação variada é uma alimentação colorida;
- Passo 7 |** Estimular o consumo diário de frutas, verduras e legumes nas refeições;
- Passo 8 |** Evitar açúcar, café, enlatados, frituras, refrigerantes, rebuçados, salgados e outras guloseimas nos primeiros anos de vida; usar sal com moderação;
- Passo 9 |** Cuidar da higiene na preparação e manuseio dos alimentos; garantir o seu armazenamento e conservação adequados;
- Passo 10 |** Estimular a criança doente e convalescente a alimentar-se, alimentando-a acrescentando os seus alimentos preferidos, respeitando a sua aceitação.

ESQUEMA ALIMENTAR PARA CRIANÇAS ATÉ 2 ANOS DE IDADE

De 6 a 7 meses	De 8 a 12 meses	A partir de 12 meses
• Aleitamento materno mediante procura do bebé • 1 papa de fruta no meio da manhã • 1 papa salgada no final da manhã • 1 papa de fruta no meio da tarde	• Aleitamento materno mediante procura do bebé • 1 papa de fruta no meio da manhã • 1 papa salgada no final da manhã • 1 papa de fruta no meio da tarde • 1 papa salgada no final da tarde	• Aleitamento materno mediante procura do bebé • 1 refeição pela manhã (papa de leite e cereais ou leite batido com fruta) • 1 peça de fruta • 1 refeição básica da família no final da manhã • 1 peça de fruta • 1 refeição básica da família no final da tarde

¹⁹ DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: Guia alimentar para crianças menores de 2 anos, Álbum Seriado, Série A. Normas e Manuais Técnicos (Brasília – DF 2002), Ministério da Saúde

CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PAINEL 3

1. INTRODUÇÃO

O papel da Sociedade Civil na promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional foi discutido no âmbito dos grupos temáticos dos Painéis 1 e 2 mas, no **Painel 3: Organização da Sociedade Civil para promoção da Segurança Alimentar** foram analisados mais em pormenor os desafios que se colocam à Sociedade Civil para a “*realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e respeito pela soberania nacional*”¹, numa ótica de concertação e cumprimento do seu papel de influência e monitoria das políticas públicas.



Conduzido em plenária, o Painel contou com quatro oradores convidados, representantes de espaços de concertação da Sociedade Civil da Guiné-Bissau, Brasil, São Tomé e Príncipe e da CPLP. As suas apresentações, cujos conteúdos se transcrevem neste capítulo, serviram de mote ao debate que se seguiu.

2. A REDE DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA GUINÉ-BISSAU

Miguel de Barros, RESSAN-GB

O setor agrícola é o pilar da economia da Guiné-Bissau e a fonte de rendimento para 85% da população, representando 62% do PIB. É, de longe, o maior empregador da economia: 65% do emprego total, sendo um fator muito influente nos níveis da pobreza do país.

O arroz, base da alimentação guineense, apresenta-se como predominante nas culturas alimentares, sendo de extrema importância para a segurança alimentar no país. Atualmente, o país encontra-se dependente da importação deste produto para fazer face às necessidades alimentares, apresentando um défice cerealífero de 9% em 2012.



Em 2009, os gastos com as importações alimentares atingiram os 50 milhões de dólares americanos, justificados pela persistência da monocultura do caju, que domina o sistema produtivo e que contribui para que a amêndoa bruta se transforme no principal produto de exportação do país.

¹ Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

Nas pescas, a potencialidade da produção de peixe gerada na ZEE é estimada em 250.000 toneladas por ano, chegando a contribuir anualmente entre 25 a 40% das receitas públicas. Porém, os impactos económicos e financeiros da pesca ainda são relativamente baixos, dada a estratégia política de emissão de licenças de captura que coloca em causa a industrialização e o desenvolvimento do setor assente na pesca artesanal.

O setor da pecuária, no que diz respeito à criação de gado, na Guiné-Bissau, conta com um efetivo de 1,3 milhões de cabeças de gado, que funcionam como estratégia financeira de mobilização de receitas para satisfazer as necessidades sociais. A criação de animais de pequeno porte encontra-se, substancialmente, a cargo das mulheres bem como a exploração de derivados do setor, pouco significativa a nível nacional e que agudiza a dependência externa.

Consequentemente, a malnutrição persiste como um dos principais problemas resultantes da insegurança alimentar que se vive no país, com maior incidência em mulheres grávidas e crianças dos zero aos seis anos, agravando a realidade nacional, em termos de saúde pública.

De igual modo, a inexistência de uma política nacional agrícola assente em eixos estratégicos de desenvolvimento sustentável com base na Agricultura Familiar Camponesa (AFC), assim como a ausência de um programa de educação alimentar e nutricional, colocam em causa a responsabilidade do Estado guineense relativamente à garantia de soberania alimentar para com os seus cidadãos.

Não obstante, é necessário constatar que as intervenções ad hoc e descontinuadas da Sociedade Civil em relação à temática da Segurança Alimentar e Nutricional são pouco articuladas e carecem da concretização efetiva que fomenta a mudança de políticas e estratégias nacionais para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e que combata a falta de engajamento da Sociedade Civil, como um único ator, na luta contra a insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau.

Neste contexto, a intervenção da Sociedade Civil, em prol da concretização da Segurança Alimentar e Nutricional, deve basear-se na Agricultura Familiar Camponesa ancorada na valorização das técnicas e saberes tradicionais, como estratégia de autossuficiência alimentar, desenvolvimento económico sustentável e no engajamento político das organizações visando políticas públicas no setor primário, centradas nos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Assim, a constituição da RESSAN-GB parte das seguintes necessidades:

- a) Agrupar e fortalecer as organizações da sociedade civil que trabalham para que o Direito Humano à Alimentação Adequada;
- b) Implementar um mecanismo de concertação e articulação com o governo para o planeamento, execução e avaliação de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para a melhoria do bem-estar nacional;
- c) Estabelecer parcerias e desenvolver uma visão partilhada com as OSC a nível regional e internacional.

A RESSAN-GB tem por objetivos:

- Promover ações de sensibilização e de advocacia para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada;
- Formulação, implementação e monitoria das políticas públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional;
- Capacitação dos membros da Rede nos vários domínios da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Melhoria da coordenação das atividades comuns da área da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Facilitação da disseminação de informação e partilha de experiências entre os membros da Rede e demais atores.

Podem ser membros da RESSAN-GB todas as OSC que trabalhem na área da Segurança Alimentar e Nutricional, estando sujeitas às seguintes categorias de membros: fundadores, efetivos, associados, honorários e beneméritos.

São membros efetivos da Rede todas as OSC guineenses, legalmente constituídas e que trabalhem, efetivamente, no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar durante pelo menos três anos e que assim se expressem por subscrição.

Relativamente à sua estrutura, a RESSAN-GB é constituída por uma Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Secretariado Permanente e Pontos Focais Regionais. Até à realização da I Assembleia Geral, no dia 28 de setembro de 2013, a RESSAN-GB detém uma Coordenação Provisória do Secretariado Permanente bicéfala, sob responsabilidade da Tiniguena e da Ação para o Desenvolvimento (AD).

Persistem, todavia, desafios de Segurança Alimentar e Nutricional no domínio institucional, tais como:

- A dificuldade de assegurar a vida democrática e funcional, baseada na participação, comunicação, concertação e militância ao nível da RESSAN-GB, bem como a instalação efetiva das estruturas ao nível regional e setorial;
- No domínio temático, o fomento de iniciativas que visem o fortalecimento da segurança alimentar e da Agricultura Familiar Camponesa, a promoção dos produtos, produtores e mercados locais, animados pelas associações produtivas, cooperativas e redes afins; e o enfoque no reforço da governação sob a perspetiva de soberania alimentar, direito à alimentação e educação alimentar;
- No domínio político, o desenvolvimento da capacidade de influência e fortalecimento da visão e da lógica da Agricultura Familiar Camponesa e de base agroecológica nas políticas públicas bem como nos programas de governo.

A Rede assume, desta forma, um compromisso no relançamento do debate e influência sobre a atualização da Lei da Terra, tomando em consideração a proteção dos territórios produtivos e tradicionais comunitários (urbanos e rurais), imprescindíveis à nossa reprodução social, cultural, ambiental e económica.

A RESSAN-GB constitui-se, desta forma, como uma oportunidade para as OSC guineenses que intervêm na área temática da Segurança Alimentar e Nutricional criarem um espaço de articulação de esforços, formulação de programas, estratégias e ações comuns em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional, com aplicação efetiva pelas organizações-membro e parceiros, em prol da erradicação da fome na Guiné-Bissau.

É, igualmente, uma plataforma de concertação entre as organizações-membro para o exercício de advocacia junto dos governos e pressão junto do Estado guineense para que este assuma as suas responsabilidades políticas em matéria de Soberania Alimentar.

Apela-se, então, aos participantes do Fórum e Organizações da Sociedade Civil guineense, a tomar parte na Assembleia Geral da RESSAN-GB, que se realizará no dia 28 de setembro de 2013, como forma de efetivar o compromisso nacional com a Segurança Alimentar e Nutricional.

3. DESAFIOS À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO QUADRO DA ESTRATÉGIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

João Pinto, REDSAN-CPLP

A REDSAN-CPLP, enquanto espaço de congregação de valências das redes nacionais², visa, desde 2007, a coordenação entre as redes e o consenso relativamente a uma agenda política regional para a Segurança Alimentar e Nutricional, apoiada no Direito Humano à Alimentação Adequada, a nível nacional, regional e internacional.



O trabalho da REDSAN tem por base as atividades desenvolvidas pelas redes nacionais em torno de temáticas como a agricultura, pescas, acesso à terra, questões de género relacionadas com Segurança Alimentar e Nutricional, recursos naturais e biodiversidade, entre outros. O estabelecimento de uma agenda comum, com base na partilha de conhecimentos, práticas e experiências das redes nacionais, permite uma maior eficiência da intervenção da REDSAN junto dos decisores políticos nacionais, regionais e internacionais, no que respeita à formulação e implementação de políticas públicas no setor agroalimentar.

O trabalho em rede implica a capacitação das redes nacionais, o estabelecimento de parcerias, o engajamento das redes em ações de *lobbying* e advocacia como ferramentas para influenciar as políticas públicas nacionais, em prol da concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada no espaço da CPLP.

A REDSAN-CPLP tem beneficiado do crescente reconhecimento das suas estruturas como interlocutores para o diálogo político no quadro das estratégias nacionais na maior parte dos Estados membros, e do reforço das ações de intercâmbio e troca de experiências entre os países, assim como da crescente visibilidade do tema e da sua colocação nas agendas políticas nacionais, incluindo a *chamada de atenção* para várias questões transversais à Segurança Alimentar e Nutricional (género, acesso à terra e recursos naturais, impacto dos Organismos Geneticamente Modificados [OGM], etc.).

Persistem, no entanto, limitações resultantes da inexistência ou ineficácia dos espaços de diálogo junto dos governos em virtude da não implementação dos compromissos assumidos nas estratégias nacionais, da capacidade financeira limitada, incluindo a relativa dependência de recursos dos doadores e os deficientes mecanismos de comunicação, visibilidade e articulação que comprometem a ação das redes e a implementação das agendas nacionais.

São apresentadas como oportunidades da REDSAN e das redes nacionais a existência do Fórum da Mulher Rural e a Plataforma Camponesa da CPLP³, atualmente secretariado pela KAFO⁴, representativos dos 20 milhões

² Grupo de trabalho sobre SAN (Angola), PONG's (Cabo Verde), RESSAN-GB (Guiné-Bissau), RESCSAN (São Tomé e Príncipe), ROSA (Moçambique), FBSSAN (Brasil), REALIMENTAR (Portugal).

² <http://www.pccplp.com>

³ Federação das Associações da Autopromoção Camponesa e Desenvolvimento Rural da Guiné-Bissau.

de pequenos agricultores e de praticantes da agricultura familiar no espaço lusófono, e a Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (ESAN-CPLP).

A ESAN-CPLP consiste na materialização das linhas de orientação comum, do ponto de vista político, e visa contribuir para a erradicação da fome e da pobreza no espaço da CPLP, através do reforço da coordenação entre os Estados-Membros e da melhor governabilidade das políticas e programas setoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, com base no Direito Humano à Alimentação Adequada, assente nos seguintes eixos:

Eixo 1 | Fortalecimento da governação da Segurança Alimentar e Nutricional;

Eixo 2 | Promoção do acesso e utilização dos alimentos para a melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis;

Eixo 3 | Aumento da disponibilidade de alimentos com base em modelos de produção, processamento e distribuição sustentáveis.

Em julho de 2012, durante a Cimeira de Chefes de Estado da CPLP, em Maputo, Moçambique, foi reforçado o compromisso político relativamente à Segurança Alimentar e Nutricional, com ênfase no reforço da produção interna baseada nos pequenos agricultores. Esta estratégia de orientação política resultou, igualmente, na criação de um órgão consultivo à margem da REDSAN-CPLP, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), que se apresenta como uma plataforma ministerial dos responsáveis políticos pela Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados-membro, em articulação com a Sociedade Civil, com o objetivo de assessorar a Cimeira de Chefes de Estado da CPLP.

Embora tenha sido reconhecido pela ONU como um exemplo de articulação regional para a temática da luta contra a fome e Segurança Alimentar e Nutricional, a ESAN enfrenta ainda desafios à sua concretização plena no espaço da CPLP, nomeadamente:

- O desafio de **manter viva a discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos países e na CPLP**. As ações de informação, sensibilização e construção de capacidades são fundamentais para que a problemática da fome e da insegurança alimentar e nutricional não caia na invisibilidade;
- O desafio de **passar dos compromissos políticos à prática**. É fundamental que as estratégias e políticas nacionais, e a própria ESAN-CPLP, sejam implementadas, de facto, evitando-se, assim, o risco de se transformarem em meros documentos de intenções;
- O desafio de **trabalhar em direção a uma agenda intersetorial**. As redes temáticas da Sociedade Civil englobam uma multiplicidade de atores que trabalham temas diversos (agricultura, água, saneamento, género, educação, saúde, nutrição, etc.) estando, por isso, numa posição privilegiada para contribuir para o debate em direção a uma visão holística da Segurança Alimentar e Nutricional, tanto no plano nacional como no âmbito da CPLP;
- O desafio da **descentralização da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional**. Isso significa, por exemplo, possibilitar a discussão de alternativas ao nível das comunidades e promover a participação destas na implementação das ações. A capilaridade territorial, ampliada pelo trabalho em rede, pode contribuir decisivamente para esse desafio;
- O desafio de **aliar as evidências empíricas trazidas pela Sociedade Civil com a investigação científica aplicada**, como suporte à tomada de decisão. A iniciativa de constituição do Observatório do Direito à Alimentação na CPLP pode abrir novas oportunidades neste campo, agregando valências dos vários países da Comunidade;
- O desafio do reforço da mobilização por parte da Sociedade Civil. É importante melhorar as dinâmicas de funcionamento, no quadro das redes nacionais, da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP, de modo a ultrapassar as limitações atualmente existentes que mencionámos anteriormente.

Assim, a REDSAN-CPLP presume a complementaridade entre as diferentes redes e atores nacionais, com base na mobilização das Sociedades Cívicas internas, com vista à concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada e à erradicação da fome, no espaço da CPLP, através do exercício de ações de lobbying e advocacia, com vista ao reforço da institucionalização das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e da coerência entre os planos locais, nacionais, regionais e globais.

4. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: DESAFIOS E IMPACTOS

Maria Homero, FBSSAN

Quando se fala em Segurança Alimentar e Nutricional é importante ressaltar e definir os conceitos fundamentais que têm direcionado os trabalhos no âmbito deste tema.

Segurança Alimentar é a garantia do acesso, de todas as pessoas, a alimentos adequados, em quantidade suficiente e seguros em termos nutricionais (qualidade, quantidade e variedade) para uma vida ativa e saudável. **Soberania Alimentar** é o direito das pessoas, comunidades e países de definir as suas próprias políticas agrárias, agrícolas, de trabalho, de pesca e de alimentação, quer sejam ecológica, social, econômica e culturalmente apropriadas ao seu contexto específico.



No que se refere à realidade brasileira, o país vive tempos de celebração, de conquistas, avanços conseguidos na mobilização social pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Estes contam, várias vezes, com a atuante Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional e com programas estruturantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa um Milhão de Cisternas (PIMC) e o *Uma terra e duas águas*.

Contudo, nas conquistas alcançadas tem-se o modelo econômico vigente no mercado, comandado por grandes indústrias e multinacionais que usam o alimento como um negócio. Alimentos de primeira necessidade são prioridades para exportação, com vista ao lucro, deixando o mercado interno subjugado a ofertas reduzidas e preços mais elevados. O agronegócio, as monoculturas e o latifúndio impedem a diversificação de culturas, dificultam a certificação e a titulação de terras. A industrialização dos alimentos, que não respeita saberes e tradições, provoca a perda de práticas tradicionais e, apoiada pelos média e pelo investimento dos grandes produtores, incentiva hábitos alimentares pouco saudáveis, com riscos para a saúde da população.

A Sociedade Civil tem vindo a intervir para tentar alterar esta realidade. O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar Nutricional é um exemplo de uma tentativa de mudança. O Fórum foi criado em 1998, em São Paulo. O principal papel do Fórum é monitorar políticas públicas e dialogar com o Governo, através dos Conse-

lhos de Segurança Alimentar/CONSEA. O Fórum não está formalizado, porém, detém legitimidade perante as entidades. O FBSSAN não é uma reunião de fóruns estaduais; é um Fórum que articula pessoas, não grandes instituições. Dá visibilidade, fortalece as experiências em rede e se aproxima das experiências concretas em Segurança Alimentar e Nutricional e situações do dia-a-dia da Sociedade Civil. Promove uma maior articulação e diálogo com os fóruns e outras dinâmicas de mobilização em Segurança Alimentar e Nutricional.

O Fórum tem sido pautado por diferentes temas, como:

- Qualidade dos alimentos e consumo alimentar;
- Abastecimento e mercados institucionais;
- Povos e comunidades tradicionais;
- Agricultura Urbana;
- Segurança Alimentar e Nutricional no contexto amazônico;
- Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido;
- Agrotóxicos e Transgênicos;
- Participação social no Sistema Nacional de Segurança Alimentar/SISAN.

A participação de membros das redes nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional dos países que compõem a CPLP no Encontro Nacional do Fórum tem fortalecido ainda mais o processo de diálogo em curso e a troca de experiências sobre dinâmicas de participação da sociedade no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.

Na edição de 2013 do Encontro Nacional do FBSSAN, o tema central foi: **Que alimento (não) estamos comendo?** O tema possibilitou:

- Dar continuidade ao diálogo e convergência com outras redes e articulações a partir de uma leitura crítica sobre o sistema alimentar, olhando sobre as várias perspectivas (produção, processamento, abastecimento e consumo);
- Dar a conhecer as alternativas que têm sido pensadas e constituídas para contrapor esse sistema e assegurar a soberania alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável;
- Analisar o papel do Estado face a esse contexto;
- Discutir e orientar sobre: *Qual o rumo do sistema alimentar? O que pensa e pratica a sociedade? Qual o lugar do alimento na sociedade? Pensar o que comemos é estratégico?*
- Discutir questões como alimentos transgênicos, fortificados, o sentido cultural da alimentação e alimentos *em extinção*.

A Sociedade Civil tem vindo a participar ativamente na construção de avanços, tais como:

- **Direito Humano à Alimentação** focado no modelo de produção e não somente no aumento da produção para enfrentamento da fome;
- **Agroecologia**;
- **Agricultura familiar**;
- A **preservação de Sementes Crioulas**⁵, património da Humanidade, pois são um legado de nossos antepassados, tão importantes para a existência humana, que são constantemente celebradas e consagradas;

⁵ Uma grande quantidade das espécies que usamos na nossa alimentação origina das Américas e foi deixada pelos indígenas (Astecas, Maias, Incas e outros) como: milho, batata, mandioca, feijão, algodão, tomate, pimenta, amendoim, cacau, abóbora e outros. Outras foram trazidas de outros continentes, como o trigo e o arroz, mas já há centenas de anos que são conservadas e melhoradas pelas famílias agricultoras e quilombolas. Essas sementes são chamadas de sementes crioulas.

- **Quintais produtivos;**
- Visibilidade e **recuperação da experiência brasileira de camponeses na resistência** da partir da agroecologia e produção sustentável;
- **Promoção da igualdade e equidade de gênero:** As mulheres do campo e da cidade têm feito críticas ao modelo capitalista e patriarcal que não valoriza o trabalho da mulher, institui uma dupla jornada de trabalho e cria valores diferentes para homens e mulheres. Uma das questões para se avançar em direção à Soberania Alimentar, segundo a agricultora Justina Cima, do Movimento de Mulheres Camponesas, é a importância de se questionar o patriarcado e pensar quais os valores que precisam de ser desenvolvidos junto dos homens e das mulheres para se poder avançar. Regina Miranda, nutricionista, que integra a Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e que é conselheira do CONSEA do Rio Grande do Sul, considera fulcral uma política de Segurança Alimentar que seja capaz de operar um diálogo com as mulheres, porque existe uma relação importante das mulheres com a Segurança Alimentar e Nutricional. Para ela, o lugar feminino na família tem sofrido alterações com impactos na segurança alimentar: as mulheres são detentoras de saberes sobre as sementes, as propriedades dos alimentos e outros sobre o tema;
- **Participação de mulheres em espaços políticos:** O lugar da mulher é na política, assim como em todos os locais que considere importantes. Temos, hoje, uma representação de cerca de 51% de mulheres. A expressão do seu papel na luta pela garantia da Segurança Alimentar e Nutricional começa a refletir-se na consciência da sociedade – começa-se a reconhecer as mulheres como portadoras de direitos, embora haja ainda muito que avançar no que diz respeito às políticas e aos seus instrumentos de operacionalização que ainda discriminam as mulheres. Mulheres protagonistas de lutas de resistência em defesa de uma sociedade igualitária, onde a organização da economia tem como núcleo a sustentabilidade da vida humana e não o mercado e o lucro. As mulheres estão a demonstrar a necessidade de construir um novo modelo para o Brasil que priorize a produção e a distribuição descentralizada, visando atender as necessidades locais e territoriais e que contemple a participação da população no seu planejamento, decisão e execução e que contribua para a autonomia das mulheres, possibilitando que protagonizem experiências de Segurança, Soberania Alimentar e Nutricional nos territórios que habitam;
- **Reconhecimento, fortalecimento e formalização das instituições e a proteção dos conhecimentos e práticas tradicionais;**
- Relação com outros setores: **garantia da intersectorialidade;**
- **Aumento de verba para a atividade** e subvenção de 50% do prêmio do seguro rural aos pequenos produtores.

Os desafios são inúmeros. É preciso que façamos críticas cada vez mais intransigentes à mercantilização da vida e à conceção do alimento como mercadoria. Sabe-se que a alimentação, a água e a terra são direitos fundamentais – não podem ser tratados como mercadorias. Para isso é fundamental: o fortalecimento das questões como o sentido cultural da alimentação e o resgate de alimentos que estão a desaparecer; a identificação dos aspetos do sistema alimentar que afetam os territórios e referenciação das alternativas que têm sido constituídas; o fortalecimento da Agricultura Familiar como Política de Estado e não Política de Governo; o fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa de base agroecológica e a construção de novas relações sociais de igualdade entre as pessoas e a terra.

Igualmente imprescindível é a regularização fundiária e a proteção dos territórios tradicionais urbanos e rurais, essenciais à nossa reprodução social, cultural e econômica; a priorização, no âmbito da Soberania e Segurança Alimentar da luta pela reforma agrária, de enfrentar o latifúndio e a monocultura; o fortalecimento de políticas públicas para Agricultura Familiar Camponesa e Comunidades Quilombolas⁶, de Matriz Africana e Povos Indígenas; a preservação das culturas com sementes crioulas; a simplificação do acesso às políticas públicas para Agricultura Familiar Camponesa, reforma agrária, urbana e periurbana; e a consciencialização do uso adequado da água.

Destaca-se, por último, a necessidade de realização de campanhas de defesa dos programas do PAA e PNAE, que utilizem os alimentos da Agricultura Familiar Camponesa como instrumentos pedagógicos nas organizações sociais e nas escolas; a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional/SISAN e a interiorização deste através da adesão dos municípios; a ampliação de assentamentos *rururbanos* e criação de hortas urbanas; a adoção de uma nova forma de produção e consumo; a regulamentação da propaganda de alimentos; ou a proibição do uso de agrotóxicos e de alimentos transgênicos.

5. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DESAFIOS E IMPACTOS

Celso Garrido, RESCSAN-STP

A RESCSAN-STP foi criada em 2008 após a realização de um seminário internacional sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, em São Tomé e Príncipe, organizado pela Federação de Organizações Não-Governamentais de São Tomé e Príncipe (FONG-STP), com apoio do governo.



⁶ Nota da Coordenação: “Comunidades Quilombolas” é a designação comum dada aos escravos ou descendentes de escravos negros cujos antepassados, no período da escravatura, fugiram das senzalas revoltados com a repressão, com as más condições a que estavam sujeitos e com a sua condição para locais remotos, onde dificilmente poderiam ser recapturados pelos seus antigos senhores – os Quilombos. As Comunidades Quilombolas atuais são definidas pelo Decreto 4887/2003 [de 20/11/2003, art.2] como “grupos étnicos-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Glória Moura, doutorada pela Universidade de São Paulo (USP) e estudiosa da realidade Quilombola vê os Quilombos Contemporâneos, como lhes chama, como “celeiros de uma tradição cultural de valorização dos antepassados, calcada numa história identitária comum, com normas de pertença e consciência de luta pelos territórios que habitam e usufruem”. Fonte: <http://quilomboscontemporaneos.org>, projeto ‘O percurso dos Quilombos: de África para o Brasil e o regresso às origens’, IMVF/ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão (Comissão Europeia/Cooperação Portuguesa).

A RESCSAN-STP é formalmente constituída por 19 Organizações Não Governamentais nacionais, membros da FONG-STP. A rede encontra-se organizada nas seguintes áreas temáticas: área Agrícola e Florestal, coordenada pela Ação para o Desenvolvimento Agropecuário (ADAPPA); Infraestruturas e Urbanismo, coordenada pela ZATONA ADIL - Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais; Pescas e Ambiente Marinho, à responsabilidade da Marapa; Saúde e Nutrição, coordenada pela Assistência Médica Internacional (AMI); Educação, pela Fundação da Criança e da Juventude (FCJ); Gabinete de Comunicação e Visibilidade, coordenado pela OSCH.

Com o objetivo de efetuar ações de lobbying e advocacia junto do Governo, em prol da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe, a RESCSAN-STP tem vindo a desenvolver várias atividades conducentes à concretização da Segurança Alimentar e Nutricional. Deste modo, a RESCSAN-STP apresenta-se como o elo de ligação entre as OSC, com atuação no domínio de Segurança Alimentar e Nutricional, e o poder político e as organizações internacionais, tais como a FAO, dando apoio na formulação e implementação do Plano e da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O trabalho de capacitação dos membros da rede, no sentido de fortalecer a intervenção da Sociedade Civil, tem vindo a desenrolar-se através da organização de fóruns de capacitação e partilha de experiências entre as diferentes OSC e os seus parceiros internacionais.

Entre 2009 e 2011, a RESCSAN-STP foi igualmente responsável pela elaboração e execução do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA/STP), em parceria com o Instituto Marquês de Valle Flôr, com vista à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional através da valorização e impulso dos produtos locais. No presente ano, a RESCSAN está a executar a segunda fase do PDSA (PDSA/STP II), tendo como objetivo a consolidação do trabalho realizado ao longo do primeiro PDSA.

O trabalho de advocacia da rede, junto do poder político, tem produzido resultados significativos em termos da alteração de comportamentos em prol da Soberania Alimentar em São Tomé e Príncipe. A pressão contínua junto dos governos e o incentivo de melhoria e de implementação efetiva de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional resultaram na aprovação, pelo Parlamento são-tomense, da lei que estabelece o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar. Esta lei visa garantir a alimentação das crianças em idade escolar, através da produção agroalimentar local e nacional, contribuindo, assim, para a dinamização do setor primário são-tomense.

É de salientar que a ADAPPA já tinha começado a desenvolver um projeto-piloto ao nível de alimentação escolar, em parceria com o Programa de Alimentação Mundial (PAM), financiado pela Embaixada do Brasil, em São Tomé e Príncipe.

O sucesso da RESCSAN-STP está, de certa forma, associado às especificidades geográficas e populacionais do país, que permitem uma maior concentração de organizações, concertação de objetivos e ações e proximidade aos centros de decisão, mas não é certamente alheio ao **empenho das organizações em fazer do Direito Humano à Alimentação Adequada, um direito de todos os são-tomenses.**

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES DO FÓRUM

1. INTRODUÇÃO

As discussões nos diferentes Grupos Temáticos dos **Painéis 1 e 2** procuraram contribuir para o debate nacional em torno das grandes questões associadas à Segurança Alimentar e Nutricional e para a equação de soluções. O funcionamento dos Grupos foi enformado pelo propósito de identificar e analisar de forma crítica os principais desafios e oportunidades que se colocam à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, propor linhas de intervenção e identificar o papel da Sociedade Civil no quadro das linhas de intervenção propostas.

Cada Grupo Temático preparou uma apresentação a realizar em Plenária, após a qual se seguiu uma discussão, por tema, moderada pela organização do Fórum. No caso do **Painel 3**, que decorreu exclusivamente em Plenária, houve um espaço único para discussão após as quatro apresentações realizadas.



Ao longo das diferentes sessões foram assinaladas diversas questões para aprofundamento posterior da discussão, mas foram também sendo alcançados alguns **denominadores comuns para endereçar as principais problemáticas e potencialidades associadas à Segurança Alimentar e Nutricional no País**. Após uma apresentação, na Cerimónia de Encerramento do Fórum, dos mais importantes pontos debatidos e resultados preliminares, as Principais Conclusões alcançadas foram apresentadas pela Organização do Fórum a 23 de setembro de 2013 em comunicado de imprensa. Fruto do trabalho e da reflexão conjunta das organizações promotoras, 91 outras OSC guineenses de 9 regiões do País, 4 OSC internacionais e 4 Parceiros Técnico-Financeiros, e contando com importantes contributos de três redes da Sociedade Civil do espaço da CPLP, foi **sugerido que as conclusões e recomendações a que se chegou neste Fórum nortearassem uma intervenção responsável das OSC participantes no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional**.

Nas seções seguintes, por temática, é apresentada uma síntese dos principais desafios, oportunidades, linhas de intervenção e espaços de ação para a Sociedade Civil identificados no quadro dos Grupos de Trabalho, enriquecida pelos principais aspetos debatidos em Plenária e priorização que daí resultou¹.

¹ Dada a natureza multidisciplinar e interdependente do fenómeno da segurança alimentar e nutricional, várias questões atravessaram o debate e as diferentes temáticas de forma recorrente. Assim, a distribuição das conclusões por temática é da responsabilidade da organização do Fórum, não correspondendo, necessariamente, à ordem pela qual elas foram sendo alcançadas ou aos grupos que as trouxeram para debate.

2. ASPETOS DE POLÍTICA TRANSVERSAIS

A agricultura é a principal atividade económica na Guiné-Bissau. Concentra 85% da população ativa², sendo praticada em contexto familiar, destacando-se o papel da mulher ao nível da produção, transformação e comercialização de bens agroalimentares para a salvaguarda da subsistência das famílias.

O setor agroalimentar guineense apresenta, no entanto, inúmeras potencialidades ao nível dos recursos terrestres e haliêuticos que permitem alcançar a autossuficiência alimentar e nutricional, colmatando as situações de insegurança alimentar com base na diversificação das culturas agroalimentares e respeito pela biodiversidade e ecossistemas nacionais.



Uma causa estruturante desta realidade é o **insuficiente empenho e compromisso** político em termos de segurança alimentar e na sinalização do setor primário como prioritário para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, que vem perpetuado a dependência alimentar externa e minando a Soberania Alimentar do Estado.

Com efeito, o abandono nos anos 80, com os Programas de Ajustamento Estrutural, das políticas de desenvolvimento agrário e a descontextualização, por parte da economia de mercado, da realidade guineense viabilizaram a adoção de medidas penalizadoras do sistema agrário guineense, fundamentado na agricultura familiar, condicionando a Soberania Alimentar da Guiné-Bissau.

No quadro destes Programas de Ajustamento, assistiu-se à **adoção do modelo agroexportador**, associado ao **favorecimento da importação de bens agroalimentares** através de facilidades fiscais e aduaneiras. Estas medidas continuam atualmente em vigor gerando desigualdade no acesso aos mercados por parte dos produtores nacionais e traduzindo uma falta de aposta no setor primário, que engloba a maior parte da população ativa guineense, sendo imperativo o seu enquadramento jurídico, com vista à inclusão, proteção e apoio aos pequenos produtores no mercado nacional e da sub-região.

É, assim, necessária a **implementação efetiva de uma política nacional nos setores da agricultura, pescas e florestas, enquanto estratégia de desenvolvimento económico** que permita captar investimentos públicos e privados (financiamento) e promover o consumo nacional, reduzindo a importação de bens agroalimentares de concorrência (aqueles para os quais existe capacidade endógena de produção).

A **adoção do modelo agroexportador** com vista ao desenvolvimento do empresariado rural, favoreceu a concessão, por parte do Estado, de grandes áreas de cultivo para a exploração de culturas economicamente rentáveis direcionadas para os mercados internacionais. O favorecimento destas grandes áreas, nomeadamente as pontas, esteve na origem da expropriação de terras dos pequenos agricultores, da sua integração no sistema laboral assalariado agrícola e do abandono da agricultura familiar como fonte de subsistência,

² Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2011-2015 (DENARP II), Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Junho 2011.

resultando no agravamento da insegurança alimentar no País. Esta situação persiste até hoje, agravada pela concessão de terras a empresas transnacionais para o cultivo de biocombustíveis e organismos geneticamente modificados; elevada cedência de quotas de pesca a frotas estrangeiras; e atribuição de direitos de abate e exportação de árvores e raízes a empresas e governos estrangeiros. **As políticas nacionais devem promover a exploração sustentável de recursos com base nos costumes e saberes tradicionais, favorecendo a modernização tecnológica de acordo com as necessidades das comunidades, assim como o reforço do compromisso político com a proteção da biodiversidade e das áreas protegidas.**

Uma estratégia de desenvolvimento do setor primário, partindo do reconhecimento do **Direito Humano à Alimentação Adequada e da Agricultura Familiar Camponesa** como salvaguarda da **Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, deve, assim, **privilegiar a autossuficiência e as necessidades do mercado nacional**, valorizando os **produtos nacionais e o empreendedorismo rural**. Para tal, importa promover a **criação de condições de atratividade para os jovens, contrariando o êxodo rural**. Estes são uma força motora e dinamizadora fundamental na atividade agroalimentar, mas não encontram no meio rural as oportunidades, infraestruturas e serviços de que necessitam para se sentirem estimulados e realizados, vendo-se obrigados, não raras vezes ilusoriamente, a emigrar para os centros urbanos.

A concretização plena do Direito Humano à Alimentação Adequada na Guiné-Bissau e uma efetiva Soberania Alimentar nacional, está assim dependente do **compromisso político a adotar pelo Estado guineense no âmbito da segurança alimentar da sua população**.

Está, no entanto, também, intrinsecamente ligada à **capacidade do Estado guineense definir políticas de acordo com as reais prioridades do País e das suas populações**. O DENARP II reconhece a importância estratégica da agricultura, assentando a promoção do desenvolvimento económico durável (um dos seus quatro eixos) no apoio a fileiras promissoras no setor agrícola e na aceleração da construção de infraestruturas económicas básicas – sem as quais o desenvolvimento do setor agrícola não será possível. No entanto, trata-se de um documento-quadro nacional que traça linhas gerais para a redução da pobreza, mas que, enquanto tal, carece necessariamente de matriz operacional.

Principais Conclusões do Fórum | Aspetos de Política Transversais

1. Reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e da necessidade da respetiva salvaguarda através da afirmação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento do País

2. Priorização para a Guiné-Bissau de um modelo de desenvolvimento focado na autossuficiência e numa necessária abordagem de mercado valorizadora do empreendedorismo rural e dos produtos agroalimentares nacionais, em detrimento de um modelo agroexportador ou de incentivos à importação, salvaguardando, assim, o princípio de Soberania Alimentar

3. Necessidade de criação de condições de atratividade para jovens – uma força motora fundamental na atividade agroalimentar – contrariando o seu êxodo rural

4. Necessidade de reforço da efetividade e representatividade dos espaços institucionais de diálogo e participação existentes, fortalecendo a concertação de facto e sinergias entre os diferentes atores do setor

5. Imperativo de um quadro global de Monitoria e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional, de implementação sustentável, cuja informação permita adequar estratégias às reais prioridades do País e das suas populações e promover, assim, uma maior eficiência, eficácia e impacto das intervenções de desenvolvimento, favorecendo a promoção da autossuficiência e Soberania Alimentar

O Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA), aprovado em Conselho de Ministros em 2011 e revisto em novembro de 2013, é o documento nacional em matéria de política e investimento agrícola, não traduzindo, uma visão estratégica e padecendo de algumas fragilidades ao nível da apropriação por atores-chave de vários níveis. Uma **abordagem participativa à elaboração de políticas públicas é essencial para garantir a adaptação das medidas propostas às efetivas necessidades** dos beneficiários e às suas práticas, evitando resultados frustrantes.

Por outro lado, não obstante a **disponibilidade dos diferentes parceiros técnicos e financeiros para apoiar a Guiné-Bissau e, em particular, o setor da Segurança Alimentar e Nutricional** – com a ressalva da clara redução sentida após o Golpe de Estado de 12 de abril de 2012 – os mecanismos de coordenação existentes entre os diferentes atores de desenvolvimento, os respetivos instrumentos de acompanhamento e as medidas tendentes a assegurar a sustentabilidade das intervenções neste domínio nem sempre se têm revelado suficientes, não assegurando a maximização do impacto potencial do apoio externo ao desenvolvimento agrícola da Guiné-Bissau. Urge, assim, **reforçar os espaços institucionais de diálogo e participação efetiva e qualificada dos diferentes setores da sociedade**. No quadro dos restantes países-membros da CPLP existem Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – mecanismos de coordenação intersectorial e multi-atores de cariz oficial, estratégico e participativo que contribuem para a melhoria da governança da Segurança Alimentar e Nutricional nos países, coordenação das ações desenvolvidas na área de Segurança Alimentar e Nutricional no quadro da CPLP e assessoria aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. A Guiné-Bissau não conta ainda com uma estrutura com estas características, sendo necessário aprofundar e/ou refundar as experiências já existentes.

Por último, o desenho de medidas eficazes, eficientes e que maximizem o potencial de impacto requer necessariamente **um quadro global de informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional no País, de implementação realista e sustentável**. Este quadro deve permitir adequar as diferentes intervenções às prioridades, reduzir sobreposições e favorecer o aumento da capacidade de resposta a situações de risco, a autossuficiência e a promoção da Soberania Alimentar.

As **OSC têm, assim, um papel privilegiado a jogar** na pressão do Estado guineense para a adoção de políticas nacionais de Soberania e Segurança Alimentar e para o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada, através da realização de ações de advocacia e da exigência de concertação e participação no desenvolvimento das estratégias nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. O Governo deve ser ainda estimulado para desenvolver uma abordagem bottom-up que garanta o envolvimento das comunidades e das organizações de base na implementação das estratégias in loco.

De igual modo, o empenho da Sociedade Civil a nível da Segurança Alimentar e Nutricional deve refletir o seu compromisso com a Agricultura Familiar Camponesa e a autossuficiência alimentar enquanto prioridades de desenvolvimento, bem como com o respeito e a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas nacionais, com a denúncia da sobre-exploração dos recursos naturais com vista ao agronegócio e ao desenvolvimento de culturas contrárias às necessidades nacionais e que colocam em causa a Soberania e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau.

3. ASPETOS PRODUTIVOS E ORGANIZACIONAIS

O setor agroalimentar guineense apresenta fragilidades produtivas e organizacionais que colocam em causa a sua capacidade de resposta efetiva às necessidades do mercado interno.

Os pequenos produtores são responsáveis por cerca de 90% dos bens e serviços provenientes do setor rural³. No entanto, os pequenos produtores, enquadrados pela Agricultura Familiar Camponesa, enfrentam fortes desafios ao nível dos recursos financeiros, da capacidade técnica e organizacional e do acesso e gestão dos recursos naturais, pelo que a produção nacional se mostra insuficiente para colmatar as necessidades, comprometendo a Segurança Alimentar e Nutricional do País. Esta situação é favorecida pela ausência de **enquadramento político da Agricultura Familiar Camponesa na estratégia de crescimento económico nacional e pelo insuficiente reconhecimento político dos pequenos produtores como agentes económicos**. Estes, incluindo camponeses, agricultores familiares e pescadores artesanais, sendo a base da produção nacional, não vêm constituindo um grupo prioritário para as políticas públicas.

Esta situação é agudizada pela dependência extrema dos pequenos produtores dos rendimentos proporcionados pela comercialização da castanha de caju, sazonais e fortemente condicionados pelas condições climáticas e pela instabilidade dos mercados internacionais. O rendimento proveniente desta atividade é parcialmente reinvestido na aquisição de alimentos (verificando-se mesmo, como é conhecido, a troca direta), sobretudo de arroz – cereal que é a base da alimentação guineense e para o qual existe forte aptidão edafo-climática. A população guineense é, deste modo, fortemente vulnerável a choques associados às campanhas de caju: maus resultados têm um reflexo direto na economia nacional, aumentando a exposição da população a situações de pobreza e insegurança alimentar e nutricional. A nível produtivo, existe uma forte concentração, precisamente na cultura do arroz, não sendo, no entanto, suficiente para fazer face às necessidades de consumo nacionais (apenas 64% serão satisfeitas⁴). A produção global de cereais (arroz e cereais secundários) apenas cobre cerca de 9% das necessidades para consumo humano e as restantes culturas alimentares, de importante valor nutricional e potencial socioeconómico, representam ainda um papel secundário no setor agrícola em geral.

Agricultura Familiar Camponesa | atividade agrícola com recurso a mão-de-obra familiar que inclui, simultaneamente, pesca artesanal, silvicultura, criação de animais de pequeno porte e atividades ligadas à floresta e à transformação de produtos agroalimentares, tendo em conta a utilização sustentável dos recursos naturais e saberes tradicionais, em que o agricultor ocupa uma pequena dimensão da área de cultivo, destinando parte da sua produção para a subsistência familiar, e outra parte para o mercado, para obtenção de rendimentos.



³ Quadro de Programação por País, FAO, 2014-2017 (2013)

⁴ Inquérito Aprofundado de Avaliação do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional, PAM/FAO/Plan Internacional/INE, Departamento da Estatística Agrícola, 2011

Torna-se, então, imperativo o **impulso à diversificação de culturas alimentares, contribuindo para a valorização do património genético e saber tradicional, como estratégia de promoção da autossuficiência alimentar e redução das importações** com vista a aumentar a resiliência a choques e a mitigar os riscos de insegurança alimentar. O estímulo à oferta e sua diversificação deve ser feito em articulação com as necessidades do mercado, através da **inserção dos produtores em cadeias de valor e da contribuição para a dinamização de fileiras produtivas** (produção, armazenamento, transformação, distribuição, comercialização). Deve-se também considerar o **potencial impulsionador para a produção nacional de programas de aquisição de bens** alimentares para a disponibilização no quadro de programas públicos, de assistência e de desenvolvimento.

A Agricultura Familiar Camponesa não é sinónimo de estagnação ou retrocesso tecnológico – pelo contrário, o conceito é compaginável com o aumento sustentável da produtividade, numa lógica de conservação de recursos naturais, diversificação de culturas e dinamização de cadeias de valor selecionadas de forma participativa, apoiada pela introdução paulatina da mecanização/motorização do setor primário, sem descurar as práticas tradicionais. A **modernização da Agricultura Familiar Camponesa**, o estabelecimento de agro-negócios sustentáveis e de interesse nacional e a introdução dos pequenos agricultores nas cadeias de valor constituem **oportunidades de garantia da autossuficiência, Soberania Alimentar e desenvolvimento sustentável** na Guiné-Bissau, dadas as potencialidades existentes, quer a nível dos recursos naturais, quer a nível dos recursos humanos.

No entanto, para facilitar a introdução de novas técnicas complementares às práticas tradicionais, com recursos tecnológicos, é necessário **reforçar os conhecimentos técnicos dos pequenos produtores, apoiando a respetiva profissionalização**.

No setor primário, o fator *trabalho* é penalizado pelo abandono rural por parte dos jovens que optam pela vida nos centros urbanos. Por outro lado, a adoção de políticas e estratégias de crescimento económico nacionais baseadas no desenvolvimento dos mercados e do setor industrial resultaram, em parte, no abandono da atividade agrícola por parte dos homens e na procura de ocupações na indústria e nas atividades agrícolas de larga-escala. Aliados à intensificação das migrações inter-regionais, estes fatores contribuíram para um aumento da prevalência das **mulheres** no setor agrícola, que **se encontram encarregues da vida familiar** (como esposa, mãe e filha), **abastecimento de energia** (recolha de lenha, carvão) e **água, produção de bens alimentares de subsistência** (agricultura, pesca, horticultura, silvicultura), **transformação e conservação das matérias-primas** (secagem, fumagem, produção de óleo de palma), **criação de animais de pequeno porte**, e da **venda e comercialização de produtos** em mercados locais, feiras e à sua porta/à beira da estrada. São, em muitos casos, a principal fonte de rendimento familiar, assumindo-se como chefes de família. Porém, o **acesso aos insumos** de produção, sementes, tecnologia e instrumentos de aumento da produtividade continua, de forma geral, a ser um **privilégio dos homens**, dificultando a produção e minando o rendimento da Mulher. Relativamente ao acesso e uso da terra, as mulheres estão confinadas à produção em pequenos espaços, hortas familiares ou comunitárias, com fraca capacidade competitiva (e rendimento) face aos grandes latifúndios e concessões de terra efetuadas aos homens e a grandes empresas transnacionais.

Particular atenção tem que ser dada, então, ao **reconhecimento da mulher rural como agente económico**. É primordial a respetiva capacitação e a facilitação do seu acesso aos meios de produção, reduzindo as gritantes desigualdades de género a este nível, em particular no que toca ao acesso à Terra, por forma a melhorar o seu desempenho e aumentar os seus rendimentos, por um lado, e, por outro, a aumentar a qualidade dos bens agroalimentares disponíveis no mercado.

As organizações de base desempenham um papel crucial na revitalização e capitalização do setor primário como motor da capacitação dos pequenos produtores e desenvolvimento de sistemas de produção mais eficientes, incentivando, igualmente, a diversificação de culturas tendo em vista a satisfação das necessidades do mercado. Subsistem, porém, dificuldades ao nível da concertação entre as organizações de base em torno das temáticas do setor primário e da segurança alimentar e ao nível da eficiência das respetivas estruturas internas. Assim, é essencial **reforçar a capacidade organizacional e institucional dos camponeses**, de modo a que possam atuar de forma articulada e exercer maior influência, enquanto atores económicos, na fixação de preços, na definição de políticas, na defesa dos seus direitos e na articulação entre o Público e Privado, em geral. O reforço da capacidade organizacional e o aumento da representatividade dos pequenos produtores, responsabilizando-os enquanto atores locais e promovendo a sua participação ativa na tomada de decisões no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional contribuirá largamente para a **relevância, legitimidade e potencial de sustentabilidade das políticas no setor**. Note-se que a Segurança Alimentar e Nutricional tem vindo a ganhar relevo nas discussões dos Parceiros Técnico-Financeiros – constituindo uma das prioridades de financiamento externo a nível nacional –, da Sociedade Civil e dos sucessivos Governos, e tem-se assistido ao surgimento de diversas organizações intervenientes no setor. Assim, na Guiné-Bissau existem já alguns agrupamentos e redes de camponeses ou produtores e muitas têm agora a possibilidade de participar na RESSAN-GB.

O reforço destes movimentos, mas também das competências das organizações e camponeses envolvidos nestas plataformas e redes é fundamental para garantir uma capacidade competitiva e de advocacia acrescida junto do poder político nacional, em particular para fazer face a **um dos principais problemas que se colocam à agricultura de pequena escala: a sobre-exploração de recursos naturais, em geral por transnacionais, que colocam em causa a capacidade produtiva nacional através do açambarcamento e expropriação de terras comunitárias de pequenos produtores**. Esta exploração é, por vezes, feita mediante concessões estatais de largas áreas, utilizadas para o cultivo de culturas alheias às necessidades agroalimentares nacionais, desde biocombustíveis a Organismos Geneticamente Modificados não destinados ao consumo nacional. De salientar que a produção destes bens não-alimentares, em zonas tradicionalmente destinadas ao cultivo por parte das pequenas famílias agrícolas, tem um impacto negativo na biodiversidade e nos ecossistemas locais, acarretando elevados riscos ambientais, uma vez que este tipo de produção intensiva requer um consumo elevado de energia, nomeadamente de água, assim como a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos. Estas situações levam a questionar o compromisso do Estado com a Soberania Alimentar e a sua capacidade na aplicação efetiva da Lei da Terra no que diz respeito à exploração agrícola sustentável e à preservação da biodiversidade.

Principais Conclusões do Fórum | Aspetos Produtivos e Organizacionais

6. Papel nuclear da Agricultura Familiar Camponesa no contexto do desenvolvimento da Guiné-Bissau e necessidade de um quadro jurídico-institucional e de políticas públicas que clarifique o respetivo conceito e permita o seu fomento
7. Imperativo de aumento e diversificação da produção agroalimentar guineense para fazer face às necessidades alimentares e nutricionais do País e necessidade de aprofundamento da discussão por forma a definir estratégias sustentáveis de aumento da produtividade agrícola no quadro do respeito pelos recursos naturais e terras comunitárias, bem como de uma gestão integrada dos solos agrícolas
8. Necessidade de adoção de políticas e ações tendentes à redução da sobrecarga da mulher guineense no sistema de produção agroalimentar
9. Necessidade de reforço organizativo de produtores e, dentro destes, de grupos particularmente vulneráveis, como é o caso das mulheres, com vista a reforçar a respetiva capacidade de participação no diálogo nacional em torno da Segurança Alimentar e Nutricional e propor alternativas em função das prioridades nacionais
10. Necessidade de avaliação, a priori, por parte do Estado, do impacto e sustentabilidade da alienação e concessão de recursos públicos ou comunitários a grandes entidades, nacionais ou estrangeiras, bem como de consultas à Sociedade Civil, sob pena de violação dos direitos das comunidades às respetivas terras, destruição da biodiversidade nacional e progressiva agudização da situação alimentar e nutricional no País
11. Necessidade de aplicação da regulamentação efetiva do Direito de acesso e uso da terra em respeito pelo princípio da Soberania Alimentar, incluindo os direitos da mulher guineense
12. Potencial impulsionador de políticas de compra direta de bens alimentares nacionais para disponibilização no quadro de programas públicos de assistência e de desenvolvimento

É, então, imperativo **encarar a exploração dos recursos naturais – mar, terra, florestas – como uma prioridade nacional para a Soberania Alimentar na Guiné-Bissau** e definir linhas estratégicas no que diz respeito ao acesso a recursos e à utilização sustentável dos mesmos, com vista à redução do impacto ambiental. Esta situação de sobre-exploração dos recursos naturais é notória também ao nível dos subsetores das pescas e florestas, sendo urgente, entre outros, a **revisão da política de pescas e dos critérios de concessão de licenças extrativas a empresas estrangeiras, bem como a aplicação efetiva da Lei da Terra e a sua regulamentação específica**, com vista a garantir a soberania sobre os recursos naturais.

À Sociedade Civil caberá, nestes domínios, por um lado, prestar apoio técnico aos pequenos produtores através de programas de capacitação e aprendizagem organizacional, contribuir para o reforço dos movimentos civis e promover o envolvimento comunitário na atualização das políticas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Mas as OSC podem exercer, ainda, um papel fundamental no que diz respeito à advocacia junto do poder político nacional para as desejadas revisões legislativas e para a aposta na Agricultura Familiar Camponesa.

4. ASPETOS DE MERCADO

A segurança alimentar de um Estado está intrinsecamente associada à disponibilidade dos bens agroalimentares e do acesso, quer de produtores, quer de consumidores, ao mercado. No caso da Guiné-Bissau, o **acesso ao mercado encontra-se fortemente condicionado**.

A **ausência e fraca qualidade das estradas existentes e a** exígua cobertura nacional dos meios de transporte colocam inúmeros produtores em situações de isolamento geográfico e dificultam a acessibilidade de outros aos mercados, em geral situados nos grandes centros urbanos dada a **escassez destas estruturas em meio rural**, o que dificulta o escoamento de produtos. Esta situação, aliada à **falta de infraestruturas e meios de armazenamento e conservação da produção**, resulta em avultadas perdas pós-colheita, qualidade diminuta dos bens disponibilizados, desincentivo à produção de excedentes e vulnerabilidade ao nível dos preços fixados pelos intermediários, agravando o risco de exposição das populações a situações de insegurança alimentar. Deve, então, constituir uma **prioridade a melhoria das vias de comunicação e dos sistemas de transporte em todo o território guineense**, com particular atenção para as pistas rurais e para as situações de enclave das regiões leste e sul do País.



O acesso ao mercado pelos produtores é, igualmente, limitado pela sua fraca competitividade. As dificuldades de acesso ao financiamento no setor primário – crédito agrícola – constituem um desafio à produção no setor agroalimentar. A dependência exclusiva dos rendimentos do próprio produtor para o financiamento do setor coloca em causa não só a sua capacidade produtiva como a própria segurança alimentar dos produtores, dada a sua capacidade financeira limitada. Esta baixa capacidade económica, aliada a ténues competências tecnológicas, resultam numa falta de investimento na transformação e conservação da produção, ações passíveis de acrescentar valor às matérias-primas, determinando baixos níveis de produtividade e de rendimento do setor.

No entanto, o setor agroalimentar apresenta um elevado potencial, quer no mercado interno, quer no mercado da sub-região, pelo que é importante **criar condições para fomentar o empreendedorismo rural**, incluindo soluções de financiamento adaptadas aos pequenos produtores e o impulso à criação de pequenas empresas de transformação e conservação de produtos agroalimentares, lojas de insumos e outro tipo de serviços de apoio a cadeias de valor-chave, bem como a revitalização das organizações de produtores e medidas para a fixação de jovens no meio rural.

Outro determinante da competitividade dos produtores é a respetiva **capacidade para dar resposta às necessidades do mercado**. Com a exceção da cultura da castanha de caju, direcionada para a exportação, os produtores deparam-se com sérios problemas na introdução dos seus produtos no mercado e na comercialização dos mesmos, dado que não estão, frequentemente, inseridos em cadeias de valor estratégicas a nível regional ou nacional. É fundamental que seja realizado um trabalho participativo de identificação de produtos e fileiras estratégicas/de rendimento valorizadoras do empreendedorismo rural e dos produtos agroalimentares nacionais, que permitam **aumentar e diversificar a produção agroalimentar nacional com base naquelas que são as necessidades do mercado interno** (incluindo, portanto, as necessidades alimentares e nutricionais nacionais) **e regionais**, ao longo dos diferentes períodos do ano, o que carece de impulso político enquanto estratégia de Soberania Alimentar.

Uma vez integrados em cadeias de valor estratégicas, os produtores devem conhecer bem os seus produtos e a sua inclusão na cadeia de valor, ou seja, a sua participação nas diferentes etapas, desde a produção à comercialização. Com níveis elevados de produtividade dos pequenos produtores, associados ao desenvolvimento de uma estratégia de diversificação da produção agroalimentar, a dimensão do mercado interno, aliada ao desenvolvimento de programas de compra direta, tem o potencial para permitir a **cobertura das necessidades básicas de consumo da população nacional, e o mercado da sub-região, nomeadamente do espaço da CEDEAO, constitui uma alternativa viável para o eventual escoamento de excedentes**, penetração em novos mercados e conquista de parcerias comerciais intrarregionais. O aproveitamento desta oportunidade requer um maior grau de informação dos produtores relativamente ao funcionamento dos mercados, nacional e regional, com particular destaque para a informação sobre preços, livre circulação de bens e pessoas no espaço nacional e na sub-região da CEDEAO, taxas e práticas aduaneiras, direitos dos produtores, etc.

A este nível, indubitavelmente, **as políticas de favorecimento da importação de bens agroalimentares, implementadas na Guiné-Bissau desde os Programas de Ajustamento Estrutural dos anos 80 têm colocado em causa a competitividade da produção nacional**, sujeita a taxas diferenciadas dos bens importados.

Principais Conclusões do Fórum | Aspetos de Mercado

13. Necessidade de promover o empreendedorismo no meio rural, incluindo a criação de um sistema de financiamento apropriado e adaptado ao contexto guineense para o setor agroalimentar

14. No caso dos produtos agroalimentares produzidos para o mercado, importância da diversificação da oferta orientada para as necessidades do mesmo e não assente nas estratégias de subsistência dos agricultores

15. Utilidade de se reativar o Sistema de Informação de Mercados

16. Necessidade de forte aposta na melhoria das acessibilidades rurais como forma de redução do isolamento e de criação de melhores condições para escoamento interno de produtos agroalimentares, frequentemente perecíveis

17. Necessidade de reforço da capacidade de armazenamento de produtos agroalimentares nos centros de maior consumo como forma de promover a preservação de excedentes e reduzir a vulnerabilidade às variações de preços

18. Necessidade de revisão do quadro regulamentar e tarifário aplicável à comercialização de bens agroalimentares com vista à eliminação de duplicações e barreiras tarifárias e a promover a transparência na sua aplicação, removendo barreiras informais que dificultam o trânsito e comercialização de produtos, e vantagem da instituição de um sistema de proteção do produtor e comerciante agroalimentar, sensibilizando e alertando para casos de cobrança ilegal de taxas

19. Necessidade de informar os produtores relativamente à livre circulação de bens e pessoas no espaço nacional e na sub-região da CEDEAO, procurando eliminar a usual discriminação de que são alvo os cidadãos guineenses nas movimentações intracomunitárias

Com efeito, produtos importados entram no mercado nacional sujeitos a taxas mais baixas e quando existem alternativas nacionais – caso do arroz e da cebola, por exemplo –, por vezes em abundância, o que é desmotivador para produtores e comerciantes. Acrescem às **barreiras tarifárias, sobretaxas e falta de transparência na aplicação no quadro regulamentar e tarifário**, o que dificulta o trânsito e a comercialização de produtos e aumenta os custos para o produtor. É urgente a revisão das tarifas para os bens agroalimentares nacionais, a uniformização da sua aplicação a nível nacional e o reforço do controlo, de forma a evitar as duplicações e o aumento de preços no produtor. Uma maior regulação do mercado criará, assim, oportunidades para os pequenos comerciantes e para as organizações de produtores diversificarem a sua produção e desenvolverem culturas alimentares capazes de concorrer com bens importados.

As organizações da Sociedade Civil, incluindo as organizações de produtores e pequenos comerciantes, devem promover o reforço do compromisso político com a revitalização do mercado nacional, e encetar ações de sensibilização para os principais entraves ao acesso ao mercado nacional, exercendo pressão junto dos governos para o aumento das taxas sobre a importação de produtos agroalimentares, suscetíveis de acentuar a dependência alimentar externa e diminuir a autossuficiência alimentar da Guiné-Bissau.

De igual modo, a Sociedade Civil pode contribuir para a capacitação dos produtores a nível técnico, através de programas de desenvolvimento de técnicas comerciais; fomento da criação de pequenos negócios com vista à satisfação dos mercados nacionais; facilitação de informação sobre os mercados nacionais e regionais, direitos do produtor e comerciante agroalimentar ou casos de cobrança ilegal de taxas; sensibilização para as políticas do setor agroalimentar e de livre circulação de pessoas, bens e serviços a nível da CEDEAO; entre outras.

5. EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR

O Direito Humano à Alimentação Adequada preconiza a disponibilidade de bens agroalimentares, o seu acesso generalizado e o direito a bens agroalimentares de qualidade, com capacidade de proporcionar uma alimentação saudável e equilibrada. Engloba, assim, o direito ao acesso a informação sobre os bens agroalimentares e sua produção, de modo a aumentar as possibilidades de escolha das pessoas e as respetivas hipóteses de ter uma alimentação saudável e consciente. No entanto, a **ausência e aplicação deficiente de políticas nacionais de regulamentação da informação dos produtos e publicidade** expõe o consumidor guineense a informação deficitária e por vezes enganadora sobre os produtos no mercado, tanto ao nível das suas características, como das suas funções e valores nutricionais. Diretamente ligado à desinformação sobre os produtos agroalimentares que chega à população está a **crescente sobrevalorização de marcas estrangeiras em detrimento dos produtos e saberes gastronómicos locais, regionais e étnicos**, que começa, por sua vez, a resultar em falta de referências culturais como forma de incentivo ao consumo nacional. A este nível, os meios de comunicação social guineenses, suscetíveis a pressões económicas, assumem elevado grau de responsabilidade.

O **fortalecimento do quadro regulamentar associado à publicidade**, com reforço da responsabilização das entidades pela informação será uma medida importante, mas será, igualmente, necessário um **empenho generalizado da sociedade em privilegiar os produtos nacionais, incluindo as classes com maior disponibilidade de meios**. De facto, não se pode deixar de notar que o favorecimento dos bens importados é um reflexo da adoção de um modelo de desenvolvimento orientado para a exportação que vem privilegiando, há várias décadas, a monocultura da castanha de caju e, assim, fomentando a dependência nacional das importações no setor agroalimentar.

Estas beneficiam, como já foi referido, de um quadro fiscal e aduaneiro mais favorável e chegam, frequentemente, aos consumidores, a preços mais baixos do que a produção nacional. Em paralelo, deverá ser promovida a valorização dos produtos nacionais pela via da oferta, através do **aumento da disponibilidade de bens agroalimentares de produção nacional no mercado**.

Porém, e apesar de a biodiversidade bissau-guineense propiciar a variedade e aptidão produtiva para dar resposta equilibrada às necessidades nutricionais da população, persiste também, na Guiné-Bissau, o **desconhecimento de princípios básicos de uma alimentação saudável**, ou seja da importância da inclusão de determinados bens agroalimentares na dieta alimentar (ainda que estes sejam produzidos localmente) e das respetivas dosagens: os próprios produtores detêm, frequentemente, um conhecimento limitado sobre o valor nutricional dos bens agroalimentares que produzem, muitas vezes destinados unicamente à comercialização. O impacto deste desconhecimento é agudizado pela existência de **tabus e mitos relacionados com os hábitos alimentares**. Verificam-se mitos socioculturais relacionados com a importância económica atribuída a determinados bens agroalimentares – veja-se o caso dos bovinos, que só ocasionalmente são consumidos pelas famílias detentoras do gado – e em determinados grupos étnicos e comunidades há alimentos que não devem ser ingeridos, especialmente por grávidas e crianças.

É fundamental, então, em primeiro lugar, **reconhecer as potencialidades do setor agroalimentar**, com capacidade, num cenário ótimo, de garantir a autossuficiência alimentar nacional no País. Numa segunda instância, é indispensável **impulsionar a diversificação de culturas, a valorização dos produtos nacionais e recuperação de hábitos alimentares étnicos**, de elevados valores nutricionais, enquanto **estratégia de alteração de comportamentos e redução da insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau**.

A concretização desta estratégia implicará **sensibilizar, informar e educar com vista à melhoria dos hábitos alimentares**, começando pela introdução de programas de educação alimentar e saúde nos currículos escolares, melhoria do acesso à informação nestes domínios e sensibilização para o consumo de produtos nacionais com elevado valor nutricional. **A desmistificação de tabus alimentares** deve ser encetada através de abordagens antropológicas e sociológicas que permitam compreender a sua origem, para encontrar soluções eficazes, que melhor se coadunem com os valores socioculturais dos grupos étnicos e das comunidades. Em geral, estas tarefas dificilmente serão bem-sucedidas sem a sensibilização e o **envolvimento dos poderes e líderes tradicionais, técnicos de saúde, agentes de saúde comunitária, organizações comunitárias de base e outros atores dinamizadores a nível comunitário**, devidamente capacitados, no âmbito da nutrição e da saúde materno-infantil.

Principais Conclusões do Fórum | Educação do Consumidor

20. Necessidade de aposta em políticas e ações de educação do consumidor com vista à promoção de uma dieta alimentar melhorada e de padrões de consumo valorizadores dos produtos nacionais, tirando partido da riqueza e diversidade nutricional dos produtos agroalimentares guineenses, contribuindo para a desmistificação de alguns tabus alimentares, e fomentando a qualidade como força motora do consumo nas classes sociais mais elevadas

21. Responsabilidade dos diferentes atores do setor da Segurança Alimentar e Nutricional na promoção de uma dieta alimentar melhorada, também pela ótica da oferta, promovendo a diversificação de culturas e a valorização, aproveitamento integral e prolongamento da vida útil dos produtos agroalimentares em consonância com o princípio de soberania alimentar

22. Manifesta insuficiência de quadros qualificados na área nutricional na Guiné-Bissau e necessidade de aposta em estratégias de formação, neste domínio, de técnicos de saúde, extensionistas, agentes de desenvolvimento e jornalistas, entre outros

No entanto, neste âmbito, a educação do consumidor encontra um outro desafio: a **falta de formação profissional e especialização na área nutricional, que resulta num défice de quadros técnicos na área da nutrição e numa fraca qualificação dos técnicos neste domínio** crucial para a saúde pública guineense. A concretização eficiente do direito pleno à alimentação adequada requer, deste modo, o desenvolvimento de programas de âmbito nacional de formação de técnicos de saúde, agentes de desenvolvimento, comunicação social e líderes comunitários, nas áreas da nutrição e saúde alimentar que permitam reduzir as elevadas prevalências de carência nutricional e malnutrição.



As OSC guineenses devem mobilizar-se em torno da advocacia junto do poder político e económico de forma a garantir a articulação entre as políticas de proteção dos consumidores e as de diminuição da sua exposição à importação de bens agroalimentares, que em pouco contribuem para a Segurança Alimentar e Nutricional no País e que, a prazo, a colocam em causa. Em articulação com o poder político, as OSC devem estar capacitadas para a participação na elaboração de leis e representação dos consumidores, impulsionando as organizações de consumidores, e pressionando os governos para o aumento dos investimentos a nível da formação de profissionais na área da saúde alimentar e nutricional.

A Sociedade Civil deve promover, de igual modo, a responsabilização dos consumidores, a informação sobre direitos e deveres relativamente às suas escolhas alimentares e nutricionais através de programas de consciencialização e sensibilização para uma alimentação adequada, a valorização dos produtos agroalimentares nacionais de elevado valor nutricional e a partilha de práticas e recomendações alimentares e nutricionais.

6. INFORMAÇÃO DOS PRODUTOS

A concretização plena do Direito Humano à Alimentação Adequada integra, não só o acesso aos bens agroalimentares, como a **responsabilidade e a obrigação do Estado de proteção dos seus cidadãos no que respeita à respetiva exposição a alimentos de fraca qualidade, baixos valores nutricionais e altamente processados e o direito ao acesso a informação sobre os bens agroalimentares e sua produção.**



A responsabilidade pelo controlo e pela garantia da qualidade dos bens agroalimentares é tanto maior num país em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau, onde a **exposição a produtos importados e processados não respeita as necessidades nutricionais do País**, contribuindo, inclusivamente, para o aprofundamento dos problemas relacionados com a insegurança alimentar e nutricional, tais como a desnutrição e a desnutrição infantil, com forte incidência no leste e sul do País, mas também com alguma prevalência nos centros urbanos.

A nível nacional, as limitações técnicas e financeiras dos produtores e fabricantes induzem a insuficientes meios de produção e a uma diminuta capacidade para garantir a qualidade dos produtos. As delapidadas condições de armazenamento, acondicionamento e transformação utilizadas para garantir a conservação dos produtos agroalimentares, constituem, igualmente, fatores de risco para a qualidade dos produtos finais na Guiné-Bissau, podendo inclusivamente contribuir para a alteração da sua composição inicial. Naturalmente, a fraca capacidade financeira dos produtores condiciona o investimento ao nível da certificação e do acondicionamento dos produtos. Este último é, em grande parte dos casos, efetuado através da reutilização de embalagens (vidros e plásticos) com recurso a métodos de esterilização manual/artesanal por vezes ineficazes e ineficientes, sobretudo quando o produto a ser esterilizado já foi contaminado no lixo. Todavia, apesar da existência de *jure* de um instituto de controlo de qualidade alimentar (Hospital 3 de Agosto), grande parte dos produtos agroalimentares disponibilizados no mercado nacional carecem de estudos de controlo e investigação. Não existe, também, um quadro regulamentar da propriedade industrial que estimule e valorize a produção nacional a nível interno e externo, incluindo um sistema de certificação. **O reforço da regulamentação e a implementação de um controlo obrigatório da qualidade dos produtos agroalimentares**, incluindo políticas sanitárias e de controlo desde a fase de produção e o desenvolvimento de centros de pesquisa, controlo e certificação de qualidade são, assim, condição necessária para a proteção do consumidor bissau-guineense e para a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Porém, não será, certamente, suficiente. Na Guiné-Bissau, a realidade alimentar e nutricional demonstra que **a prevalência de situações de insegurança alimentar e nutricional tem associada a falta de informação e desconhecimento da importância alimentar e nutricional da produção agroalimentar nacional por parte de produtores e consumidores**. No que concerne ao consumo, verifica-se ainda a incapacidade dos consumidores para reivindicar os seus direitos e exigir qualidade e informação detalhada sobre os produtos, consequência das limitações da educação do consumidor e da falta de políticas de proteção do consumidor de âmbito nacional. Já do ponto de vista da oferta, frequentemente, o desconhecimento dos produtores relativamente à produção, funções dos produtos, mais-valias, recomendações alimentares e nutricionais, têm reflexos diretos na comercialização dos bens e na perceção dos produtos pelos consumidores. Porém, não raras vezes, o produtor/comerciante é fonte privilegiada de informação e saberes tradicionais sobre os produtos que comercializa, mas outros desafios se colocam à transmissão desta informação fulcral para a conquista de mercados, mudança de comportamentos e promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. De facto, por um lado, os baixos níveis de alfabetização em meio rural colocam obstáculos ao produtor, fabricante e outras partes interessadas na disseminação de informação do produto. Por outro, limitações financeiras confinam frequentemente o investimento dos produtores na rotulagem dos produtos nacionais e em publicidade – formas de comunicação privilegiadas entre o produtor e o consumidor.

É imprescindível a **responsabilização e sensibilização dos produtores para a necessidade de disponibilizarem informação sobre os seus produtos como parte da estratégia alargada de promoção da produção e diversificação da dieta alimentar guineense. Para tal, é indispensável a aposta em programas de capacitação dos produtores** – aliados a estratégias de **alfabetização** – para a transmissão de informação básica sobre os produtos agroalimentares, como origem, composição e ingredientes, quantidade, qualidade, condições de conservação, aspetos nutricionais, validade, produção, meios utilizados durante o processo, etc. Particular atenção deve ser dada à forma e aos meios de transmissão da informação, os quais devem garantir o acesso e a compreensão das informações do produto pela maior parte do público em geral.

Principais Conclusões do Fórum | Informação dos Produtos

23. Necessidade de um quadro técnico, institucional e regulamentar para a análise e controlo de qualidade dos produtos agroalimentares no mercado que proteja o consumidor e salvede o Direito Humano à Alimentação Adequada

24. Responsabilidade dos produtores nacionais pelo fornecimento de informação sobre a origem do produto, fabricante, ingredientes e valor nutricional, formas de consumo e conservação, validade e contra-indicações

25. Importância da promoção de um quadro institucional e regulamentar de valorização dos produtos agroalimentares nacionais, incluindo ao nível da propriedade industrial e para a certificação de qualidade

Sem este impulso à valorização dos produtos nacionais, em paralelo com a proteção do consumidor bissau-guineense, será difícil aos produtores nacionais fazerem face aos produtos agroalimentares importados introduzidos no mercado guineense. Estes, para além de beneficiarem do já mencionado melhor posicionamento no mercado face aos produtos nacionais em termos de preço, apresentam um maior grau de informação dos produtos, maior capacidade a nível de marketing – com recurso a referências culturais dominantes, propagadas pelos meios de comunicação social, como forma de indução ao consumo – e acarretam uma valorização social associada à respetiva aquisição e consumo, ainda que estes bens não se coadunem com as necessidades alimentares dos consumidores.

Tendo em conta as linhas de intervenção prioritárias, o papel da Sociedade Civil no plano da informação de produtos consiste primordialmente no impulso do reconhecimento, tanto a nível dos produtores como dos consumidores, do direito à informação como forma de concretização plena da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau.

As OSC devem igualmente contribuir para o reforço da capacitação dos produtores, através de formação e especialização ao nível da reprodução de informação sobre os seus produtos.

7. ALIMENTAÇÃO MATERNO-INFANTIL

Na Guiné-Bissau, tal como na maioria da África Subsaariana, grande parte da produção nacional de bens agroalimentares encontra-se a cargo da Mulher, sem que tal implique um descuro das suas funções sociais, culturais e familiares. Uma vez que a acumulação de novas obrigações não se fez acompanhar de uma alteração do sistema de divisão de tarefas entre homem e mulher, o aumento da responsabilidade da mulher face à economia familiar não se traduziu, no entanto, no aumento do seu rendimento, ampliando, assim, as desigualdades de género outrora existentes.



Consequentemente, a **sobrecarga da Mulher apresenta importantes desafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no contexto de desenvolvimento da Guiné-Bissau, particularmente no que concerne à Saúde Materno-Infantil.**

Apesar da participação feminina no processo de produção e transformação no setor primário, a incidência de baixo peso feminino a nível nacional é de 11,3%, e 1,3% de mulheres em idade fértil estão em situação de desnutrição crónica. De facto, **a sobrecarga da Mulher reflete-se na (auto)negligência da sua saúde**, sendo a Mulher gestante considerada – e considera-se ela própria – apta para trabalho físico (por vezes intenso) até ao final da gestação, e logo após a mesma.

Dada a forte correlação entre o estado nutricional das mulheres no período de gestação e amamentação e o bom desenvolvimento do bebé e da criança, **esta situação não é dissociável dos níveis de desnutrição infantil nacionais**: entre as crianças com menos de 5 anos, 6,2% estarão em situação de desnutrição aguda, 27,4% em situação de desnutrição crónica e 17,5% em situação de insuficiência ponderal ⁵. Ela vem, inclusivamente, agravada pela priorização da procura pela subsistência familiar e rendimentos em detrimento da responsabilidade da Mulher pelos cuidados da criança, praticamente inquestionável em todas as culturas. Com efeito, a **ponderação atual da gestão do tempo da Mulher penaliza a alimentação infantil, vindo a ganhar destaque o desmame precoce**, que aumenta os riscos de exposição a doenças infecciosas, diarreias e morte prematura nas crianças. Acresce que a estruturação da própria comunidade, assente no patriarcado, que assume prioridade no seio da família em termos da satisfação das suas necessidades alimentares, **aumenta diretamente a vulnerabilidade da Mulher e da Criança a situações de insegurança alimentar e nutricional**.

Assim, por um lado, é urgente o desenvolvimento de políticas de apoio e incentivo ao aleitamento materno exclusivo como estratégia de redução da mortalidade infantil e da segurança alimentar da Criança. O aleitamento materno exclusivo até aos seis meses e complementar, pelo menos, até aos dois anos de idade, constitui a principal fonte de nutrição da Criança, reduzindo os riscos de morte precoce. Para além dos benefícios para a Criança, o aleitamento exclusivo produz efeitos positivos na saúde materna e reduz os encargos económicos com a alimentação familiar.

Por outro lado, importa **reconhecer os direitos da Mulher no que diz respeito à maternidade e desenvolver políticas de proteção da Mulher durante a gravidez e amamentação, bem como da Criança**, visando promover a saúde da Mulher e da Criança e reduzir os riscos de mortalidade materno-infantil, incluindo a promoção do acompanhamento médico ao nível da saúde sexual e reprodutiva (incluindo no pré-natal e puerpério/após o parto) e da saúde infantil. É, igualmente, necessário **desenvolver um quadro jurídico e agilizar um sistema de sinalização e acompanhamento das mulheres e das crianças em situações de risco nutricional**, articulado com um quadro global de Monitoria e Avaliação da Segurança Alimentar integrando indicadores claros da situação nutricional.

A montante, no entanto, são necessárias estratégias nacionais para a valorização do trabalho rural da Mulher, por forma a reduzir a sua sobrecarga e a desigualdade de género no acesso aos insumos e à propriedade da Terra.

Principais Conclusões do Fórum | Alimentação Materno-Infantil

26. Necessidade de adoção de políticas e ações tendentes à redução da vulnerabilidade nutricional da Mulher guineense no seio da família, particularmente durante a gravidez e amamentação, com impactos diretos na Segurança Alimentar e Nutricional da Criança

27. Imperativo de estratégias de sensibilização e informação das vantagens para Mãe e Criança do Aleitamento Materno exclusivo até aos seis meses e Aleitamento Contínuo pelo menos até aos dois anos de idade

28. Necessidade de sensibilização, informação e educação para a promoção de uma dieta e hábitos alimentares melhorados direcionados à Mãe e Criança

29. Importância da existência de um sistema operacional de sinalização e proteção das mulheres e crianças em situações de risco nutricional, articulado com o quadro global de Monitoria e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional

30. Necessidade de adoção de um quadro legal e de políticas públicas promotoras dos direitos da Mulher nas fases de gravidez e aleitamento



⁵ Segundo Inquérito Nacional sobre o Estado Nutricional das crianças Menores de 5 Anos e das Mulheres de 15 a 49 anos, PAM/OMS/Plan International/INE, 2012.

Existe, porém, outra dimensão associada ao grave quadro nutricional materno-infantil na Guiné-Bissau. A ausência de uma dieta saudável, que pode prevenir doenças, como por exemplo anemias, hipertensão, diabetes ou obesidade: situações que se encontram entre as causas de maior morbi e mortalidade materna. Indissociável do grau de insegurança alimentar e da insuficiente diversificação de culturas, a nível produtivo, a alimentação pouco saudável das famílias guineenses está também assente no desconhecimento de princípios básicos de uma alimentação equilibrada, associada a tabus relacionados com os hábitos alimentares, em geral, e das mulheres, gestantes e crianças em particular. Com efeito, em algumas etnias, por exemplo, as gestantes devem evitar ingerir alimentos tais como a abóbora, ovos, pão e banana e, por outro lado, as crianças não devem consumir peixe, fonte primordial de proteína no contexto da Guiné-Bissau.

Diretrizes e estratégias internacionais sobre Alimentação do Recém-Nascido e da Criança

- A Declaração de Innocenti sobre a Proteção, Promoção e Apoio ao Aleitamento Materno, OMS/UNICEF, 1990. Reconhecendo a unicidade e benefícios do Aleitamento Materno para a Mãe e para a Criança, fixava, entre outros objetivos, as seguintes quatro metas operacionais para todos os países:

1. Nomeação de uma autoridade competente como coordenador nacional de aleitamento materno e estabelecimento de um comité nacional de aleitamento materno composto por membros do Governo e de organizações não-governamentais;
2. Garantia de que as maternidades colocam em prática todos os “Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno”;
3. Implementação total do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e subsequentes resoluções da Assembleia da Organização Mundial da Saúde;
4. Elaboração de legislação criativa de proteção ao direito ao aleitamento da mulher trabalhadora e estabelecimento de meios para sua implementação.

- Estratégia Global para a Alimentação do Recém-Nascido e da Criança, OMS/UNICEF, 2003, incluindo estímulo para os estados membros desenvolverem estratégias nacionais que favoreçam uma alimentação ótima para recém-nascidos e crianças e a resoluções anteriores e esforços em curso como a Declaração Innocenti e a Iniciativa do Hospital Amigo da Criança.

- Declaração de Innocenti sobre a Alimentação do Recém-Nascido e da Criança, OMS/UNICEF, 2005, introduzindo cinco novas metas operacionais:

5. Desenvolvimento, implementação, monitoria e avaliação de uma política integrada de alimentação infanto-juvenil, no quadro de políticas e programas nacionais de nutrição, saúde reprodutiva e redução de pobreza;
6. Garantia de que o setor da saúde e outros protegem, promovem e apoiam o aleitamento exclusivo durante seis meses e aleitamento contínuo até pelo menos aos dois anos de idade, dando o apoio necessário às mulheres para atingirem este objetivo – ao nível da família, da comunidade e do local de trabalho;
7. Promoção de alimentação complementar atempada, adequada e apropriada durante o aleitamento contínuo;
8. Garantia de orientação sobre alimentação infanto-juvenil em situações excecionalmente difíceis e sobre o apoio necessário às mães, famílias e outros prestadores de cuidados;
9. Equação de que legislação ou medidas complementares podem ser necessárias, como parte de uma política abrangente de alimentação infanto-juvenil para efetivar os princípios e objetivo do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e subsequentes resoluções relevantes da Assembleia da Organização Mundial da Saúde.

Neste cenário, torna-se imprescindível sensibilizar e educar para a melhoria dos hábitos alimentares e diversificação da dieta alimentar guineense, em geral, assente na diversidade e valor nutricional dos produtos nacionais, com ênfase para a alimentação materno-infantil. É, também, premente procurar desconstruir e desacreditar os tabus alimentares que ajam em detrimento da mulher, da mulher gestante e da criança, em colaboração com líderes tradicionais, técnicos de saúde, agentes de saúde comunitária, etc.

Relativamente à alimentação materno-infantil, as OSC têm uma função fundamental ao nível da monitoria, acompanhamento e promoção do direito à alimentação e nutrição adequadas da mulher e da criança guineenses. A Sociedade Civil guineense deve, não só sensibilizar as comunidades, como comprometer-se com a denúncia de situações de insegurança nutricional de mulheres e crianças, ações de advocacia junto do governo em prol de políticas mais assertivas no que concerne à garantia dos direitos da mulher e da criança guineenses e com vista à Segurança Alimentar e Nutricional nacional com base na implementação de estratégias nacionais e internacionais ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau e, até ao momento, sem efetivação prática.

8. PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Sociedade Civil é um ator-chave em qualquer processo de desenvolvimento, encerrando um forte potencial dinamizador, integrador e de proteção dos interesses da sociedade.

A promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional são domínios privilegiados para a intervenção da Sociedade Civil. Na Guiné-Bissau, os grandes desafios que se lhe colocam, a este nível, são o **fomento de uma visão multisetorial e integrada da Segurança Alimentar e Nutricional, da descentralização da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional e de sistemas de informação e investigação.**



De pendor principalmente operacional e, em particular no caso das OSC nacionais, com um forte enraizamento junto das comunidades que as tornam conhecedoras das respetivas necessidades e das melhores estratégias para lhes dar resposta, estas organizações têm sido **tradicionalmente um canal privilegiado para a intervenção direta através da implementação de programas e ações.** De facto, dada a fragilidade das instituições governamentais e do setor privado na Guiné-Bissau, as OSC vêm desempenhando um importante papel complementar na provisão de serviços básicos aos produtores, consumidores e população em geral. Porém, a **participação de uma Sociedade Civil informada e competente na formulação, implementação e monitoria de políticas públicas** é hoje reconhecida como um garante do Estado de Direito, transparência, boa governação e sucesso das políticas governativas.

Assim, a Sociedade Civil na Guiné-Bissau tem o dever de procurar influenciar o Estado guineense no sentido da adoção de uma estratégia nacional de Soberania e Segurança Alimentar, assente no reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada; no apoio à Agricultura Familiar Camponesa; no favorecimento de políticas tendentes à autossuficiência nacional, valorização do empreendedorismo e dos produtos agroalimentares nacionais e na exploração sustentável dos recursos naturais; formulada com base em abordagens participativas e inclusivas ao longo de todo o processo de planificação, que garantam a adaptação das grandes linhas de intervenção às efetivas necessidades das comunidades. Enquanto interlocutora no diálogo político ao nível da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a Sociedade Civil deve promover também, por via da advocacia, a **redinamização do debate para uma atualização da Lei da Terra** que proteja os territórios produtivos e comunitários imprescindíveis à reprodução social, cultural, ambiental e económica da Guiné-Bissau; o **reforço do quadro legal e de facto de garantia dos direitos da mulher e da criança** guineenses; o compromisso com o **reconhecimento, enquadramento**

económico e apoio à mulher rural, bem como com a **alfabetização e formação**, quer de pequenos produtores, quer na área da saúde e nutrição; e o **reforço do quadro legal e aduaneiro** aplicável aos bens agroalimentares, do **quadro institucional e regulamentar aplicável à informação e garantia de qualidade** destes produtos, entre outras áreas prioritárias de intervenção política.

Refletindo os princípios defendidos junto das instâncias públicas, **as OSC devem, não obstante, manter as suas intervenções de apoio técnico aos pequenos produtores** – com particular enfoque nas mulheres – e consciencializá-los para a valorização dos produtos agroalimentares e para a sua responsabilidade com a saúde pública. Devem, também **contribuir para a educação e responsabilização dos consumidores** relativamente às suas escolhas alimentares e nutricionais, bem como para a **alimentação dos quadros nacionais de informação acerca de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo o fornecimento de alertas de situações de risco – em particular de mulheres e crianças – e a contribuição para **estudos e investigação**.

Princípios de Istambul para a Eficácia do Desenvolvimento das OSC

1. Respeito e promoção dos direitos humanos e da justiça social
2. Defesa da igualdade de género e em prol dos direitos das mulheres
3. Ênfase no empoderamento dos povos, na apropriação democrática e na participação
4. Promoção da Sustentabilidade Ambiental
5. Prática da transparência e prestação de contas
6. Busca por parcerias solidárias e igualitárias
7. Criar e compartilhar conhecimento e compromisso com a aprendizagem mútua
8. Compromisso com a realização de mudanças sustentáveis e positivas

Note-se que, enquanto parte da Sociedade Civil e constituindo uma plataforma privilegiada para um público alargado, **os meios de comunicação social detêm responsabilidades acrescidas ao nível da promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, designadamente em termos da valorização da produção nacional, denúncia de casos de sobreexploração de recursos naturais para efeitos de agro-negócio e de casos de sobre-cobrança de taxas na comercialização de produtos agroalimentares, dignificação e valorização do papel da Mulher no setor primário, impulso da participação feminina nos fóruns de tomada de decisão, promoção de bons hábitos alimentares, etc.

Para que possam cumprir o seu papel, mas **em particular para poderem dar resposta aos novos desafios de aumentar a influência e a capacidade de pressão junto dos órgãos nacionais, participar em processos legislativos, as OSC devem ser capacitadas**. A procura destas competências é uma **responsabilidade das OSC a título individual, assim como o é a melhoria da sua governação interna** com vista ao reforço da eficácia das suas intervenções de desenvolvimento – de resto, em linha com os **Princípios de Istambul**, através dos quais OSC do mundo inteiro se comprometeram “com a realização de ações pró-ativas para aprimorarem e responderem inteiramente por suas práticas de desenvolvimento”⁶.

Porém, **a recente redinamização da RESSAN-GB, partindo precisamente deste pressuposto, constitui uma excelente oportunidade** para “reforçar a capacidade de intervenção das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau para que possam contribuir para a formulação, implementação e monitoria de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional”⁷. Para tal, a RESSAN-GB deverá ser capaz, em primeira instância, de **se tornar numa instituição efetivamente representativa das organizações empenhadas na luta pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no País**. Existem já muitas ONG, agrupamentos de camponeses ou produtores e outras organizações com ampla experiência e conhecimento acerca do setor e das especificidades das

⁶ Fórum Aberto para a Eficácia do Desenvolvimento das OSC, Istambul-Turquia, 2010.

⁷ Estatutos da RESSAN-GB.

diferentes regiões do País que terão agora a possibilidade de se articular numa Rede empenhada na defesa da Agricultura Familiar Camponesa e de base agroecológica; na participação, comunicação, restituição, concertação e militância e no reforço da governança, partilhando experiências, informação, alertas e preocupações e debatendo temáticas-chave da atualidade da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau. Desde logo se destaca a **necessidade de se promover uma discussão, no seio da Sociedade Civil, acerca das Questões Ambientais e das Alterações Climáticas e a sua ligação à Segurança Alimentar e Nutricional**. Com efeito, estes domínios, não obstante a sua primordialidade para a Soberania Alimentar e para o Direito Humano à Alimentação Adequada, tal como outros domínios transversais como as Questões de Género, são frequentemente abordados de forma superficial em documentos e discussões, não merecendo a devida consideração e análise.

Em conjunto, a **legitimidade de representação e advocacia** das OSC junto do governo e dos diferentes parceiros técnicos e financeiros da área da Segurança Alimentar e Nutricional é inquestionavelmente maior, favorecendo o **estabelecimento de espaços de concertação e diálogo permanente entre os atores Estadais e Não-Estadais** e promovendo uma **maior capacidade de influência da Sociedade Civil** na definição, implementação, monitoria e avaliação de políticas públicas e programas de desenvolvimento, promovendo a visão, lógica e valores partilhados pela Rede.



O facto de a RESSAN-GB se enquadrar na REDSAN-CPLP constitui igualmente uma oportunidade para beneficiar da troca de experiências entre países com uma matriz cultural com pontos em comum e, em alguns casos, com maiores progressos já alcançados ao nível da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. O espaço CPLP pode constituir também uma porta para a afirmação e defesa dos interesses bissau-guineenses na esfera internacional no que toca ao Direito Humano à Alimentação Adequada através da promoção de uma estratégia comum – a ESAN-CPLP – e da dinamização de plataformas direcionadas, como sejam o Fórum da Mulher Rural da CPLP e a Plataforma Camponesa da CPLP. Esta estratégia – bem como o Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas (CSA), mecanismo para a participação da Sociedade Civil ao nível da ONU em que a RESSAN-GB se enquadrará, também – prevê a criação e o funcionamento, em cada país, de um mecanismo de coordenação intersetorial, multi-atores, de cariz oficial estratégico e participativo no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional: o CONSAN, ou estrutura legalmente equivalente, com que a Guiné-Bissau ainda não conta.

Na Guiné-Bissau existe o Grupo de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN) que tem por objetivo constituir um quadro de diálogo sobre as questões de política e estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, com vista a contribuir para uma melhor coordenação de uma resposta adequada à situação alimentar e nutricional no País. Composta pelo Governo da Guiné-Bissau, algumas organizações da Sociedade Civil, Agências das Nações Unidas e Parceiros Técnicos e Financeiros, esta estrutura poderá constituir um primeiro passo para a existência de um órgão de efetiva coordenação das políticas e programas desenvolvidas na área de Segurança Alimentar e Nutricional que garanta a intersectorialidade e a participação social no desenho e articulação de políticas, legislação e programas neste domínio. Será, no entanto, necessária advocacia neste sentido e para que este – ou outro – órgão garanta as condições para a efetiva representatividade associada aos CONSAN.

Principais Conclusões do Fórum | Organização da Sociedade Civil para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

31. Papel fundamental da Sociedade Civil na agilização da passagem dos compromissos políticos à prática, na promoção de uma visão multisetorial e integrada da Segurança Alimentar e Nutricional, na descentralização da sua agenda e na alimentação de sistemas de informação e investigação científica aplicada

32. Existência de espaços de participação e concertação em termos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, compostos por espaços nacionais dos países-membros, que constituem uma oportunidade para a troca de experiências e informação, mas também para uma capacidade de influência reforçada e assente em valores e posições comuns: Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP, na qual a RESSAN-GB se enquadra; Fórum da Mulher Rural da CPLP; Plataforma Camponesa da CPLP

33. Responsabilidade dos meios de comunicação social enquanto parte da própria Sociedade Civil e necessidade de reforço da respetiva capacidade para contribuir para o processo de desenvolvimento do País em geral e para a promoção da soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em particular

34. Utilidade de promover uma discussão temática específica no seio da Sociedade Civil acerca das Questões Ambientais/Alterações Climáticas e a sua ligação à Segurança Alimentar e Nutricional, que, por se tratarem de questões transversais são frequentemente abordadas de forma superficial em documentos e discussões

35. Compromisso da RESSAN-GB com:

- A defesa da Agricultura Familiar Camponesa e de base agroecológica
- A sua abertura a todas as Organizações da Sociedade Civil guineenses legalmente constituídas e com evidência de trabalho efetivo no domínio da Segurança Alimentar e Nutricional durante, pelo menos, três anos
- A vida democrática e funcional ao nível da RESSAN-GB, baseada na participação, comunicação, restituição, concertação e militância, bem como com a criação efetiva de estruturas ao nível regional e setorial (Grupos Temáticos)
- O enfoque no reforço da governança sob a perspetiva da Soberania Alimentar, Direito Humano à Alimentação Adequada e Educação Alimentar
- O desenvolvimento da capacidade de influência da Sociedade Civil na definição, implementação, monitoria e avaliação de políticas públicas e programas de desenvolvimento, promovendo a visão, lógica e valores partilhados pela Rede
- O relançamento do debate e advocacia para a atualização da Lei da Terra, tomando em consideração a proteção dos territórios produtivos e tradicionais comunitários (urbanos e rurais) imprescindíveis à reprodução social, cultural, ambiental e económica da Guiné-Bissau
- A realização da Assembleia-Geral Constituinte da RESSAN-GB no dia 28 de setembro, às 9:00 horas, na sede da Tiniguena em Las Palmeiras, na qual todas as organizações presentes foram convidadas a participar

Para que a recém-refundada RESSAN-GB possa aproveitar em pleno estas oportunidades, dar contributos significativos para a capacitação das suas OSC-membro e para a discussão em espaços de concertação e monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional nacionais, regionais e internacionais, **é importante, por sua vez, o seu reforço, com ênfase para a estruturação e funcionamento da Rede ao nível nacional e local.** Esta deverá levar em consideração as especificidades da Guiné-Bissau enquanto País – designadamente as dificuldades associadas às redes de comunicação e transporte, que dificultam a partilha e troca de informação entre os membros – e saber endogeneizar as lições aprendidas com processos anteriores de organização da Sociedade Civil. Será, porém, fundamental manter presente que, a prazo, os benefícios da existência da Rede mais que suplantarão os desafios iniciais e que será necessária persistência e a contribuição ativa de todos os membros para a sua afirmação enquanto ator incontornável do processo de desenvolvimento nacional.

CAPÍTULO VI - CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

1. INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE DA DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NA GUINÉ-BISSAU NO FÓRUM

Pauline Gibourdel

Senhoras e senhores participantes,

Foi para mim um prazer participar neste primeiro Fórum em nome do Embaixador Joaquín González-Ducay, Chefe da Delegação da União Europeia, e gostaria de felicitar os organizadores e os facilitadores. Conseguiram oferecer, nestes últimos dois dias, um espaço de reflexão e de diálogo de qualidade e pôr em evidência a importância que a Sociedade Civil pode ter neste País e o seu importante papel no desenvolvimento sustentável.



• • • •

A União Europeia, que eu represento aqui, esta tarde, crê firmemente no esforço da Sociedade Civil como ator da governação, como observador crítico e como parceiro do diálogo.

A refundação da RESSAN-GB é uma iniciativa muito importante para estabelecer um mecanismo de concertação e articulação, melhorar a capacidade de intervenção e de advocacia das OSC e contribuir para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional no País.

Como foi discutido, os desafios são inúmeros. Uma Sociedade Civil organizada, corretamente informada, suficientemente sensibilizada, que participa de forma ativa nos processos de definição, implementação e monitoria das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, vai permitir que a Guiné-Bissau alcance a Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.

• • • •

Antes de terminar, gostaria de reafirmar a importância da estreita colaboração entre os atores nacionais e internacionais.

Muito obrigada pela atenção dispensada e boa continuação!

ANEXOS

LISTA DE PARTICIPANTES

OSC BISSAU-GUINEENSES

Associação de Mulheres de Ponta Nova (Umo Baldé)

ACTIONAID - Acção de Ajuda (Quinta Nunes Vieira Jaló)

ADCJU (Mamadu Sajo)

ADEL - Acção para Desenvolvimento Local (Quintino Ialá)

ADI (Issa Baldé)

ADIM (Martiniano Galo Gomes)

ADN - Amigos Defensores da Natureza (Geraldês Gomes)

ADS (Carlos Santos Pereira Nandingna)

AFABC-N'GUEBOFLAR - Associação dos Filhos e Amigos de Bairro de Cassugenta (Guedes M. Junior)

AFAE - Associação dos Filhos e Amigos de Ensalma (João Batista Sá)

AFAG (Aladje Mamadi Mané)

AFAM - Associação dos Filhos e Amigos de Manhau (Braima Djassi)

AFAN - Associação de Filhos e Amigos de Ntuss (Pedro Q.V. Nanque)

AFAN - Associação de Filhos e Amigos do Bairro de Nema (Dickson V.P. Caitano)

AFANSB - Associação de Filhos e Naturais da Secção de Barro (Quecutto Camará)

AFATA - Associação dos Filhos e Amigos da Tabanca de AN-GODIGO (Diamantino Albino Mamudo)

AFAUC - Associação dos Filhos e Amigos Unidos de Cubambo (Mamadu Mané)

AFIBI - Associação de Filhos e Amigos de Bijimita (Júlio N'fonhane Nanque)

AFITA - Associação para Edificação das Tabancas (Fode Sai Fofona)

AGROSUL - Cooperativa Agropecuária do Sul (Ibraima Nozoline)

AGUIPRODES - Associação Guineense para Promoção do Desenvolvimento (Augusto Tchuda)

AiFA PALOP - Associação de Investigadores e Formação Orientada para Acção nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Sene Djassi)

AJAD - Associação Juvenil para Acção e Desenvolvimento do Sector de Nhacra (Mamadu Serifo Djaló)

AJODAP - Associação de Jovens para Desenvolvimento do Agricultura e Pesca (Bucar Camará)

AJOFAC - Associação Jovens de Filhos e Amigos de Cuduco (Arafan Seco Intchasso)

AJUQ - Associação de Jovens Unidos de Quisset (Narciso Cá)

AMBA - Associação das Mulheres do Bairro de Belém A (Rômão Gomes Correia)

AMDA - Associação das Mulheres Para Desenvolvimento de Amedalai (Bubacar Andem Balde)

AMECC - Associação das Mulheres para a Educação das Crianças (Ganha Baldé)

AMIGOS DA GUINÉ BISSAU (Tânia Gomes Fendam)

AMTACA (Quintino Morna Sambú)

ANAJOSA (Cabá Sambú)

ANCOPF-GB (Malam Dabó)

APALCOF (Idrissa Djaló)

APROCOOR - Acção para a Promoção de Cooperativas Rurais (Mutaru Tuncará)

APRODEL (Mamadu Djaló)

APROMODAC (Samba Djaló Camará)

Associação Amizade Sintcha Imabe (Aladje Serifo Baldé)

Associação Casa Emanuel (Maria Cristina)

Associação Dom de Terra (Mohamede Califo Sane)

Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento Nafaia de Buruntuma (Cadidjatu Djaló)

ASTECAP - Associação dos Técnicos Apícolas (Adão Rodrigues)

BISSADA/BUBA - Associação dos Pescadores da República da Guiné-Bissau (Mamadu Jack Camará)

BUBACALHAU - Associação de Mulheres Transformadoras de Pescado (Sene Nhabali)

CALAGUIR - Associação das Mulheres na Luta Contra Pobreza e Desenvolvimento Comunitário (Djibril Banghox)

CNCR - Conselho Nacional de Concertação e Cooperação Rural (Ussumane Camará)

COCEDECAS - Cooperativa, Centro de Desenvolvimento dos Camponeses de Sul (Domingos Adriano Silva)

CPAP - Cooperativa dos Agricultores Agropecuária de Tombali (Armando Tote Nhabna)

Cruz Vermelha Nacional (Francisco José Mendes)

DDS-IEGB (Wilbonhe Na Obna)

DJALANNDINKA - Associação dos Filhos e Amigos de Ganafa (Braima Sambú)

DJAN WALE (Suleimane Cassamá)

EDEC (Celestino Sá)

EMAST (Idrissa Gaunor)

ENEAPROMA (Francisco Condom)

ENGIM (Simone Nardicchia)

FANKANTA - Associação Nacional para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau (Bamba Banjai)

FED (Osvaldo da Silva)

FEDDHE (Adulai Baldé)

GAILD (Domingos Mané)

GAS - Gabinete de Estudos de Comunicação Água e Saneamento (António Martins)

GLESSANAR (Albino Mendes)

GUIARROZ (Malam Mané)

KAFO - Federação das Associações para a Autopromoção Camponesa e Desenvolvimento Rural (Mariland Pereira)

KILE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Sector de Pitche (Selo Embaló)

LIMANIA LIMANIA (Aua Sissé)

MERS BODJAR - Associação Rural para o Desenvolvimento das Actividades Sócio-Económicas na Região de Biombo (Beatriz Soares da Gama Seidi)

NDELUGAN - Associação dos Filhos e Amigos de Sector de Biombo (Daniel Ndjanya Nanque)

No Kume Sabi (Evaldine da Moda)

OPRO - Organização dos Produtores da Região de Oio (Agostinho Infanti)

PARA KA TEM - Associação das Mulheres Produtoras de Tite (Tite Armando Gomes)

PEKAT PERA KA TEM DIANTI SOM (Augusto Queba Barbosa)

PROAGRI-GB - Promoção Para o Desenvolvimento Agrário na Guiné-Bissau (Sambel Baldé)

PROCOLÂMICA (Mabel Seidy)

SABUNHIMA SABUNHIMA (Braïma Tcham)

SAHEL-21 (Abudu Cassamá)

SAMA CAMBEM - Associação de Futuro Consenso (Binto Mané)

SOMBRA DI PAZ (José Mango)

SUDEC - Unidos para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade (Mutaro Tuncará)

UAC - União de Associações de Cantanhez (Mamadu Bari)

UDEC - União para o Desenvolvimento Comunitário (Turé Mané)

UNAAAH-GB MON NA TERRA (António Silva Rosa Gomes)

UNO TACAL (Arlindo Mendes)

UPAI - União de Pequenos Agricultores de Ingoré (António Pereira Batista)

ADIC NAFAIA (Serifo Embaló)

ADIC NAFAIA (Mama Samba Candé)

DIVUTEC (Mahoro D. Bwoc)

WANA BU BUON TCHIF (Tcheno Indjai)

WATNA BINHIN - Associação Comunitário de Básse (Augusto Napoleão dos Reis)

OSC INTERNACIONAIS

FEC - Fé e Cooperação (Sofia Alves)

IMVF (Paulo Lopes, Deolinda Major)

LVIA (Giovanni Maucieri)

SNV (Fanceni Henriques Baldé - Oradora)

PARCEIROS TÉCNICOS E FINANCEIROS

Delegação da União Europeia na Guiné Bissau (Pauline Gi-bourdel)

Delegação da União Europeia na Guiné Bissau (Lucia di Troia)
Embaixada de Portugal (Natália Falé)

Cooperação Portuguesa / PAIPA-DC - Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar - Desenvolvimento Comunitário (Hugo Vaz Pedro)

FAO (Rui Fonseca)

PAM (Fatimata Sow)

FACILITADORES/ORADORES

Abílio Rachid

Adalgisa Santos Ramos

Carlos Schwartz

Celso Garrido (RESCSAN-STP)

Irmã Solange Lussi

Isabel Miranda

João Pinto (REDSAN-CPLP)

João Sanhá

Maria Homero (FBSSAN)

Miguel de Barros (RESSAN-GB / Organizador)

Nelson Vieira Tavares

Rui Andrade

Sambú Seck

ORGANIZADORES

IMVF-PDSA (Carla Carvalho, Graciete Brandão, Noelli Furtado)

RESSAN-GB [AD: Tomane Camará, Mamadu Ali Djaló, DIVUTEC: Djulde Djaló, Djyba Gomes Djaó; TINIGUENA: Ilsa Sá, Miodana Sambú, Paula Fortes]

UE-PAANE (Alexandre Na Lamba)

Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Centro Cultural Franco-Bissau-guineense | Agenda

11 de Setembro 2013

Horário	Programa
8:00	Recepção aos Participantes e Confirmação da Inscrição em Grupos Temáticos
9:00	Sessão de Abertura <i>Intervenções de Suas Excelências, os Representantes do/a:</i> • Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau (RESSAN-GB) • Programa Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional II • Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau/ Camões-Instituto da Cooperação e da Língua • Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau (DUE)
9:45	<i>Pausa-Café</i>
9:45	Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau • Grupo Temático 1.1: Questões Produtivas e Organizacionais • Grupo Temático 1.2: Aspectos Ligados aos Mercados • Grupo Temático 1.3: Aspectos Políticos
9:45	Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos • Grupo Temático 2.1: Educação do Consumidor • Grupo Temático 2.2: Informação dos Produtos • Grupo Temático 2.3: Alimentação Materno-Infantil
13:00	<i>Almoço</i>
<i>Apresentações e Discussões do Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau</i>	
14:30	Apresentação do trabalho do Grupo Temático 1.1
14:45	Plenária – Discussão do trabalho do Grupo Temático 1.1
15:30	Apresentação do trabalho do Grupo Temático 1.2
15:45	Plenária – Discussão do trabalho do Grupo Temático 1.2
16:30	Apresentação do trabalho do Grupo Temático 1.3
16:45	Plenária – Discussão do trabalho do Grupo Temático 1.3
17:30	Encerramento dos trabalhos

Eventos Paralelos

- Feira de Produtos Agro-Alimentares Nacionais | 11 e 12 de Setembro, Praça Chie Guevara
- Banca de Publicações de SAN | 11 e 12 de Setembro, CCFBG
- Mostra Documental sobre Soberania e SAN | 11 de Setembro, 19:00, CCFBG

Financiadores



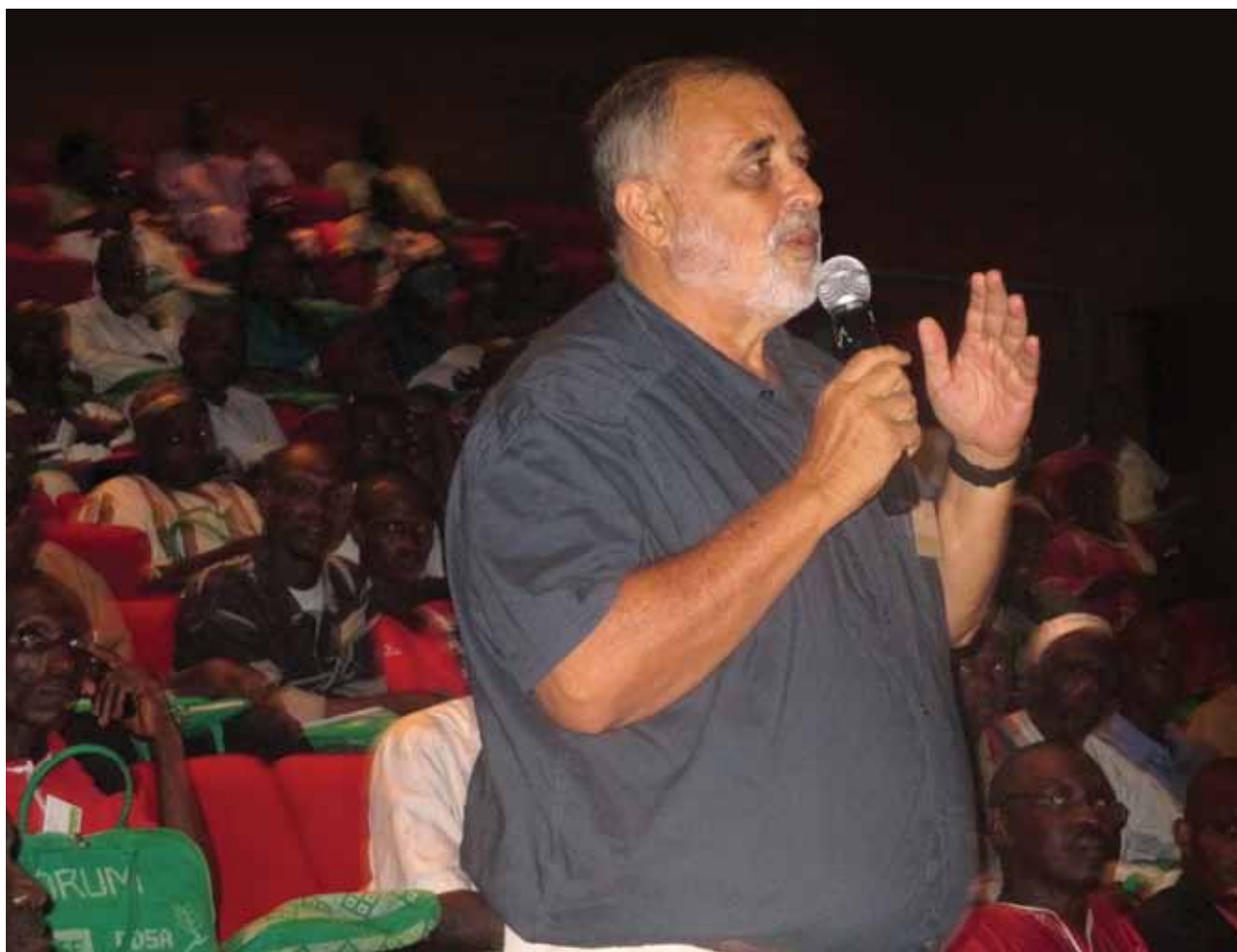
Parceiros



REDSAN CPLP
Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP

12 de Setembro 2013

Horário	Programa
8:00	Recepção aos Participantes <i>Apresentações e Discussões do Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos</i>
9:00	Apresentação do trabalho do Grupo Temático 2.1
9:15	Plenária – Discussão do trabalho do Grupo Temático 2.1
10:00	Apresentação do trabalho do Grupo Temático 2.2
10:15	Plenária – Discussão do trabalho do Grupo Temático 2.2
11:00	<i>Pausa-Café</i>
11:30	Apresentação do trabalho do Grupo Temático 2.3
11:45	Plenária – Discussão do trabalho do Grupo Temático 2.3
12:30	<i>Tempo para Visita da Feira de Produtos Agro-Alimentares Nacionais/ Banca de Publicações de SAN</i>
12:45	<i>Almoço</i>
<i>Painel 3: Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar</i>	
14:15	Apresentação da RESSAN-GB • Miguel de Barros
14:30	Desafios à Organização da Sociedade Civil no quadro da ESAN-CPLP • João Pinto, Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP)
<i>Organização da Sociedade Civil para a Promoção da SAN no Brasil e em São Tomé e Príncipe: desafios e impactos</i>	
14:45	• Maria Homero, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN)
15:00	• Celso Garrido, Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN)
15:15	Plenária – Discussão
<i>Sessão de Encerramento</i>	
<i>Intervenções de Suas Excelências, os Representantes do/a:</i>	
16:45	• RESSAN-GB – Apresentação das conclusões do Fórum
	• REDSAN-CPLP
	• DUE
17:30	<i>Cocktail de Encerramento</i>



Em homenagem ao **Eng.º Pepito**,
que dedicou a sua vida à luta pela
Soberania Alimentar na Guiné-Bissau.

1949-2014



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Instituto Marquês de Valle Flôr, da RESSAN-GB e dos autores dos textos e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.